CAPELAS E IGREJAS CATÓLICAS

DE VARGINHA – MG

1763 - 1913

JOSÉ ROBERTO SALES

1ª edição

Varginha (MG) - 2009

Editor: José Roberto Sales

Catalogação na Fonte

Responsável: José Roberto Sales

981

Sales, José Roberto, 1957-

Capelas e igrejas católicas de Varginha (MG) 1763-1913 / José Roberto Sales - - 1ª edição

Varginha : José Roberto Sales, 2009.

184p. : ilustrado

ISBN 978-85-60604-04-3

1. Minas Gerais – Varginha – História eclesiástica. 2. Varginha – Capelas e igrejas católicas. 3. Igreja Católica – Varginha - História.

I. Título.

Digitação, paginação e revisão final: José Roberto Sales.

Tiragem: 120 exemplares.

Impressão e acabamento
Gráfica Editora Sul Mineira Ltda.
Rua Tiradentes, nº 395 – centro. Varginha - MG

JOSÉ ROBERTO SALES
Especialista em história e construção social no Brasil

CAPELAS E IGREJAS CATÓLICAS DE VARGINHA – MG 1763 - 1913

Ilustrações do autor

1ª edição

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA
Marcos Valério Albinati Silva
Prof. de Língua Portuguesa e Literatura Luso-brasileira
Especialista em Língua Francesa
Université Toulouse Le-Mirail - França

Varginha – 2009
Editor: José Roberto Sales

© Direitos autorais: 2009, José Roberto Sales
Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998

Proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio e sistema, sem o prévio consentimento por escrito do autor, exceto as citações em trabalhos científicos e nos veículos de comunicação, com citação da fonte. Os direitos autorais reservados garantem a literalidade da obra. Aos infratores se aplicam as penas descritas em lei. Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação ou de impressão.

CAPA
Capela do Rosário 1845-1913, Varginha - MG. Ilustrador: José Roberto Sales, abril de 2007. Técnica: decalque sobre papel vegetal com lápis de grafite n.º 2, obtido por meio de aplicação do papel vegetal sobre fotografia superampliada nas dimensões 180cm x 100cm. Período provável: final do século XIX, sem registro de data e sem referência de autoria. A fotografia pertence ao acervo do Jornal Correio do Sul Editora, Varginha – MG.

CONSULTORIA
Arquitetura da Capela do Rosário 1845-1913: Renata Di Lorenzo, arquiteta CREA 41.025/D-MG.

SUMÁRIO

À MANEIRA DE PREFÁCIO.....
AGRADECIMENTOS.....
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS....
LISTA DE FIGURAS.....
RESUMO.....
SUBJECTS.....
RIASSUNTO.....
1 INTRODUÇÃO.....
2 OBJETIVO.....
3 METODOLOGIA.....
4 CAPELAS E IGREJAS CATÓLICAS DE VARGINHA - MG 1763-1913.....
4.1 Capela de Santo Antônio do Rio Verde (1763) e Capela do Divino Espírito Santo das Catanduvas (1795).....
4.2 Capela do Rosário ou dos Escravos 1845-1913 e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia do Espírito Santo da Varginha.....
4.2.1 Irmandade dos pretos.....
4.2.2 História da capela do Rosário em Varginha.....
4.2.2.1 - 1º período 1845-1913.....
4.2.2.2 Interregno: Junho de 1913 a outubro de 1915...
4.2.2.3 - 2º período: 1915-1941.....
4.2.2.4 - 3º e 4º períodos: 1942 até hoje.....
4.3 Capela de São Sebastião 1873.....
4.4 Capelas dos Passos.....
4.5 Capela do Pretório.....
4.6 Capela de São Miguel e Almas (cemitério paroquial).....
4.7 Capela de Santa Cruz 1874.....

4.7.1 O cemitério dos bexiguentos do largo de Santa Cruz.....
4.8 Capelas rurais (fazendas).....
4.9 Igreja Matriz do Divino Espírito Santo.....
4.9.1 - 1º período 1807-1830.....
4.9.2 - 2º período 1831-1889.....
4.9.3 Interregno: 1889-1908.....
4.9.4 - 3º período 1908-1974.....
4.9.5 Interregno: 05/05/1974- 20/12/1980.....
4.9.6 – 4º período 21/12/1980 até hoje.....
4.9.7 A cripta da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo
4.9.7.1 Conceitos: cripta, catacumba, ala, prateleira, gaveta e urna.....
4.9.7.2 Pequeno histórico.....
4.9.7.3 A cripta atual.....
5 ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL DE IGREJAS NO SÉCULO XIX: LEGISLAÇÃO DO IMPÉRIO.....
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....
GLOSSÁRIO.....
APÊNDICE 1: Imagens esculpidas das capelas e igrejas católicas de Varginha – MG 1907.....
APÊNDICE 2: Igrejas, capelas e cemitério paroquial, altura média e dimensões em metros lineares e metros quadrados, Varginha – MG, 1907.....
APÊNDICE 3: Fotografias e fichas técnicas: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e Capela do Rosário....
APÊNDICE 4: Ficha técnica de outras alfaias da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 1908-1974.....
ÍNDICE DAS FOTOGRAFIAS.....
O AUTOR.....

À MANEIRA DE PREFÁCIO

O trabalho intitulado “Capelas e Igrejas Católicas de Varginha – MG 1763-1913”, autoria de José Roberto Sales, é, sem dúvida, rica contribuição ao nosso patrimônio histórico.

O autor, com clareza, delimitou seu campo de investigação e brilhantemente alicerçou sua obra em bases sólidas de recursos documentais tanto do mundo religioso quanto do civil. Por certo, o jovem historiador oferece respostas seguras, pois firmemente documentadas, a quantos queiram conhecer a caminhada de “Capelas e Igrejas Católicas de Varginha”.

Já de início, as palavras-chaves abrem portas para a viagem a que o autor nos convida. Como as linhas dos velhos brasões, os termos esquadrinham-se formando uma cruz aspada, levando o leitor a percorrer quatro cantos distintos: História e Arte, Fé e Cultura – veios que a região sul-mineira, opulenta e generosa, ofereceu como forte contribuição para o progresso e desenvolvimento.

Na História da Arte, a Vida de nosso Povo. Não faz muito, João Paulo II[1], dirigiu-se aos artistas – “aqueles que apaixonadamente procuram novas ‘epifanias’ da beleza para oferecê-las ao mundo como criação artística”. Em sábia reflexão, o saudoso Papa afirmou: “A História da Arte não é apenas uma história de obras, mas também de homens. As obras de arte falam dos seus autores, dão a conhecer o seu íntimo e revelam o contributo original que eles oferecem à

história da cultura" (Carta de João Paulo II aos Artistas. São Paulo : Paulinas, 1999).

Com seriedade de competente pesquisador, usando linguagem simples e correta, José Roberto Sales contribui não só com informações sobre Capelas e Igrejas Católicas de Varginha, mas também delineia a história do catolicismo em nossa região.

Que o autor prossiga suas valiosas pesquisas, construindo cultura, ciência, fé e arte!

Monsenhor Domingos Prado Fonseca
Membro da Academia Varginhense de Letras, Artes e Ciências
Cadeira nº 26

[1] Nota do Autor: João Paulo II: Karol Wojtyla (1920-2005). Papa no período de 16 de outubro de 1978 a 2 de abril de 2005.

AGRADECIMENTOS

À Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha e à Cúria Diocesana da Campanha - MG, pela confiança demonstrada em franquear-me a consulta aos documentos paroquiais sem a qual a realização desta pesquisa teria sido impossível.

Ao Monsenhor Domingos Prado Fonseca que a despeito das muitas atividades religiosas e contratempos, prontamente se dispôs a redigir o adequado e sensível Prefácio que ele, humildemente, nomeou "À maneira de Prefácio".

A Marcos Valério Albinati Silva professor de Língua Portuguesa e Literatura Luso-Brasileira, ex-aluno do Seminário Diocesano Nossa Senhora das Dores, em Campanha – MG, pela revisão cuidadosa, colaboração na busca de documentos paroquiais e sugestões que aprimoraram o texto.

Aos amigos:

Renata Di Lorenzo arquiteta, pela gentileza da consultoria prestada sobre o estilo arquitetônico da Capela do Rosário 1845-1913.

Nilson Antonio Ribeiro, pela generosidade em partilhar comigo o acesso ao seu rico e inédito acervo particular de fotografias e de filmes sobre a história de Varginha.

Michele Tommaso Vanzetti italiano de nascimento, artista plástico, pela gentileza em traduzir o resumo desta obra para o idioma italiano e pelas informações sobre a restauração da imagem esculpida de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

Cº	Cônego
D.O.U.	Diário Oficial da União
f.	Frente
fl.	Folha
fls.	Folhas
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
vº	Verso
f./vº	Frente e verso
MMV	Museu Municipal de Varginha
MMV/xxx/xxxx:	Museu Municipal de Varginha / ano de ingresso da peça no Museu / número da peça no catálogo do Museu.
N	Número; total.
[sic]	Palavra que, entre parênteses ou colchetes, se intercala numa citação ou se pospõe a esta para indicar que o texto original está reproduzido exatamente, por errado ou estranho que possa parecer. Significa: assim, deste modo.
[S.l. : s.n]	O local (cidade) de publicação e a editora não constam do original.
(s.d.)	Sem data.
s/r	Sem referência.
[?]	Palavra ilegível no manuscrito original; dúvida do autor em relação à data exata.

[ ] Os textos entre colchetes são informações do autor intercaladas em textos de terceiros, quando se considerou necessário esclarecer aspectos que os documentos ou textos de referência utilizados não abordaram.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1

Capela do Rosário 1845-1913

FIGURA 2

Planta baixa da capela do Rosário 1845-1913

FIGURA 3

Teto da torre central da Igreja Matriz 1908
Cúpula da Igreja Matriz 1928

FIGURA 4

Portão da entrada principal da Igreja Matriz 1900-1974. Detalhe

RESUMO

Este livro apresenta a história das capelas e igrejas católicas, apostólicas, romanas erigidas em Varginha – MG, no período de 1763 a 1913, cuja data-baliza inicial é a da primeira referência sobre uma capela na região que viria a ser o município de Varginha, e a final, a do ano em que a primeira capela do Rosário foi demolida. São apresentados históricos das seguintes capelas: Santo Antônio do Rio Verde (1763), Divino Espírito Santo das Catanduvas (1795), Rosário ou dos Escravos (1845-1913), São Sebastião (1873), Passos, Pretório, São Miguel e Almas (cemitério paroquial), Santa Cruz, e Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (períodos: 1807-1830, 1831-1889, 1908-1974, 1980 até hoje). Referente às capelas do século XIX, foi possível apresentar um inventário das alfaias. A capela do Rosário tem sua arquitetura analisada. São apresentados alguns aspectos legais da administração patrimonial de igrejas no século XIX. A obra é enriquecida com ilustrações do autor e apresenta, ainda, quatro Apêndices, Notas, e um Glossário de termos eclesiásticos, jurídicos e de arquitetura. As principais fontes de informação desta pesquisa foram os Livros de Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo nº 1 (1902-1941) e nº IV (1960 – em uso).

Palavras-chaves: Varginha – MG - (História). Catolicismo. Arquitetura de Igrejas e capelas católicas.

SUBJECTS

By José Roberto Sales

Catholics chapels and churches in Varginha (Brazil, MG) 1763-1913. Varginha city is located in the Southern part of the state of Minas Gerais, Brazil. Varginha: History and society. Religiosity and religious custom. Catholicism: churches, mother church and chapels. Churches and chapels architecture. Chapels: Santo Antônio do Rio Verde (1763); Divino Espírito Santo das Catanduvas (1795); Rosário (Rosary's Chapel or Slaves' Chapel and Rosary's Fraternity) 1845-1913; São Sebastião (San Sebastian Chapel) (1873); dos Passos; Pretório (Pretorium's Chapel); São Miguel e Almas (Saint Michel and Souls' Chapel or parish's cemetery chapel); Santa Cruz (Saint Cross' Chapel); countryside chapels (farms) and Divino Espírito Santo Mother Church (period: 1807-1830, 1831-1889, 1908-1974, 1980 until present). The main sources of this research are parochial documents of Paróquia do Divino Espírito da Varginha – MG.

Key-words: Varginha – MG - (History). Catholicism. Churches and chapels architecture 1763-1913.

RIASSUNTO

Michele Tommaso Vanzetti

CAPPELLE E CHIESE CATTOLICHE DELLA CITTÀ DI VARGINHA (BRASILE, MG) 1763-1913

Questo libro rappresenta la storia delle cappelle e delle chiese cattoliche, apostoliche, romane della città di Varginha nello stato di Minas Gerais in Brasile, nel periodo compreso tra il 1763 ed il 1913, la cui data iniziale è quella della prima notizia di una cappella nella località che diventerebbe poi il comune di Varginha, la finale è dell'anno in cui la prima cappella del Rosario fù demolita. Sono qui riportati gli storici delle cappelle seguenti: Santo Antônio do Rio Verde (1763), Divino Espírito Santo das Catanduvas (1795), Rosário ou dos Escravos (1845-1913), São Sebastião (1873), Passos, Pretório, São Miguel e Almas (Camposanto della parrocchia), Santa Cruz e chiesa Matriz do Divino Espírito Santo (periodi: 1807-1830, 1831-1889, 1908-1974 fino ad oggi). Per le cappelle del Secolo XIX, é stato possibile appresentare un inventario degli oggetti sacri. Vi è qui un'analisi dell'architettura della cappella del Rosario. Il lavoro é arricchito con illustrazioni dell'autore stesso, com un'appendice com fotografie dei tempii e degli oggetti sacri, note, e com un Glossario di vocaboli ecclesiasti e dell'architettura.

Parole-chiave: Varginha, città di (Brasile, MG) – Storia. Società. Religione. Cattolicesimo. Architettura delle chiese e cappelle cattoliche.

1 INTRODUÇÃO

O tempo aparentemente perdido pode ser recuperado pela memória. A memória pode ser restaurada pela palavra escrita. Este livro se baseia nessa premissa.

Até o momento, as informações sobre as várias capelas católicas do município de Varginha – MG, do final do século XVIII até as duas primeiras décadas do século XX, encontravam-se dispersas em documentos da Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha, da Cúria Diocesana da Campanha – MG, e das obras dos pesquisadores Lefort (principalmente, 1950 e 1993) e Sales (2003). Isso tem dificultado o trabalho dos historiadores que manifestam interesse específico pela pesquisa da história da Igreja Católica na região sul-mineira e em Varginha. Esta obra reúne de modo sistemático as informações sobre essas capelas, de acordo com a metodologia especificada a seguir, o que contribui também para que os munícipes – leigos e estudantes – se apropriem de uma história hoje quase ignorada e que diz respeito a todos os cidadãos varginhenses, independente do credo religioso que professam.

Este estudo possui os seguintes elementos textuais: Introdução; Objetivo; Metodologia; Capelas e igrejas católicas de Varginha 1763-1913 (dividido em nove itens, cada um sobre determinada capela ou igreja), e Considerações Finais. Os elementos pós-textuais são as Referências Bibliográficas; Notas; Glossário e Apêndices. São apresentados resumos em três idiomas: português, inglês e italiano, sendo esse último, um dos idiomas do Vaticano, sede da

Igreja Católica Romana, motivo pelo qual foi incluído pelo autor.

A Introdução mostra a relevância do sentimento religioso e da presença da Igreja Católica na formação da cultura brasileira, influência marcante no desbravamento das Minas Gerais desde o início do movimento Entradas e Bandeiras, responsável pela abertura de trilhas e rotas na mata e pelo surgimento das primeiras estradas, e dos primeiros povoados na região Sul do estado. São apresentadas informações sobre as arquidioceses de Mariana e Pouso Alegre, às quais a Paróquia da Varginha esteve subordinada, e sobre a diocese da Campanha à qual a referida Paróquia encontra-se adstrita desde abril de 1908. Apresenta-se também uma lista com os nomes dos papas e a duração dos respectivos pontificados no período 1763-1913. Justifica-se o período escolhido para estudo: 1763 a 1913.

O Objetivo delineia o objeto de estudo – capelas e igrejas católicas – e o período em análise: 1763-1913.

A Metodologia especifica as fontes primárias de informação pesquisadas: os documentos paroquiais sob a guarda da Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha.

O capítulo 4º, “Capelas e igrejas católicas de Varginha 1763-1913”, apresenta os históricos das capelas católicas de Varginha e comentários gerais sobre sua implantação, volumetria, estilo e alfaias.

Nas Considerações Finais, o autor remete o leitor para obras de referências complementares, discorre sobre a importância da elaboração de um catálogo das alfaias da Igreja Matriz no 3º período 1908-1974, já que se encontram dispersas por vários acervos

públicos e particulares, analisa a mudança de costumes na cidade quanto aos rituais e práticas de sepultamentos, e enumera as imagens do século XIX as quais a Igreja Matriz ainda possui.

As Referências Bibliográficas incluem livros, folhetos de época, documentos paroquiais, filmes e fotografias pesquisados.

As Notas do Autor nos rodapés complementam e esclarecem com detalhes algumas das informações apresentadas no texto.

O Glossário reúne, principalmente, vocábulos encontrados nos documentos paroquiais de 1906 e 1907, relativos à prática eclesiástica e da arquitetura.

Os Apêndices de 1 a 4 enriquecem a obra com informações complementares e condensadas. O Apêndice 1 é uma lista de imagens esculpidas as quais pertenciam à Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Varginha, em 1907, e às várias capelas da cidade. O Apêndice 2 apresenta dados comparativos das edificações das capelas e do cemitério paroquial. O Apêndice 3 apresenta fotografias e fichas técnicas de alfaias da Igreja Matriz durante o 3º período (1908-1974) e da capela do Rosário no 2º período (1915-1941). O Apêndice 4 apresenta fichas técnicas sem fotografias de outras alfaias que pertenceram à Igreja Matriz no 3º período.

A religiosidade era um comportamento social bastante relevante na Colônia e nas Províncias brasileiras. Os santuários, oratórios, capelas, igrejas e as irmandades eram locais e instituições de expressão dessa prática religiosa.

Para compreendermos a origem das igrejas ou de qualquer outro monumento, é necessário considerar o momento histórico e as características

geográficas do sítio onde se encontram. No Brasil dos séculos XVII e XVIII, a implantação das primeiras igrejas era feita no alto de morros devido à influência dos bandeirantes. Por questões de segurança, bandeirantes e tropeiros pernoitavam em locais de onde pudessem vigiar as redondezas, a fim de se prevenirem de ataques de índios e salteadores. Com o tempo, erguiam pequenas construções no local para tornar a estada um pouco mais confortável - capelas, ermidas, casas de pouso etc. Nesses locais surgiram os povoados que, progressivamente, se tornavam vilas e cidades. Muitas cidades sul-mineiras tiveram essa origem e a preservam ainda hoje em seu topônimo como, por exemplo, Pouso Alto e Pouso Alegre.

De acordo com Lefort, antiga lei da Igreja estabeleceu que todas as capelas e ermidas cristãs [católicas] que são eretas necessitam de aprovação diocesana quando se destinam ao culto público. Embora muitas capelas tenham sido erguidas em propriedades particulares, ao se tornarem do domínio da coletividade, sujeitam-se às leis eclesiásticas e os proprietários devem erguê-las de pedra e cal, e não somente de madeira ou de barro (LEFORT, 1950, p. 32-33).

Os templos aos quais este estudo se dedica são aqueles católicos apostólicos romanos, ou seja, que estavam subordinados à autoridade do papa e da Santa Sé e que foram eretos por fiéis que professavam o catolicismo da Igreja católica romana. Os católicos romanos reconhecem o papa como o representante de Cristo na terra, e consideram sua Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica. Com isso, não apresentamos outras capelas cristãs cujas

origens se vinculam a outras modalidades do cristianismo, principalmente o protestantismo (conjunto de doutrinas religiosas e de igrejas oriundas da Reforma religiosa no século XVI) mesmo porque, em Varginha, a construção desses templos deu-se em data posterior a 1913.

No período de 1763 a 1913, datas-balizas deste livro, a Igreja Católica teve dez papas, todos italianos: Clemente XIII (Carlo Rezzonico) 1758-1769; Clemente XIV (Giobanni Vicenzo Ganganelli) 1769-1774; Pio VI (Giovanni Angelo Braschi) 1775-1799; Pio VII (Barnaba Chiaramonti) 1800-1823; Leão XII (Annibale Della Genga) 1823-1829; Pio VIII (Francesco Saverio Castiglioni) 1829-1830; Gregório XVI (Bartolomeo Alberto Cappelari) 1831-1846; Pio IX (Giovanni Mastai Ferreti) 1846-1878; Leão XIII (Gioacchino Pecci) 1879-1903, e São Pio X (Giuseppe Melchiorre Sarto) 1903-1914.

A atuação da Igreja Católica nos territórios ultramarinos portugueses localizados junto ao Oceano Atlântico era regulada pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que, desde 1707, reunia uma compilação de diretrizes doutrinárias e práticas, publicadas em 1719. Elas são a primeira legislação eclesiástica do Brasil. Nos territórios conquistados, a atividade missionária era obra e dever da Coroa, que acatava os preceitos estabelecidos pelo instituto do Padroado e pelas Ordenações do Reino. No Padroado, a Igreja de Roma outorgava a um administrador civil certo grau de controle sobre uma igreja local ou nacional, pois o padroado era o direito de conceder benefícios eclesiásticos. O padroado também se referia ao território onde esse direito era exercido. Havia uma concessão de privilégios e

reivindicação de direitos. Bula do papa Bento XIV, de 25 de abril de 1716, determina os novos limites das paróquias do arcebispado da Bahia, bispados e prelazias na América. Na Colônia e durante o Império o catolicismo era a religião oficial. Antes de 1745, a vida religiosa em Minas Gerais era tutelada pela diocese do Rio de Janeiro (BOSCHI, 2007, p. 282-283; ISHAQ, 2008). Após esse ano, as paróquias do sul de Minas passaram ser eclesiasticamente subordinadas ao Bispado de Mariana e assim permaneceram até a primeira década do século XX.

De acordo com Silva, em 1878, a Província de Minas Gerais continha dois bispados: o de Mariana e o de Diamantina. O Bispado de Mariana foi criado pela bula *Candor Lucis*, do papa Bento XIV [ou Benedito XIV], de 6 de dezembro de 1745, e instalado em 27 de fevereiro de 1748. O Bispado de Diamantina foi criado mais de um século depois, "pela Lei nº 693, de 10 de agosto de 1853, e realizado em 6 de junho de 1854 pela bula do papa Pio IX" (SILVA, 1878/1997, p. 38-39).

No dia 4 de agosto de 1900, foi criada a Diocese de Pouso Alegre pelo Decreto Régio *Latissime Potens*, com a possibilidade de ser desmembrada, quando necessário.

Poucos anos depois, no dia 8 de setembro de 1907, foi criada a Diocese da Campanha pelo Decreto Pontifício *Spirituali Fidelium* (LEFORT, 1993, p. 8). Entretanto, somente no ano seguinte o documento da Nunciatura Apostólica assinado em Petrópolis – RJ, no dia 25 de abril de 1908, estabeleceu: "Separamos da Diocese de Pouso Alegre as paróquias denominadas vulgarmente – (...) Varginha (...)" (LEFORT, 1993, p. 11). A partir dessa data a paróquia

de Varginha passou a pertencer à Diocese da Campanha. O principal motivo alegado para o desmembramento foi o de que as Dioceses não devem abranger grande extensão territorial e populacional para que os pastores que as governam possam melhor promover o bem espiritual dos fiéis. O ano que consta da insígnia da Diocese da Campanha é 1907.

Atualmente, a diocese da Campanha faz parte do Regional Leste II (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), cujos municípios estão integralmente localizados no estado de Minas Gerais. Ela compreende 59 paróquias distribuídas por 49 municípios (e dois, em parte) do Sul de Minas. O território que a Diocese da Campanha abrange é de 15.420 km^2, com uma população aproximada de 681.291 habitantes. A diocese da Campanha é dividida em dez microrregiões administrativas e pastorais, possui oitenta sacerdotes seculares / diocesanos e 21 sacerdotes regulares / religiosos; possui três seminários e 39 casas religiosas (DIOCESE DA CAMPANHA, 2009).

A arquidiocese de Pouso Alegre e a diocese da Campanha, foram criadas no pontificado de Giuseppe Melchiorre Sarto, o Papa São Pio X (1903-1914).

Em Varginha – MG, no século XIX, e nas duas primeiras décadas do século XX, a atual avenida Rio Branco era o principal logradouro da igreja e das capelas. No início da avenida, estava localizada a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, e em seu Largo[2], uma das capelas dos Passos. Na porção central da avenida situava-se a Capela do Rosário, em cujo Largo erguia-se outra das capelas dos Passos. No final da avenida, dentro do cemitério

paroquial (atual Praça da Fonte), havia a Capela de São Miguel e Almas. Na principal rua paralela à avenida Rio Branco, a rua Direita - atual rua Presidente Antonio Carlos, ficavam duas outras capelas dos Passos.

As acepções do vocábulo “capela” em idioma português que interessam a este estudo são as seguintes: pequena igreja, com apenas um altar, geralmente subordinada a uma paróquia e, por extensão, qualquer local destinado ao culto religioso fora do âmbito das igrejas: em escolas, hospitais, palácios, fazendas, cemitérios etc. São sinônimos de capela: ermida, orada, santuário (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 607).

O vocábulo “igreja”, no que se refere à arquitetura, é um edifício onde se reúnem os fiéis para exercer o seu culto (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1569). Nesse aspecto não haveria, portanto, diferença alguma entre igreja e capela. Porém, o uso popular dessas palavras no Brasil consagrou uma diferença quanto às dimensões: o vocábulo igreja é empregado na maioria das vezes para se referir a uma edificação de maior volumetria.

---

[2] **Largos de Varginha:** no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, a avenida Barão do Rio Branco era formada por três largos. O primeiro era o da frente da Igreja Matriz, ou seja, onde é, atualmente, o fundo: a Praça Governador Benedito Valadares. O segundo era o do Rosário, em frente à capela do Rosário, situado da interseção da atual avenida São José até a interseção com a rua São Paulo. O terceiro era o de São Miguel, em frente à atual Praça da Fonte onde se localizava o cemitério paroquial, descendo pela avenida até a interseção com a avenida São José (SALES, 2006, p. 50). Em suma, os largos eram os seguintes: Largo da Matriz (início da avenida), Largo do Rosário (meio) e Largo de São Miguel (final).

É necessário ainda esclarecer o conceito de imagem. O termo é complexo e abrange uma infinidade de acepções e interpretações. Neste estudo, o conceito de imagem utilizado é o de representação da forma ou do aspecto de ser ou objeto por meios artísticos, mais especificamente, a representação de seres que são objeto de culto, de veneração. A imagem pode ser desenhada, gravada, pintada ou esculpida (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1573). As imagens às quais este estudo se refere são imagens esculpidas de anjos, santos e apóstolos em metal, madeira ou gesso que pertenciam à Igreja Matriz do Divino Espírito Santo durante o 3º período (1908-1974). No entanto, a nave central da Matriz contava com outros tipos de imagens com valor artístico: grandes vitrais de santos feitos de ferro e vidro policromado, afixados a intervalos regulares nos dois lados das paredes, em toda sua extensão. Não foi possível recuperá-los através de fotografias para que se pudesse analisá-los.

Em 1874, Veiga se refere ao varginhense como povo de "bem vivas crenças religiosas" e afirma que as datas comemorativas dos padroeiros das capelas e a da Paixão e Morte do Redentor, [à época, conhecidas por "endoenças[3]"], são as grandes festividades religiosas dos varginhenses.

[3] **Endoenças:** solenidades religiosas que se realizam na Quinta-Feira Santa. Etimologia: antigo plural vulgar de "indulgências", usado no latim eclesiástico (dies) indulgentiae 'Quinta-Feira da Semana Santa e a Sexta-Feira da Paixão', dias de perdão, dias em que eram concedidas "indulgências eclesiásticas", do latim indulgentia,ae 'bondade, benevolência, brandura, condescendência, favor, graça, isenção de um tributo, perdão de uma pena'; fixou-se formal e semanticamente como divergente de indulgência. Forma histórica: século XV endoẽças, século XV emdoemças (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p.1141).

Além da capela de Nossa Senhora do Rosário, Veiga cita ainda as capelas de São Miguel, Pretório e de Santa Cruz (VEIGA, 1874, p. 175). O autor não fornece detalhes das datas de construção, da localização, das dimensões e do tipo de construção. Essas informações foram encontradas no Livro do Tombo nº 1 da freguesia da Varginha, Bispado de Pouso Alegre, 1902-1941.

As datas-balizas deste estudo são 1763 e 1913. Em 1763, de acordo com Lefort (1950), encontra-se a primeira referência a uma capela na região onde, posteriormente, se localizaria o município de Varginha. O ano de 1913 é o da demolição da primeira capela do Rosário e, de acordo com Sales (2003, p. 161), marca também o final do período de grande impulso de desenvolvimento econômico, social e político-administrativo, denominado “belle époque” varginhense (1881-1913).

2 OBJETIVO

O principal objetivo deste trabalho é apresentar um estudo das capelas e igrejas católicas, apostólicas, romanas do município de Varginha, Minas Gerais, no período 1763-1913, contemplando histórico, implantação, volumetria, arquitetura, estilo e alfaias. Os dados são complementados e enriquecidos por ilustrações e fotografias.

3 METODOLOGIA

As fontes pesquisadas foram, principalmente, documentos da Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha e da Cúria Diocesana da Campanha – MG. O principal documento utilizado foi o Livro de Tombo nº 1 da Freguesia da Varginha 1902-1941, com cem folhas numeradas à mão e rubricadas pelo padre Samuel Fragoso, secretário do antigo Bispado de Pouso Alegre. O Livro de Tombo nº 1 contém, entre outros documentos, o "Inventário das capelas e cemitério", de 17 de junho de 1907 (fls. 6vº a 9vº), redigido pelo vigário Pedro Nolasco de Assis (1906-1911), e a "Resposta aos quesitos apresentados pelo Exmo. Revmo. Sr. vigário da Paróquia da Varginha – Cº Pedro Nolasco de Assis", de 11 de abril de 1907, (fls. 10f. a 12f.).

O "Inventário das capelas e cemitério", elaborado durante a construção da Nova Matriz, apresenta descrição detalhada sobre as capelas de São Sebastião, do Pretório, de Nossa Senhora do Rosário, de São Miguel e Almas (capela do cemitério paroquial), de Santa Cruz, dos Passos, e da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Esse inventário traz as dimensões das capelas (comprimento, largura e altura), comentários gerais sobre o histórico de cada uma delas, o seu estado geral de conservação, sugestões para reformas ou remoções e um rol das alfaias. O documento é assinado pelo vigário Pedro Nolasco de Assis. O cálculo da metragem quadrada de cada templo foi feito pelo autor.

A "Resposta aos quesitos apresentados pelo Exmo. Revmo. Sr. vigário da Paróquia da Varginha – Cº Pedro Nolasco de Assis" apresenta, sob a forma de

perguntas e respostas, as dimensões da Igreja Matriz, o inventário da quantidade e custos das madeiras e ferragens utilizadas na construção, o cálculo aproximado do custo do material e da mão de obra bem como uma avaliação geral da qualidade, da solidez e do estilo da edificação. O documento é assinado por João Baptista Randolpho Paiva e pelo engenheiro civil A. J. Rezende Silva.

Outros documentos da Paróquia do Divino Espírito Santo utilizados: a) Livro de Tombo nº IV, cuja primeira anotação data de 10 de Julho de 1960 e encontra-se ainda em uso. Ele contém duzentas folhas tipograficamente numeradas e rubricadas pelo padre Heriberto Hartmann, S.C.J. O Livro de Tombo IV, contém informações relevantes sobre a demolição da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) e sobre a construção do templo atual; b) Índice cronológico do Livro de Tombo I, datilografado, com cinco páginas e sem data, e c) Relatório. Movimento paroquial do ano de 1905, que contém a "Resposta do vigário padre José Maria Mendes", datada de 19 de Junho de 1905. O documento pertence ao acervo da Cúria Diocesana da Campanha – MG (Caixa nº 5, Divino Espírito Santo da Varginha 1880-1984).

São estudadas as seguintes capelas: Santo Antônio do Rio Verde (1763), Divino Espírito Santo das Catanduvas (1795), Rosário ou dos Escravos (1845-1913), São Sebastião (1873), Passos, Pretório, São Miguel e Almas (cemitério paroquial), Santa Cruz, e Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (1807-1830, 1831-1889, 1908-1974).

Devido ao maior número de informações encontradas foi possível dividir a história da capela do

Rosário e da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo em períodos. A palavra “interregno” foi utilizada em sua acepção figurada como sinônimo de intervalo. No caso específico, o interregno é o intervalo entre um período e outro na história da construção do templo (Capela do Rosário ou Igreja do Divino Espírito Santo). O interregno de maior duração ocorreu durante a construção do templo da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo do 3º período: teve a duração de dezenove anos, entre 1889 e 1908.

À exceção das capelas do século XVIII, foi possível inventariar as alfaias de todas elas. As alfaias são constituídas por fragmentos de construção, construções artísticas e peças de mobiliário e de indumentária. São apresentadas ilustrações da capela do Rosário 1845-1913 (fachada principal e planta baixa), do teto da torre central da Igreja Matriz, em 1908, e da cúpula do mesmo teto, após a reforma de 1928. Todos esses desenhos são inéditos, elaborados especialmente para este livro. O desenho da fachada principal da Capela do Rosário, feito a partir de decalque sobre ampliação de fotografia de época, possibilitou uma detalhada análise do seu traçado arquitetônico.

O principal pesquisador citado é o Monsenhor José do Patrocínio Lefort (1914 - 1997), autor de quatro obras datadas de 1948, 1950, 1956 e 1993, principalmente o clássico estudo “Varginha : monografia histórico-geográfica e estatístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1.º de junho de 1950” (São Paulo : Gráfica São José, 1950. 146 p.). Lefort exerceu durante algum tempo a função de Chanceler do Bispado da Campanha – MG. Alguns dos documentos paroquiais utilizados por ele para

fundamentar suas pesquisas não puderam, infelizmente, ser localizados na Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha e na Cúria Diocesana da Campanha. Entre eles, estão as mais remotas referências sobre a existência de capelas na segunda metade do século XVIII, na região que viria a ser o município de Varginha: a Ermida de Santo Antônio - Capela de Santo Antônio do Rio Verde, de 1763 (LEFORT, 1948; 1950), e as referências sobre a capela do Divino Espírito Santo das Catanduvas, em 1795, encontradas por Lefort no decreto diocesano de 14 de julho de 1832 (LEFORT, 1956).

Periódicos municipais (jornais) foram utilizados para a pesquisa de informações sobre a demolição da Igreja matriz 3º período (1908-1974), e sobre a construção do atual templo. São eles: Correio do Sul, Gazeta de Varginha, e Tribuna Varginhense. O período estudado foi de 1973 a 1981. Os dois primeiros encontram-se em circulação até hoje. A Tribuna Varginhense encerrou suas atividades. Com o mesmo propósito, foram pesquisados cartazes de propaganda da época que anunciavam a realização de leilões e feiras de gado para arrecadar dinheiro para as obras da igreja.

As ilustrações e as fotografias (exceto uma, especificada no Apêndice 3) que integram esta obra são do autor.

4 IGREJAS E CAPELAS CATÓLICAS DE VARGINHA – MG 1763-1913

4.1 Capela de Santo Antônio do Rio Verde (1763) e Capela do Divino Espírito Santo das Catanduvas (1795)

De acordo com Lefort, as mais remotas referências a templos religiosos de Varginha são do século XVIII: a capela de Santo Antônio do Rio Verde, em 1763 (LEFORT, 1950, p. 17, 20-21) e a capela do Divino Espírito Santo das Catanduvas, em 1795, referendada pelo decreto diocesano de 14 de julho de 1832 (LEFORT, 18º Anuário, 1956, p. 56).

Atualmente, os documentos paroquiais que a Cúria Diocesana da Campanha possui sobre Varginha são posteriores ao ano de 1880. Não há livro específico de decretos. Com isso, não foi possível localizar nessa instituição o documento e o texto do decreto citados por Lefort sobre as referidas capelas.

No entanto, pode-se afirmar que a primitiva capela dedicada à invocação do Divino Espírito Santo não foi ereta no local onde hoje se encontra edificada a Igreja Matriz de mesmo nome. Em 1806, o capitão Francisco Alves da Silva e sua mulher Thereza Clara Rosa da Silva, venderam as terras da região central da atual cidade de Varginha ao procurador dos povos aplicados o alferes Manoel Francisco de Oliveira. Logo em seguida, as terras foram doadas ao Bispado de Mariana, a fim de que pudessem constituir o patrimônio de uma capela com a criação do Curato do Espírito Santo das Catanduvas, o que de fato ocorreu em 18 de janeiro de 1807. Na época, no local citado, de acordo com a escritura lavrada, havia apenas um

sítio composto por “uma morada de casas cobertas de telhas e matas virgens, capoeiras e campos” (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha, 1906, fl. 3vº - fl. 4f./vº).

Portanto, caso houvesse uma capela, ela teria sido citada, com certeza, na referida escritura.

4.2 Capela do Rosário ou dos Escravos 1845-1913 e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia do Espírito Santo da Varginha

4.2.1 Irmandade dos Pretos

Do século XVIII até o início do século XX, as irmandades religiosas estiveram em atividades no Brasil, algumas das quais criadas e compostas por membros predominantemente negros - pretos e mulatos - livres e cativos. Em Minas Gerais, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário eram as mais numerosas. Outro orago de preferência dos negros, embora em menor número, era o de Nossa Senhora das Mercês (BOSCHI, 2007). A forma de estruturação das irmandades de negros era semelhante, organizadas por leigos que se agremiavam com objetivo de suprir algumas de suas necessidades que não eram garantidas nem pelo estado nem pela Igreja.

As irmandades eram associações de cunho religioso que tinham objetivos de caráter social e comunitário (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1650). Elas eram organizadas de acordo com os diferentes grupos sociais que revelavam a estratificação da sociedade colonial e, posteriormente, do Império. Os oragos das famílias mais abastadas, geralmente,

eram os da Misericórdia e do Santíssimo Sacramento (ISHAQ, 2008).

O surgimento das irmandades em Minas Gerais está relacionado à proibição precoce e definitiva do estabelecimento de ordens religiosas nessa Capitania durante o século XVIII. A Coroa Portuguesa as proibiu com receio da formação e disseminação de um discurso refratário à cobrança de tributos auríferos e também de que as práticas das congregações religiosas pudessem lesar aos cofres régios. Com isso, criou-se espaço para o advento de práticas religiosas alternativas que possibilitavam aos seus membros a identificação nas agruras pessoais e o compartilhamento de anseios grupais (BOSCHI, 2007).

Pertencer a uma irmandade garantia aos seus membros um sepultamento digno, a celebração de determinada quantidade de missas pela salvação da alma do morto, a integração social e a obtenção de outros benefícios diretos ou indiretos. As irmandades "representavam umas das poucas – se não a única – das formas de associação permitidas à população de cor no mundo colonial". Essas irmandades acolhiam homens e mulheres africanos e seus descendentes nascidos no Brasil (crioulos), escravos e alforriados, e proporcionava a eles a formação de novos critérios de identidade (BOSCHI, 2007, p. 279).

De acordo com os costumes da época, as irmandades de negros construíam capelas onde pudessem entrar para rezar e ser sepultados, pois não podiam freqüentar a Igreja Matriz. Em suas viagens pelo território nacional, durante o século XIX, Matos (1836/2004, p. 158 e 290) se refere à "igreja de N.

Sra. do Rosário dos homens pretos” e à “capela do Rosário dos homens pretos”.

Não foi encontrado o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia do Espírito Santo da Varginha. Esse compromisso era o estatuto da irmandade.

Entretanto, estudo dos Compromissos de outras irmandades de pretos em Minas Gerais revela que nesse estatuto estabelecia-se a padroeira da irmandade; os objetivos e motivações que possibilitaram a reunião dos seus devotos; as normas para o funcionamento interno, ou seja, a estrutura administrativa da associação com conceituações dos cargos e das respectivas funções; as festas e os ofícios religiosos que seriam realizados; os direitos e deveres dos irmãos e as condições em que a solidariedade inter e extragrupal seriam exercidas. A solidariedade não era incondicional, estava afeita às contribuições financeiras despendidas por seus membros (BOSCHI, 2007).

A administração das irmandades era exercida, geralmente, por um triunvirato: o juiz, o escrivão e o tesoureiro. O primeiro era um negro; os dois últimos, inevitavelmente, brancos ou mulatos alfabetizados, pois as atividades rotineiras da administração exigiam alguém que soubesse ler, escrever e contar. Os brancos podiam ser admitidos como membros das irmandades erigidas por negros. O financiamento das irmandades de pretos era feito, principalmente, por meio das contribuições de seus associados; a prática da esmola tinha um papel preponderante (BOSCHI, 2007). O Compromisso da Irmandade deveria ser oficialmente registrado como qualquer outro documento. A partir de 1845, o Governo Imperial

passou a cobrar uma taxa de 160 réis por cada folha registrada (DECISÃO Nº 88, Fazenda, 13 ago. 1845).

No dia da festa da padroeira, a irmandade escolhia e coroava, um rei e uma rainha. Os reinados estavam essencialmente vinculados às festas e às folias. Os negros incorporaram às cerimônias fúnebres e aos cultos aos mortos, variadas manifestações ritualísticas de origem africana: batuques, danças, banquetes e alegorias (BOSCHI, 2007). Essas práticas, entre outras, revelam o sincretismo religioso, ou seja, a fusão de diferentes cultos ou doutrinas religiosas antagônicas, com re-interpretação de seus elementos: o catolicismo e os cultos de origem africana.

Os instrumentos musicais importados pelas Irmandades "para uso nos ofícios divinos celebrados" eram isentos de impostos de importação (DECISÃO Nº 34, Fazenda, 5 fev. 1868, p. 25). Da mesma forma, sanefas e cortinas de damasco de seda, desde que importadas para adornar capelas e igrejas, também ficavam isentas dos impostos (DECISÃO Nº 248, Fazenda, 26 jul. 1871), bem como inúmeros outros objetos que tivessem finalidade religiosa ou contribuíssem para o embelezamento dos templos.

Entre os documentos pesquisados, o único a se referir à existência de uma irmandade de negros em Varginha – a do Rosário, é um assento no Livro de Tombo nº 1, da Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha, feito pelo vigário Pedro Nolasco de Assis. Afirma ele:

"Não encontrei documento algum referente a esta capela. Consta-me que houve nesta cidade uma Irmandade do Rosário" (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-

1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 7f.).

Fica evidente pelo relato do vigário Pedro Nolasco de Assis que, em 1907, não foram encontrados documentos que fizessem referência a essa capela nem à Irmandade do Rosário, embora sobre a Irmandade, pelo que se deduz do relato do mesmo vigário, havia vestígios da tradição oral. Nota-se também, que o vigário associa a construção da capela à existência de uma Irmandade do Rosário.

O “consta-me” do padre quer dizer: ouvi falar, contaram-me. Isso nos mostra que, em 1907, as pessoas idosas ainda preservavam relatos referentes à Irmandade do Rosário dos quais, infelizmente, não se conhecem registros.

É impressionante que apenas dezenove anos após a abolição da escravatura, a tradição oral da comunidade negra varginhense (composta por pretos e pardos, de acordo com o critério atual utilizado pelo IBGE), já se encontrasse tão diluída entre os brancos da sociedade urbana. Em 1832, década anterior à da construção da Capela do Rosário, a população total de Varginha era de 1855 habitantes, dos quais 1300 (70%) eram livres (brancos) e 555 (30%) cativos (pretos e pardos) (Arquivo Público Mineiro. Censo de 1832, apud SALES, 2003, p. 55). Portanto, na época em que a capela do Rosário foi construída em Varginha, a população negra constituía praticamente um terço dos habitantes da cidade.

O fato de o padre não ter localizado documentos sobre a história da capela adquire sentido quando se considera o quadro socioeconômico brasileiro do século XIX: os negros pertenciam à Irmandade do Rosário e compunham um grupo sem prestígio social.

A história da paróquia e das capelas é contada nos documentos por membros da elite branca escolarizada, culta. Essa elite não considerava relevante o relato sobre uma capela construída por uma irmandade de negros, cativos ou forros, quase todos iletrados, que se dedicavam no cotidiano à execução de trabalhos manuais. Pela legislação em vigor na época, os negros eram bens de seus senhores como qualquer outro bem material. Portanto, a ausência de documentos sobre a capela do Rosário, diz muito sobre a estrutura e a dinâmica da sociedade brasileira escravocrata e da sociedade varginhense da segunda metade do século XIX. Foi somente a partir de 1930, com as obras de Gilberto Freyre (1900-1987), principalmente "Casa Grande & Senzala" (1933), e de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), com "Raízes do Brasil" (1936), que os grupos acadêmicos passaram a modificar sua percepção sobre as artes e os ofícios produzidos pelas camadas sociais mais desfavorecidas e a perceber neles expressão cultural significativa.

4.2.2 História da capela do Rosário em Varginha

A história da capela do Rosário em Varginha, pode ser dividida em quatro períodos:

1º período: 1845-1913;
2º período: 1915-1941;
3º período: 1942 ao início dos anos 1980, e
4º período: 198-? até hoje.

A seguir, apresentamos as principais características e eventos dos dois primeiros períodos.

4.2.2.1 - 1º período 1845-1913

Em Varginha, a Capela do Rosário ou dos Escravos foi construída no Largo do Rosário, em 1845, pelos pretos cativos, depois de valioso donativo feito pelo capitão Antônio José Teixeira. A capela possuía onze metros de comprimento por 11,66 metros de largura. A altura era de 7,70 metros - a segunda capela mais alta da cidade, excetuando-se a Igreja Matriz (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 6vº). Os dados das dimensões da capela fornecidos pelo documento foram analisados e comparados com a fotografia da época. Percebeu-se, então, que a altura da capela à qual o documento se refere é a do piso até a cumeeira, e não a altura do pé-direito.

Parte do alicerce na frente da capela era para o seu aumento. No entanto, uma porção das pedras desse alicerce foi empregada nas obras da Matriz Nova (a igreja matriz inaugurada em 1908).

A capela possuía uma imagem grande [esculpida] de Nossa Senhora do Rosário, um altar, um crucifixo, dois castiçais estragados, três toalhas, quatro palmas, um tapete pequeno, duas caixas de madeira, quatro jarras velhas, duas placas velhas, uma lanterna velha, um copo de vidro, duas cômodas, uma mesa pequena de três pés, outra, de quatro pés, um armário, um tamborete, um quadro e um sino. Além disso, a capela do Rosário resguardava parte das madeiras da Matriz Velha (Igreja Matriz 2º período 1831-1889) (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl.

7f.). É curioso que o documento não mencione o esquife que essas irmandades possuíam para carregar os irmãos falecidos conduzindo-os à sepultura. A capela, de fato, não o possuía ou o relator esqueceu-se de inventariá-lo entre as alfaias?

A localização desta primeira Capela do Rosário era na avenida Rio Branco, a algumas dezenas de metros dos fundos da Igreja Matriz, área atualmente ocupada por jardins, entre o Cine Rio Branco e a avenida São José. A capela ficava em frente do atual número 304 da avenida Rio Branco.

A primeira Capela do Rosário permaneceu no mesmo lugar por 68 anos e, devido a ela, a Praça onde se localizava recebeu o nome de Praça do Rosário ou Largo do Rosário (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 6vº).

Em 1907, o vigário cônego Pedro Nolasco de Assis registrou:

“Esta capela (...) está completamente estragada, tornando-se necessária sua remoção para local mais conveniente” (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 6vº). Isso aconteceu alguns anos depois.

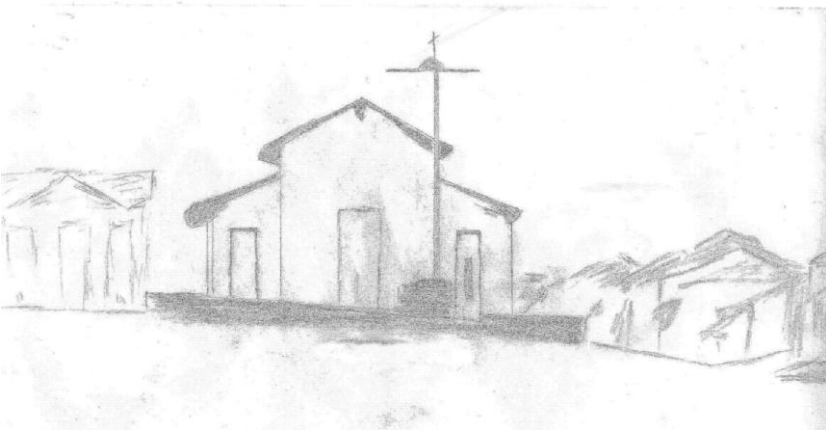
Na história das capelas de Varginha, a do Rosário teve um destino singular: foi reconstruída em dois diferentes locais, além do original. Uma fotografia de autoria anônima do final do século XIX, permitiu que se reconstruísse o desenho original dessa capela por meio de ilustração. Pela fotografia, percebe-se que a avenida Rio Branco era uma larga via pública com chão de terra[4]. Ao centro e primeiro plano,

encontra-se um tropeiro com dois muares carregados e, à sua esquerda, quatro crianças; à direita, formando a principal linha do ponto de fuga em diagonal, alinham-se os sobrados e edificações térreas; à esquerda, no último plano, vê-se a primeira Capela do Rosário (1845-1913) e, ao lado, à esquerda, duas edificações. A intenção do fotógrafo, evidentemente, não era a de fotografar a capela. A ampliação em grandes dimensões dessa fotografia, a qual pertence ao acervo da Editora Correio do Sul, em Varginha, permitiu que o autor realizasse ilustração por meio da técnica do decalque sobre papel vegetal com lápis de grafite n.º 2.

[4] **Avenida Rio Branco (ocupação da):** percebe-se que já no final do século XIX o lado da direita de quem caminha pela avenida no sentido Igreja – Praça da Fonte, lado onde se localizam atualmente a Câmara Municipal de Varginha, o Cine Rio Branco (desativado desde 1999) e uma agência do Banco do Brasil, é aquele com o maior número de edificações. O outro lado tem poucas e esparsas construções. Essa tendência de ocupação é perceptível ainda hoje, pois embora ambos os lados não mais possuam lotes vagos e ostentem edificações verticalizadas de porte, o lado da direita é nitidamente o mais utilizado pelos pedestres e o ponto comercial de preferência.

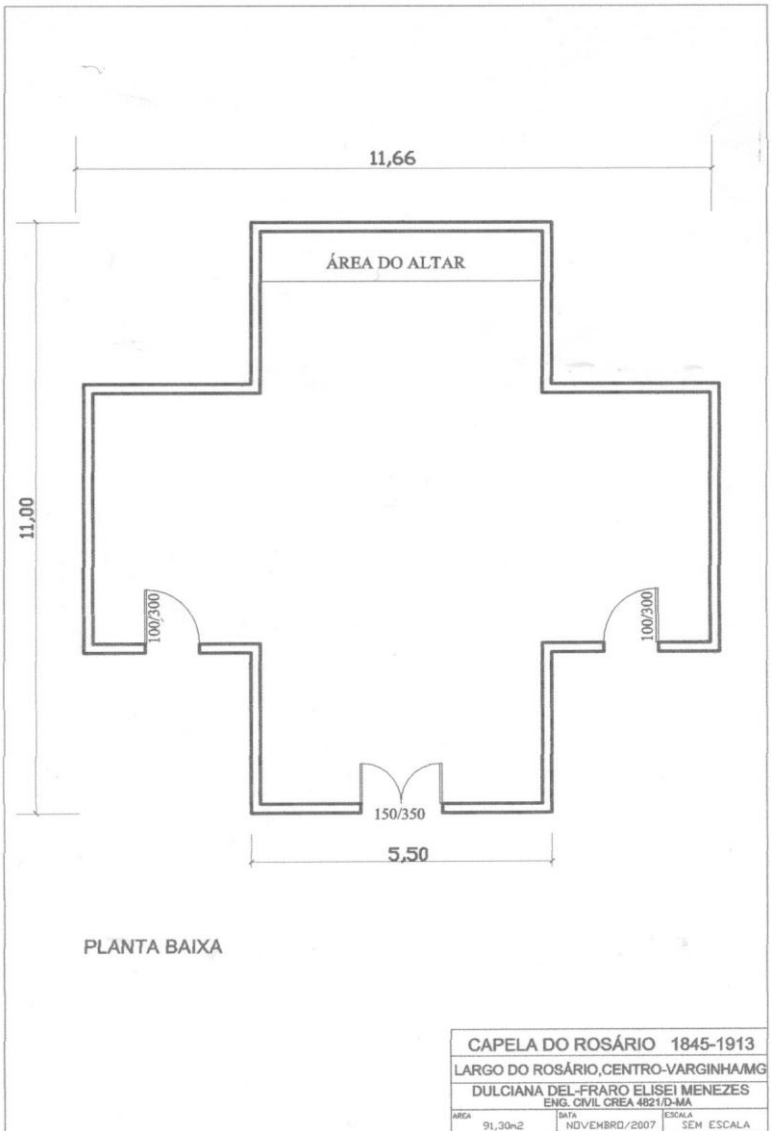
As ilustrações a seguir mostram a primeira Capela do Rosário (FIGURA 1; FIGURA 2). A técnica utilizada para o desenho da fachada (FIGURA 1) foi o decalque sobre papel vegetal com lápis de grafite nº 2, obtido por meio de aplicação do papel vegetal sobre fotografia superampliada (dimensões 180cm x 100cm). Fotografia do final do século XIX, sem data e sem referência de autoria na reprodução pesquisada.

FIGURA 1



Fachada principal da Capela do Rosário 1845-1913, Varginha – MG.
Ilustrador: José Roberto Sales, 2007

FIGURA 2


11,66
ÁREA DO ALTAR
11,00
100/300
100/300
150/350
5,50
PLANTA BAIXA
CAPELA DO ROSÁRIO 1845-1913
LARGO DO ROSÁRIO,CENTRO-VARGINHA/MG
DULCIANA DEL-FRARO ELISEI MENEZES
ENG. CIVIL CREA 4821/D-MA
AREA
91,30m2
DATA
NOVEMBRO/2007
ESCALA
SEM ESCALA

A Figura 2 mostra a planta baixa provável da Capela do Rosário 1845-1913. A ilustração foi feita pela engenheira civil Dulciana Del-Fraro Elisei Menezes (CREA 4821/D-MA), em novembro de 2007, a partir das dimensões e dos detalhes históricos fornecidos pelo autor.

A planta baixa completa incluindo os fundos da capela é uma reconstituição baseada nas dimensões fornecidas pelos documentos paroquiais e pela fotografia de época. No entanto, os dados permitem estabelecer com certeza apenas o desenho da fachada com suas medidas. A partir desses dados, tentou-se visualizar todo o traçado da planta baixa. Os cálculos da metragem quadrada (91,30 m^2) e do perímetro (45,32 metros) são, portanto, aproximados.

Os dados obtidos não permitiram visualizar a localização das janelas. Apesar do inevitável limite causado pela escassez das fontes documentais, a utilização conjunta das medidas encontradas no Livro do Tombo e do desenho da fachada feita pelo autor, permitiu estabelecer outras medidas.

A largura do corpo principal da edificação era de 5,50 metros. O comprimento dos dois corpos secundários era de 3,08 metros cada, sendo que a altura, na parte mais elevada onde as paredes encontram o corpo do edifício principal (nave central), era de, aproximadamente, 4,90 metros. A porta da entrada principal tinha 3,50 metros de altura por 1,50 metro de largura. As portas secundárias tinham, aproximadamente, três metros de altura por um metro de largura.

O comprimento total do cruzeiro da base de pedra ao topo da segunda cruz era de dez metros, sendo que a base de pedra tinha um metro de altura,

e a cruz, nove metros. A envergadura da cruz maior era de três metros. A cruz menor do topo tinha um metro de altura. O conjunto lembra uma cruz de Lorena, ou seja, aquela de duas travessas, sendo a superior menor. No entanto, havia uma curiosa diferença: a travessa superior não se encontrava paralela à inferior, mas perpendicular a essa.

O desenho da fachada reproduz fielmente as linhas arquitetônicas da capela fotografada. O templo era uma construção simples, desprovida de ornamentos e possuía pequena volumetria quando comparada com a Igreja Matriz, a igreja da elite branca detentora do poder político e econômico. A singela arquitetura da Capela do Rosário marcava no plano concreto da edificação a notável diferença social que havia entre o mundo dos brancos e o mundo dos pretos e mulatos, simultaneamente próximos e distantes, interdependentes e isolados. A data da construção da igreja é 1845, e apesar da simplicidade das linhas, é provável que tenha sido construída por encarregados utilizando a mão de obra escrava. Essa hipótese é plausível, pois havia uma irmandade religiosa que demandava a construção, o que é diferente da construção de outras capelas de períodos anteriores, erguidas em locais ermos, e a Igreja, como instituição, ainda não conseguia estar presente.

As linhas arquitetônicas remetem ao traçado das primeiras edificações construídas por bandeirantes nas quais se pode perceber a primitiva influência jesuítica. Esse fato é revelador de dois aspectos fundamentais: a precária condição econômica dos membros da Irmandade do Rosário varginhense e a permanência no imaginário coletivo da época da estrutura arquitetural religiosa dos séculos XVII e

XVIII. A capela foi finalizada em meados do século XIX, quando a arquitetura mineira já havia conhecido o esplendor apoteótico do barroco e a arquitetura brasileira sofria outras influências durante o período da elite cafeeira. Nesse período, as construções residenciais e de igrejas passaram a ser mais amplas, ricas e elaboradas. Nos sertões do país, essas influências demoravam mais a chegar.

Portanto, o modelo dessa primeira Capela do Rosário é mais antigo que os modelos que estavam sendo construídos na mesma época em centros urbanos maiores. Isso ocorreu devido ao fato de ser uma igreja de escravos, construída no interior, com escassez de recursos. Essa arquitetura vernacular, ou seja, realizada pela comunidade, é uma obra não acadêmica que tem como principal característica refletir a tradição e a cultura do povo. A planta é singela. A edificação foi feita com materiais e técnicas locais simples, como madeira e barro. Como se pode ver pela ilustração da fachada, a igreja apresenta dois corredores laterais, que equivaleriam às naves laterais existentes nas igrejas de plantas maiores e mais complexas. A nave central – corpo da igreja – com pé-direito mais alto, possui o telhado principal de duas águas. Os dois corredores laterais, com pé-direito mais baixo, são cobertos por telhados de duas meias-águas.

A fachada também apresenta elementos característicos da arquitetura paulista dos séculos XVI e XVII, com portas de verga reta, volume central mais elevado e telhado em duas águas. Os volumes laterais embora mais baixos e acanhados, possuem beirais de telhas para proteção das paredes que foram assentadas sobre base de pedra.

Levantamento arquitetônico de construções da segunda metade do século XVIII até o final do século XIX, em 73 fazendas de Varginha e região, entre elas as fazendas Saquarema, da Serra, do Serrote, dos Tachos, da Barra do Palmela, da Anta, da Cobiça, e das Posses, revela uma arquitetura caracterizada basicamente pelo uso da mesma técnica construtiva, qual seja, uma estrutura independente de madeira e uso de pau-a-pique (CRUZ, 1997).

Considerando o ano em que o templo foi erguido - 1845, e a técnica de construção empregada no período, as paredes da capela do Rosário seriam de taipa de mão, também chamada de pau-a-pique, e teriam a espessura de 17cm (CRUZ, 1997). A taipa é um processo de construção de paredes que utiliza barro amassado para preencher os espaços criados por uma espécie de gradeamento, geralmente de paus, varas, bambus, caules de arbustos etc. Na taipa de mão a parede é feita com barro atirado com a mão (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2659). Essa técnica construtiva e espessura de paredes foram identificadas como padrão utilizado nas edificações erguidas na zona rural de Varginha e região, durante todo o século XIX, época em que a capela do Rosário foi construída.

À distância, a observação da fachada revela sua marcada verticalidade, como se a igreja estivesse comprimida. Os elementos do conjunto arquitetônico que contribuíam para isso eram: a base de pedra na frente sobre a qual se fixou o cruzeiro, as altas paredes da nave central e dos corredores laterais e as vergas estreitas e compridas das portas. Quando o observador contemplava a igreja de longe, seu olhar tendia a ser intuitivamente atraído da base do cruzeiro

para o seu ápice, onde se fixou uma pequena cruz. O convite, então, era para que o observador olhasse para o céu a partir daquele amplo espaço em aberto do logradouro público que ainda hoje, apesar da quantidade e da altura das edificações, permanece como uma característica marcante da avenida Rio Branco, quando comparada com as das outras vias públicas das adjacências.

4.2.2.2 Interregno: Junho de 1913 a outubro de 1915

Esse período de 28 meses é o da construção da nova capela do Rosário. Em 19 de maio de 1913, a Diocese da Campanha emitiu licença autorizando as demolições das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e do Pretório (LEFORT, 1950). A primitiva capela do Rosário foi, então, demolida devido ao seu estado precário de conservação e à abertura de uma nova avenida: a avenida São José. O início da demolição deu-se no dia 2 de junho do mesmo ano (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Índice cronológico do Livro de Tombo I, datilografado, s.d.). Construiu-se outra, na atual Praça Marechal Floriano, nº 18, centro, no local onde hoje se localiza o VTC – Varginha Tênis Clube.

4.2.2.3 - 2º período 1915-1941

Em 15 de outubro de 1915, o jornal varginhense “O Momento”, do redator-chefe João Liberal, trazia a seguinte nota:

> A poética igrejinha do Rosário, que se nos afigurava encantada pelo tempo que absorveu a sua reconstrução, está, finalmente, concluída, graças aos esforços de Germano Zambotti, a cargo de quem o nosso distinto vigário confiou esse mister. E é por isso que o povo desta terra, dando expansão aos sentimentos religiosos que o caracterizam, vai promover uma pomposa festa em homenagem à gloriosa Senhora do Rosário, para o que não pouparão esforços para melhor efeito de tão belíssimo intento, o Revmo. Padre Leônidas [João] Ferreira, mademoiselle Natalia Rezende e Major Evaristo de Souza Soares, que são os seus dignos festeiros (O MOMENTO. Varginha, 10 out. 1915).

A notícia acima evidencia que a devoção a Nossa Senhora do Rosário há muito havia deixado de ser uma exclusividade do grupo negro socialmente desprestigiado para conquistar espaço entre os membros da elite branca local, aqui emblematicamente representada pela mademoiselle - "moças de família" da aristocracia rural do café e da crescente classe média urbana, pelo padre - clero, e pelo Major Evaristo de Souza Soares presidente da Câmara Municipal de Varginha (atual função de prefeito) no período 1912-1915 – poder político-administrativo. O termos utilizados não deixam dúvida quanto ao significado da inauguração para esse grupo social: "poética igrejinha" (diminutivo carinhoso), "encantada pelo tempo", "pomposa festa" e "belíssimo intento". O intento é a homenagem à Senhora do Rosário culminada com a reconstrução da capela. Nada disso faz lembrar a modesta construção erguida pelos escravos em meados do século XIX. O Brasil agora era uma república, a escravidão não existia mais, a união Igreja-Estado fora eliminada pelo Decreto Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, e pela

constituição de 1891, e a população de Varginha sofrera uma transformação radical com a maciça recepção de imigrantes europeus, principalmente, italianos. No entanto, um elemento de extrema relevância para a antiga irmandade do Rosário ainda permanecia sobre as novas roupagens: a realização de uma "pomposa festa" com seus "dignos festeiros" nomeados, agora, não mais pretos cativos ou libertos, mas membros brancos da elite local.

A Capela do Rosário, situada no alto do Cruzeiro, foi benta no dia 24 de outubro de 1915 pelo padre Leônidas João Ferreira[5]. No mesmo dia, "a imagem de Nossa Senhora do Rosário foi transladada para a dita capela, onde continuou a novena iniciada na Matriz, sendo a festa realizada no dia 31 do mesmo mês, havendo avultado número de confissões e comunhões" (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo nº 1, fls. 43vº - 44f.).

Na época, a remoção para esse local facilitou o acesso dos padres à capela, pois a Casa Paroquial localizava-se na atual Praça Getúlio Vargas e a frente da nova Capela do Rosário dava para essa praça. Nesse local, a Capela esteve em atividades de outubro de 1915 a 1941, quando foi novamente demolida.

---

[5] **Leônidas João Ferreira (Paroquiato: 1913-1926):** no dia 07/08/1912, o padre Leônidas foi nomeado coadjutor da Paróquia do Divino Espírito Santo, e em 10 de maio de 1913, nomeado vigário, função que manteve até 15 de maio de 1926 (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro do Tombo nº 1, fls. 27, 30vº e 59). Em sua homenagem a travessa ao lado do antigo Cine Rio Branco que liga a avenida Rio Branco à rua Presidente Antônio Carlos, centro, recebeu o nome "Travessa Monsenhor Leônidas".

4.2.2.4 - 3º e 4º períodos: 1942 até hoje

No início da década 1940, a capela do Rosário começou a ser construída na Praça Melo Viana, nº 200, centro. A bênção do novo templo ocorreu no dia 9 de agosto de 1942 (LEFORT, 1950, p. 58).

Posteriormente, no 4º período (década de 1980), essa igreja foi demolida e, em seu lugar, construiu-se outra, de dimensões maiores e em outro estilo. A igreja se encontra em atividades até hoje. Portanto, de 1845, até os dias atuais, foram erguidas quatro capelas do Rosário em três locais diferentes da cidade.

De acordo com Lefort (1993), a paróquia de Nossa Senhora do Rosário - a terceira de Varginha - foi criada em primeiro de dezembro de 1960, no mesmo dia da de São Sebastião e com o teor do mesmo Decreto.

O dia de Nossa Senhora do Rosário é sete de outubro, dia da Cidade de Varginha. No entanto, a devoção dos varginhenses a Nossa Senhora é bem anterior à data da conclusão da primeira capela (1845) e da elevação da vila à categoria de cidade (1882).

4.3 Capela de São Sebastião - 1873

A Capela do Mártir São Sebastião foi construída em 1873, com a cooperação financeira do coronel Domingos Teixeira de Carvalho e “esmolas colhidas entre os fiéis” (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 6vº).

Quando a Igreja Matriz foi demolida em 1889, as missas - e outros cultos religiosos - da Paróquia do Divino Espírito Santo passaram a ser celebradas na capela de São Sebastião. Isso ocorreu de 1889 (ano da demolição) até 1908 (ano de inauguração da Nova Matriz). Durante esses dezenove anos, a capela de São Sebastião foi, portanto, o principal templo católico de Varginha.

Veiga afirma que a Igreja Matriz e a de São Sebastião eram as duas únicas ornadas de torres (VEIGA, 1874, p. 175). Em 1907, a capela de São Sebastião tinha 493,50 m^2, sendo 35 metros de comprimento por 14,10 metros de largura. Excetuando-se a Igreja Matriz, era a capela mais alta da cidade: 8,80 metros.

Em 1907, a capela de São Sebastião possuía seis imagens [esculpidas], sendo três de maior destaque: Nossa Senhora do Carmo (grande), São Sebastião (pequena) e São Domingos (um metro de altura). O relator do "Inventário das capelas e cemitério" vigário Pedro Nolasco de Assis não cita os nomes das outras três imagens. Além dessas alfaias, a capela de São Sebastião ainda possuía: três altares; três pedras d'ara; três casulas, sendo uma branca e vermelha, uma roxa e verde, e uma, preta; um cálice de prata, um missal, uma estante de missal, duas alvas, três amitos, um cordão [cíngulo], três corporais, três sanguíneos [sic] [mesmo que sanguinho], seis toalhas para o altar, três toalhas de forro, três ternos de sacras, um par de galhetas, três tapetes pequenos, dezoito palmas, um andor, dois armários, uma cômoda, um cofre para esmolas, dois bancos grandes, dois sinos: um grande e um pequeno, e uma campainha (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da

Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 6vº). Entre os cristãos, a pedra d'ara é uma bancada, mesa, sobre a qual se colocam o cálice e a hóstia, nas cerimônias religiosas (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 269).

O templo de São Sebastião foi reconstruído em 1947. A paróquia de São Sebastião está localizada na Praça Major Domingos Carvalho, nº 46, centro. Criada pelo Decreto de primeiro de dezembro de 1960, foi a segunda de Varginha. Seu título é São Sebastião da Varginha.

Estabelece o Decreto:

> Concedemos à mesma Igreja todos os privilégios de Matriz, devendo ali ser instalada a pia batismal e celebrados os sacramentos de acordo com as rubricas canônicas. Deverá ter, para o seu pleno funcionamento, livros paroquiais próprios, de Tombo, de Batizados, de Casamentos, de Óbitos e do Estado das Almas, segundo prescrevem os sagrados cânones (DECRETO de primeiro de dezembro de 1960, apud LEFORT, 1993, p. 333).

Muitas pessoas, mesmo aquelas com alto nível de escolaridade, referem-se a esse templo como a Igreja do "Marte", uma corruptela da palavra mártir que altera completamente seu sentido original.

4.4 Capelas dos Passos

Em Portugal, as capelas dos Passos são comumente chamadas de nichos. No Brasil, as capelas ou nichos dos Passos surgiram ainda durante o período colonial. Em Minas Gerais, as capelas

construídas no século XVIII, eram de pequeno porte: a fachada possuía apenas uma porta e, às vezes, um óculo; uma cruz acima do telhado e, no interior, um retábulo. A maioria dessas capelas era feita em alvenaria em muros ou residências, sendo, geralmente, alinhadas à testada do lote; abriam somente durante a Quaresma, para a Procissão dos Passos.

Os Passos são cada uma das quatorze estações ou cenas que compõem a via-sacra, também chamada de Via Dolorosa ou Via Crúcis, da Paixão de Cristo e, em muitas vilas, pequenas capelas marcavam os Passos da Paixão. A Via Crúcis foi o trajeto seguido por Cristo do Pretório até o Calvário, carregando a cruz (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2145; 2855). A origem da Via Sacra remonta à época das Cruzadas, entre os séculos XI e XIII. Atualmente, são raras as cidades brasileiras que ainda mantém preservada uma ou outra capela dos Passos.

Em Varginha, com base nos documentos paroquiais pesquisados, não foi possível estabelecer a data da construção de cada uma das cinco capelas dos Passos, o estilo e materiais empregados. Da mesma forma, não foi possível identificar os nomes dos proprietários particulares dos muros ou das residências onde elas foram edificadas. Também não se pode descartar a possibilidade de que uma ou outra dessas capelas tenha sido construída com corpo independente, ou seja, algumas delas podiam não constituir, necessariamente, um nicho em muro ou residência. Quanto à demolição dessas capelas, apenas podemos afirmar que ela se deu em data não muito posterior a 17 de junho de 1907 (data em que o vigário Pedro Nolasco de Assis concluiu o “Inventário

das capelas e cemitério”), uma vez que não localizamos fotografias em acervos públicos e particulares. Isso indica que quando o hábito da fotografia passou a ser mais acessível, as capelas já haviam sido demolidas, o que explica a inexistência de documentação fotográfica. Lembramos que é conhecido apenas um registro fotográfico da capela do Rosário, demolida em 1913, embora tenha ficado evidente que a intenção do fotógrafo não era fotografá-la (vide item 4.2).

De acordo com o “Inventário das capelas e cemitério” (op. cit.), em 1907, Varginha tinha cinco capelas dos Passos, denominadas pelo inventariante vigário Pedro Nolasco de Assis apenas com o substantivo masculino “Passos”. A linguagem utilizada pelo vigário indica a possibilidade de que os paroquianos se referiam a qualquer uma das capelas dos Passos dizendo apenas “Passos”: “ – Vou rezar no [ou nos] Passos”, “ – Aguarde-me no Passos da Rua da Paz” etc.

1 Rua da Paz: a capela da rua da Paz tinha 4,2 m^2 de área construída (2,0 metros de comprimento x 2,10 metros de largura). A altura era de 4,20 metros. Em 1907, o estado de conservação dessa capela foi considerado bom pelo inventariante. Em seu interior havia um altar (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 7vº). A rua da Paz mudou de nome; não foi possível identificar sua localização exata e seu nome atual. No entanto, de acordo com Ávila (1983, p. 5), a rua da Paz seria uma das atuais ruas que dão acesso à Praça D. Pedro II (apelidada carinhosamente pela

população de Jardim do Sapo) (vide 4.5 capela do Pretório).

2 Largo do Rosário: além da capela do Rosário, o Largo do Rosário contava com uma capela dos Passos com as mesmas dimensões e altura da capela da rua da Paz. Ela localizava-se à direita, próxima da Igreja Matriz. Em seu interior havia um altar, uma cruz e uma pequena imagem [esculpida] do Senhor dos Ramos [ou Senhor do Triunfo] (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 7vº). A localização era na atual avenida Rio Branco, provavelmente nas proximidades da rua São Paulo ou um pouco além indo no sentido Igreja Matriz – avenida São José.

3 e 4 Rua Direita (atual rua Presidente Antônio Carlos): nessa rua havia duas capelas dos Passos, ambas com as mesmas dimensões: 4,10 m^2, sendo 2,05 metros de comprimento por dois metros de largura. A altura era 4,20 metros. Uma delas possuía um altar, um quadro, dois castiçais de madeira e quatro placas de madeira. Na outra, havia um altar e um quadro. As anotações do inventariante vigário Pedro Nolasco de Assis não permitem identificar os quarteirões da rua onde foram implantadas essas capelas (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 7vº).

5 Largo da Matriz: a capela dos Passos do Largo da Matriz possuía 4,10 m^2, sendo 2,05 metros de comprimento por dois metros de largura. A altura era de 4,20 metros. Situava-se em frente à Igreja Matriz; possuía um altar e dois quadros (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 7vº).

A única das capelas dos Passos a possuir imagem esculpida era a do Largo do Rosário.

Lamentavelmente, a escassez documental não nos permite fornecer outras informações sobre as capelas dos Passos.

4.5 Capela do Pretório

A capela do Pretório, localizada no largo do Pretório (antigo largo do Pelourinho), no alinhamento da rua da Paz (vide 4.4 Capelas dos Passos), possuía 13,10 metros de comprimento por 5,42 metros de largura, ou seja, tinha 71,00 m^2. A altura era de 6,18 metros. Ata da Câmara Municipal de Varginha, de 12 de abril de 1917, faz referência ao Beco do Pretório, como um dos becos que dão acesso à Praça Dom Pedro II (SALES, 2003, p. 238).

Em 1907, as alfaias da capela do Pretório eram: um altar, uma imagem [esculpida] do Senhor dos Passos (alfaia da Matriz), um quadro, seis placas de madeira, uma mesa, dois bancos e uma cortina preta. O estado de conservação dessa capela foi considerado ruim, pois se encontrava estragada e a exigir reparos (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941.

Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 6vº).

Em 19 de maio de 1913, a Diocese da Campanha emitiu licença autorizando a demolição dessa capela e da capela do Rosário (LEFORT, 1950).

4.6 Capela de São Miguel e Almas (Capela do Cemitério)

A constituição de 1891, a primeira após a proclamação da república, estabeleceu que os cemitérios passariam a ter caráter secular e seriam administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação a seus crentes, desde que não ofendessem a moral pública e as leis (CONSTITUIÇÃO DE 1891, Art. 72, § 5º, Título IV / Dos Cidadãos Brasileiros. Seção I. Das Qualidades do Cidadão Brasileiro).

Muito antes dessa data, relatos de memória oral revelam a existência de um cemitério paroquial, cuja localização primitiva era nos fundos da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, onde hoje se encontra a entrada da mesma. Infelizmente, não localizamos nos documentos eclesiásticos pesquisados referências a esse cemitério.

Na Liturgia cristã, o Arcanjo São Miguel é considerado protetor da Igreja e das Almas (SALES, 2006, p. 14). Ele é o patrono dos agonizantes, o guia das almas dos defuntos para o céu, conforme se pode ver no texto do ofertório da missa de “Réquiem”:

Senhor Jesus, Cristo, Rei da Glória,
salva as almas dos fiéis defuntos
das penas do inferno e do lago sem fundo:
salva-as!

Que São Miguel as conduza
à luz santa:
Como outrora prometeste a Abraão,
Senhor Jesus Cristo.
Amém.

Em latim, o texto do ofertório da missa de Réquiem é o seguinte: Offertorium (Domine Jesu Christe). Domine Jesu Christe, Rex gloriae, libera animas omnium fidelium defunctorum de poenis inferni et de profundo lacu: libera eas, / Et sanctus Michael repraesentet eas in lucem sactam: quam olim Abrahae promisisti, Domini Jesu Christe: Amen.

A capela de São Miguel e Almas localizou-se até 1918 dentro do cemitério paroquial, na Praça Barão do Rio Branco, centro (atual Praça José Rezende Paiva, cuja denominação popular é Praça da Fonte). Em 6 de março daquele ano, a lei municipal nº 345, criou o Cemitério Municipal e, um mês depois, em 6 de abril, o cemitério paroquial foi interditado pela lei municipal nº 351.

De acordo com livro de atas da Câmara Municipal de Varginha, até cinco anos após o início da data da interdição, deveriam ser “removidos para o cemitério municipal todos os ossos, túmulos, mausoléus e demais despojos mortuários existentes no referido campo santo” (SALES, 2003, p. 256). O Cemitério Municipal foi aberto para sepultamentos em 8 de novembro de 1918. A data prevista da

inauguração era o dia 15 de novembro, para coincidir com as comemorações da Proclamação da República, mas o grande número de mortos por gripe espanhola na cidade antecipou a abertura em uma semana (SALES, 2003, p. 264; SALES, 2004). A gripe espanhola foi a maior tragédia que se abateu sobre Varginha, desde sua origem no final do século XVIII, até o presente.

Apesar da interdição, a Paróquia do Divino Espírito Santo numa atitude de desafio aos poderes municipais, continuava a permitir sepultamentos nesse campo santo. O vigário desse período era Leônidas João Ferreira (1913-1926). Com isso, os quatorze primeiros do total de 184 mortos pela gripe espanhola na cidade, foram sepultados no cemitério paroquial (SALES, 2004, p. 39). Esses cadáveres, salvo raras exceções, foram os últimos a ser expostos na Capela de São Miguel e Almas antes da interdição definitiva.

Em obra anterior (2003, p. 256), com base em depoimento de um munícipe idoso, afirmamos que no portão de ferro do cemitério, cuja parte superior terminava em arco, lia-se a inscrição:

"Eu fui o que tu és, e tu serás o que eu sou".

O registro dessa epígrafe não foi encontrado em nenhum dos documentos paroquiais pesquisados. De acordo com estudiosos da história da arquitetura, a epígrafe comumente encontrada em cemitérios brasileiros do século XIX, era:

"Nós, que aqui estamos, por vós esperamos" (VERÍSSIMO; BITTAR; ALVAREZ, 2001, p. 192).

Em 1907, as dimensões do cemitério paroquial eram 93,50 metros de comprimento por 57,50 metros de largura, ou seja, 5.376,25 m^2. Encontrava-se cercado por muros, cuja altura média era de 2,10

metros, sem reboco nem caiação. O coveiro dispunha das seguintes ferramentas para a realização de seu ofício: uma pá, uma cavadeira, quatro enxadas e uma escada pequena de mão. Naquele ano, o vigário Pedro Nolasco de Assis, autor do “Inventário das capelas e do cemitério”, considerou que pelo aumento da população o cemitério “ficou presentemente no centro da cidade” (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 9vº.).

Em 2007 – exatamente um século depois – o traçado da Praça da Fonte era um polígono irregular com as medidas médias de 140,00 metros de comprimento por 53,30 metros de largura. A área em valor calculado por programa de computador é de 7.026 m^2. As medidas incluem as calçadas. Em alguns pontos das calçadas foram abertas baias de estacionamento de veículos automotores cuja área não foi incluída no cálculo total (PREFEITURA Municipal de Varginha, 2007). Portanto, o antigo cemitério paroquial era um pouco mais largo que a atual Praça da Fonte, pois as ruas em seu entorno – nas quais trafegavam apenas burros, cavalos, charretes e carroças – eram mais estreitas, e seu comprimento era 46,50 metros menor. O cemitério paroquial ocupava até 1918, aproximadamente, 76,5% da atual área da Praça da Fonte.

É curioso – mas não desprovido de sentido, que o “Inventário das capelas e cemitério” nada revele sobre a organização do cemitério e a quantidade e condições sanitárias / higiênicas dos túmulos e mausoléus. Na época, essa questão era polêmica. O vigário Pedro Nolasco de Assis evitou,

deliberadamente, entrar em detalhes. No paroquiato imediatamente anterior - excetuando-se o período em 1906, em que o padre Agostinho Martell exerceu as funções, o vigário era José Maria Mendes (1901-1905). De acordo com esse último, em relatório enviado ao bispo em junho de 1905:

> O cemitério (...) está bem organizado e asseado, apesar das dificuldades pecuniárias. Tem algumas sepulturas numeradas, mas não existe livro em que se faça o registro dos cadáveres, etc., por me parecer inútil n'um cemitério relativamente pequeno, onde os interessados não se esquecem facilmente do local onde estão sepultados os restos mortais de seus parentes e amigos (RELATÓRIO da Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha, 19 jun.1905).

Conforme analisado em obra anterior (SALES, 2003, p. 257), a resposta do vigário José Maria Mendes "revela uma contradição: como pode ser o cemitério bem organizado se não existe registro adequado da numeração das sepulturas e dos cadáveres ali sepultados?" já o vigário Pedro Nolasco de Assis evitou abordar o assunto. Com isso, ele focou sua descrição na capela. Quanto ao cemitério, limitou-se a fornecer o perímetro, descrever o muro e a enumerar as ferramentas utilizadas pelo coveiro.

De acordo com determinações específicas da Igreja Católica para cemitérios, em cada um deles deve haver uma capela decente com um altar, e provida de paramentos sagrados e outros utensílios necessários para "o santo sacrifício da Missa". O espaço da capela deve ser amplo o suficiente para que possa receber os cadáveres. Nenhum cadáver deve ser sepultado antes que se completem 24 horas depois do momento da morte, "salvo o caso de

exigência das autoridades civis, e de estar bem verificado o óbito" (PASTORAL Coletiva de 1915, Cap. XVII, Cemitérios, art. 898). Os paramentos aos quais o texto se refere são as vestes litúrgicas sacerdotais e seus ornamentos. A capela de São Miguel e Almas obedecia a essas determinações da Igreja.

Pesquisa em documentos do antigo Cartório de Registro de Imóveis revelou que o Largo em frente à Praça até o início da avenida São José, era chamado de Largo São Miguel (SALES, 2006, p. 50).

A capela de São Miguel e Almas possuía quinze metros de comprimento por 6,10 metros de largura, ou seja, 91,50 m^2 de área construída. A altura era de seis metros. Em 1907, seu estado de conservação foi considerado bom pelo inventariante, embora lhe faltasse quase todo o forro.

As alfaias dessa capela eram: um altar, uma imagem [esculpida] de São Miguel, uma banqueta de madeira, dois castiçais de madeira, um cofre, uma mesa-caixão, um caixão e um esquife de madeira para transporte de cadáveres de adultos, uma essa de madeira e um sino (da Matriz). Além disso, "Ultimamente foram adquiridos três (3) caixões para transporte de cadáveres de menores, por subscrição, iniciada e completada pelos Cel. Ernesto Santiago e Dr. Juiz de Direito Francisco Carneiro Ribeiro da Luz" (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 7f.).

A capela de São Miguel e Almas foi demolida no período compreendido entre 1918 e 1923, após a interdição do cemitério paroquial e a abertura para sepultamentos no cemitério municipal, ainda hoje

localizado na Rua Rosinho Amâncio, s/nº, bairro Vila Floresta, onde ocupa um vasto quarteirão.

4.7 Capela de Santa Cruz 1874

De acordo com Veiga (1874) em 1874, a Capela de Santa Cruz estava em construção. Ela está localizada ainda hoje na praça e rua de mesmo nome, centro.

Em 1907, as dimensões da capela de Santa Cruz eram as seguintes: 47,30 m^2 (8,60 metros de comprimento x 5,50 metros de largura). A altura era de 5,72 metros. Naquela data, 33 anos após a construção, a capela foi considerada pelo inventariante "completamente estragada exigindo reparo total". A capela foi demolida, provavelmente, no período 1910-1920 (sem confirmação documental).

As alfaias dessa capela eram: um altar, três cruzes, quatro palmas velhas, dois tapetes pequenos e estragados, dois andores, uma placa, um sino, um cofre, uma escada de mão e um copo de vidro (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 7f./vº).

4.7.1 O cemitério dos bexiguentos do largo de Santa Cruz

A edição especial comemorativa do 11º aniversário do jornal Correio do Sul (1945-1956), apresenta uma nota de rodapé que afirma:

"Você sabia que no larguinho de Santa Cruz, havia um cercado de grossas tábuas, que era o

cemitério dos bexiguentos?" (CORREIO DO SUL, 1956, p. 82).

Não há identificação da autoria nem da fonte. Evidentemente, o redator leu ou ouviu essa informação. Os documentos da paróquia do Divino Espírito Santo consultados não fazem referência a esse cemitério. O referido "larguinho" seria a pequena praça existente ainda hoje em frente à capela de Santa Cruz.

Bexiguento ou bexigoso era aquele que tinha bexiga(s), ou seja, a varíola, doença contagiosa aguda, de origem viral, caracterizada por febre, mal-estar, dor no corpo, vômitos e lesões cutâneas. É considerada uma das mais graves de todas as doenças infecciosas, pois, mata entre 25% e 30% das pessoas infectadas não imunizadas (BRASIL, 2005).

A varíola foi introduzida no território brasileiro com os primeiros colonizadores e escravos no século XVI. A primeira epidemia foi registrada no ano de 1563, na ilha de Itaparica, na Bahia, de onde se disseminou para o resto do país. Em 1804, foi introduzida a vacina jeneriana no país, dando-se início às campanhas de combate à virose (BRASIL, 2005).

O vocábulo "bexiga" passou a ser utilizado informalmente como sinônimo de "varíola" no século XIV (BRASIL, 2005; DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 441; 2831).

Na CID-8 (Classificação Internacional de Doenças – revisão de 1965), a varíola foi dividida em dois tipos: varíola major (varíola clássica) e varíola minor (alastrim) (CID-8, 1976, p. 15). A CID-9 dividiu a varíola em três tipos: varíola major, alastrim e varíola modificada (CID-9, 1980, p. 7). Na CID-10, revisão ainda vigor, a varíola ainda figura mas como doença

erradicada. As subdivisões não foram levadas em consideração.

Caso seja verdadeira a afirmação divulgada no Correio do Sul, a atual praça da capela de Santa Cruz foi cemitério dos mortos por varíola. A doença era bastante contagiosa e causava repulsa devido às vesículas que provocava. Levando-se isso em conta e de acordo com as práticas de saúde comuns durante o século XIX, compreende-se, pois, que os mortos pela doença fossem sepultados em cemitério próprio e bastante afastado da região central da cidade.

4.8 Capelas rurais (fazendas)

Segundo Capri (1918), além das igrejas da cidade, existiam diversas capelas particulares localizadas em fazendas. A existência dessas capelas era muito comum durante o período colonial (SALES, 2003, 150). Nos documentos paroquiais pesquisados, não foram encontradas informações sobre capelas rurais particulares no período 1763-1913. Ainda hoje capelas construídas durante o século XIX podem ser vistas razoavelmente bem preservadas em algumas fazendas do município.

4.9 Igreja Matriz do Divino Espírito Santo

A história da Igreja Matriz do Divino Espírito pode ser dividida em quatro grandes períodos cuja principal marca são as demolições e construções do templo no mesmo sítio: 1807-1830, 1831-1889, 1908-1974, e 1980 até hoje. Em cada período, a edificação foi demolida, reconstruída com ampliações e teve seu estilo alterado. Isso se deveu ao aumento

populacional, à crescente urbanização, à influência de estilos arquitetônicos de cada período histórico, bem como dos recursos financeiros disponíveis para a realização do empreendimento.

4.9.1 - 1º período 1807-1830

A antiga e pequena capela central da Catanduva foi construída pelos primeiros moradores no ano de 1807, logo após a constituição do patrimônio da capela para a criação do Curato do Espírito Santo. Antes desse ano, conforme comprova o documento da escritura, o sítio onde a igreja do Divino Espírito Santo seria construída era composto apenas por "uma morada de casas cobertas de telhas e matas virgens, capoeiras e campos" (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro do Tombo nº 1 da freguesia da Varginha, Bispado de Pouso Alegre, 1902-1941. Cópia da escritura do patrimônio da Matriz da cidade do Espírito Santo da Varginha, 27 nov. 1906, fl. 3vº).

Os párocos desse período foram: Gabriel de Sousa Dinis (1800-1812, 1813-1815, 1817-1819), Manuel Pompeu de Arruda (1812), Vitoriano Alves Ferreira (1813), Antônio José dos Santos (1815-1817), Luís Pereira da Costa (1819-1827) e Bonifácio Barbosa Martins (1828-1835) (SALES, 2003, p. 146-147, apud Lefort, 1950).

A primeira capela do Divino Espírito Santo foi demolida em 1830, no paroquiato do padre Bonifácio Barbosa Martins. O templo era insuficiente para abrigar a população e estava com sua estrutura comprometida, o que poderia pôr em risco a segurança dos fiéis. Não há fotografias dessa capela,

pois a fotografia tirada com câmara foi inventada em 1839, nove anos após a sua demolição; não foram localizados desenhos nem pinturas.

4.9.2 - 2º período 1831-1889

No mesmo local da primitiva capela, foi construída, sob a orientação do mestre de obras Francisco Simões Pereira, com doações dos moradores, a Igreja do Divino Espírito Santo, concluída em 1831, também durante o paroquiato do padre Bonifácio Barbosa Martins. Essa nova igreja serviu à população durante 58 anos. A paróquia do Espírito Santo da Varginha "pertencia à comarca eclesiástica da Campanha" (VEIGA, 1874, p. 42).

Os párocos desse período foram: Bonifácio Barbosa Martins (1828-1835, 1847), Francisco de Paula Dinis (1836-1842), Luís Pereira da Costa (1843-1846), Manoel Furtado de Souza (1847-1857), José Paulino da Silva (1860-1881) e Aureliano Deodato Brazileiro (1883-1898), esse último apresentado por documento assinado por Isabel, a Princesa Imperial Regente e pelo Barão de Cotegipe, em 9 de janeiro de 1888, ao bispo da diocese de Mariana para ser o pároco da "Igreja Parochial do Espirito Santo da cidade da Varginha". Ele foi um dos vultos de maior projeção no clero brasileiro de sua época (SALES, 2003, p. 148-149, apud Lefort, 1950).

A igreja foi elevada à categoria de Matriz em 1850, quando foi criada a Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 74f.). O fato ocorreu durante o paroquiato do padre Manoel Furtado de Souza.

4.9.3 Interregno: 1889-1908

O intervalo de dezenove anos compreendido entre 1889 e 1908, marca a época em que a Paróquia do Divino Espírito esteve empenhada na demolição do templo anterior (1889) e na construção da Nova Matriz, iniciada em 1894 (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo. Livro do Tombo nº 1, fl. 7vº) e inaugurada em 1908.

No Livro de Tombo, esse longo período foi assim descrito:

"Houve a seguir, uns anos de perplexidade, quando não se sabia como fazer as coisas (...) o fato é que tudo ficou paralisado durante vários anos" (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro de Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 74f.).

Nesse período, as missas e outras celebrações religiosas foram realizadas na Capela do Mártir de São Sebastião, a maior da cidade na época e a única com tamanho suficiente para abrigar a quantidade de fiéis que acorriam às missas.

Foram párocos do interregno: Aureliano Deodato Brazileiro (1883-1898), João de Almeida Ferrão (1898-1901), José Maria Mendes (1901-1905), Agostinho Martell (1906) e Pedro Nolasco de Assis (1906-1911) (SALES, 2003, p. 146, apud Lefort, 1950).

Em 1889, no paroquiato de Aureliano Deodato Brazileiro, a igreja foi demolida. Em 1901, foi constituída uma Comissão de Obras da Nova Igreja Matriz, que realizou nove reuniões até maio de 1908. O empreiteiro das obras foi Antônio Rodrigues de Sousa.

4.9.4 - 3º período 1908-1974

Tomamos como datas-balizas desse período, 1908 (ano de inauguração da igreja) e 1974 (ano em que foi celebrada a última missa; início da demolição).

As informações sobre as dimensões da Matriz, a quantidade de material empregado na alvenaria (madeira, tijolos e ferragens), e uma avaliação da qualidade geral da construção constam do Livro do Tombo nº 1, 1902-1941, fls. 10f. a 12f., no documento intitulado "Resposta [sic] aos quesitos apresentados pelo Exmo. Sr. Vigário da Paróquia da Varginha - Cº Pedro Nolasco de Assis", datado de 11 de abril de 1907. O documento foi assinado por João Baptista Randolpho Paiva, e pelo engenheiro civil A. J. Rezende Silva.

As dimensões da Matriz, em 1907, eram: 50,96 metros de comprimento por 19,45 metros de largura, ou seja, 991,172 m^2. A altura média era de 9,80 metros (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Varginha, 11 abr. 1907, fl. 10f.). O documento não revela a altura da torre central nem das torres laterais, essas últimas demolidas no período 1928-1929, no paroquiato do padre Geraldo Claassen (20/04/1928 – 31/01/1933), quando a Matriz passou por reformas (SALES, 2003).

No total, na alvenaria foram gastos 567,000 m^3 de pedra e 1.496,443 m^3 de tijolos.

O madeiramento empregado constava de dez colunas espessas com comprimento de 9,70 metros; duas vigas espessas com seis metros de comprimento; dezesseis peças de 5,5 metros de comprimento; duzentos barrotes com comprimento

total de 686 metros; sete peças 359,10 metros [sic]; 43 dúzias de caibros com quatro metros de comprimento, 65 dúzias de ripas com quatro metros de comprimento; portas e janelas 128,785 metros [sic]; caixilhos 132 metros; pranchões para os [?] de 9 518,40 metros [sic]; vigas para abobadilhas dos pavimentos da torre em número de 32 140,80 metros [sic]. O custo aproximado da mão de obra do madeiramento foi de 3:625$540 (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Varginha, 11 abr. 1907, fl. 10vº.). A moeda da época era o réis (plural de real, antiga base unitária do meio circulante brasileiro, no qual as cédulas eram múltiplas e as moedas frações de mil réis. A partir de julho de 1994 as transações comerciais no Brasil passaram a ser efetuadas por meio do real. Atualmente, o real se refere à cédula e à moeda divisíveis em cem unidades menores, denominadas centavos, usados nessas transações).

A quantidade de ferro empregada foi de cerca de duas toneladas e 766 quilos, com o custo de cerca de 3:042$600.

A seguir, transcrevemos, agrupadas, todas as respostas que constituem a análise técnica da edificação feita pelo engenheiro A. J. Rezende Silva, na seqüência com que são registradas no Livro de Tombo. Optamos por não transcrever as 26 (vinte e seis) perguntas, pois estão implícitas nas respostas:

> As partes mais antigas da Matriz sofreram desvio do prumo conservando ainda boa estabilidade. As causas, porém, que contribuíram para esse fato foram eliminadas e eram acidentais. Pode-se, por conseguinte, atribuir ao edifício boa solidez (fl. 10vº). Os engates de ferro dão bastante solidez. Não há

perigo de desmoronamento (fl. 11f.). O adro e a escadaria não tem perfeita solidez (fl. 11f.). A escadaria e o adro com o seu revestimento de estuque garantirão as fundações da torre contra a infiltração das águas pluviais (fl. 11f.). O fato de se terem desaprumado as paredes e o serem de novos levados a prumo por meio de engates de ferro não prejudicou a solidez da Matriz (fl. 11f.). A torre não está rigorosamente aprumada mas tem a solidez necessária (fl. 11f.). O solo onde está a Matriz oferece a solidez e resistência necessárias, mas são alteráveis essa solidez e resistência em presença da umidade que porventura penetra nas fundações (fl. 11f.). O engrossamento da parte superior das paredes próximas à frente da Matriz, com meio de tijolo oferece a necessária solidez, tendo-se o cuidado de empregar grampos de ferro (fl. 11f./vº). As paredes sem contrafortes ou gigantes oferecem a resistência almejada (fl. 11vº). As paredes de tijolos revestindo as colunas de madeira oferecem a solidez e resistência requeridas (fl. 11vº). As paredes suportam o teto (fl. 11vº). É bom o estado de construção dos alicerces, paredes e madeiramento (fl. 11vº). Em geral é boa a qualidade do material empregado (fl. 12f.). O cálculo aproximado das despesas feitas, especificando-se a parte recente das despesas feitas com a construção da Matriz, é com 10% para eventuais 98:871$303. O cálculo aproximado das despesas feitas com a parte recentemente construída é, com eventuais 10% 56:284$539 (fl. 12f.). O cálculo aproximado da importância necessária para a conclusão das obras é, com eventuais 10% 20:725$590 (fl. 12f.). O estilo empregado é regular e aceitável (fl. 12f.) (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Resposta aos quesitos apresentados pelo Exmo. Revmo. Sr. Vigário da Paróquia da Varginha – Cº Pedro Nolasco de Assis", Varginha, 11 abr. 1907, fls. 10f. a 12f.).

A igreja foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1908, no paroquiato do vigário Pedro Nolasco de Assis (1906-1911), por D. João Batista Corrêa Néry, bispo de Pouso Alegre, diocese (atual arquidiocese) à qual a paróquia de Varginha pertencia. A Diocese da Campanha foi criada no ano anterior, mas o primeiro bispo, D. João de Almeida Ferrão, ex-pároco de Varginha e primeiro bispo da diocese, assumiu suas funções apenas em 1909. Por isso, a bênção foi dada pelo bispo de Pouso Alegre, D. João Batista Corrêa Nery (SALES, 2003, p. 354).

O folheto impresso "Benção da Matriz da Varginha" conclama a população para três dias de festividades e solicita que os varginhenses recebam "o bondoso e Santo D. Nery e rodeal-o [sic] das provas as mais eloqüentes de gratidão e amor; corresponder as [sic] finezas de seu coração com os sentimentos do mais profundo reconhecimento. É um dever sagrado." (VARGINHA. Folheto, 12 ago. 1908).

D.Nery [sic] chegou na estação de trens de Varginha no dia 6 de setembro, às 13:00 horas. No mesmo dia, às 18:00 horas, abriu a novena do Divino Espírito Santo.

No dia 7 de setembro, às 7:00 horas realizou-se a benção solene da Matriz, seguida de missa pontifical. Às 17:00 horas, ocorreu a procissão de trasladação do Santíssimo Sacramento e imagens da capela de São Sebastião para a Matriz; sermão, Te-Déum e benção com o Santíssimo Sacramento.

No dia 8 de setembro, festa do Divino Espírito Santo com missa pontifical às 7:00 horas. Às 17:00 horas, procissão do Divino Espírito Santo, sermão e benção com o Santíssimo Sacramento.

Nos dias 7 e 8, nos intervalos das missas pontificais e procissões houve crismas.

O folheto foi encomendado pela Comissão das Obras da Matriz: Cônego Pedro Nolasco de Assis, Antônio Justiniano de Resende Xavier, Antônio Pinto de Oliveira, João Urbano dos Reis Figueiredo, Manoel Joaquim da Silva Bittencourt, Evaristo de Souza Soares, José Bonifácio do Couto, Antônio Justiniano de Paiva, João E. Tavares, Leônidas João Ferreira (na década seguinte, Monsenhor), Antônio Villela Nunes, Targino H. Nogueira e José Balbino Ribeiro (VARGINHA. Folheto, 12 ago. 1908).

O estilo da Igreja Matriz do 3º período é eclético, característico também de várias edificações residenciais e comerciais do município entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O estilo eclético seleciona o que parece ser melhor em vários estilos e cria um novo conjunto através da mistura de elementos, tendo sido muito utilizado no Brasil no século XIX (período vitoriano).

Em 17 de junho de 1907 – quinze meses antes da inauguração, a Igreja Matriz contava com as seguintes alfaias:

Imagens [esculpidas]: uma, do Divino Espírito Santo; duas, do Sagrado Coração de Jesus, sendo uma, grande, e uma pequena; uma, do Senhor dos Passos (no Pretório); uma, do Senhor do Triunfo (grande); uma, do Senhor Morto (grande); quatro crucifixos de madeira (pequenos); uma, de Nossa Senhora de Lourdes (altura = um metro); uma, de Nossa Senhora d'Assunção (altura = um metro); uma, de Nossa Senhora das Dores (grande); uma, de São José (pequena); duas, de São Sebastião (pequenas); uma, de São Pedro (pequena); uma, de São Paulo

(pequena); uma, de Nossa Senhora (pequena); uma, de São Francisco (pequena); uma, de Santo Antônio (pequena); uma, de São Benedito (pequena); uma, de Sant'Ana (pequena); uma, de Santa Filomena (pequena) (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 8f.).

Paramentos: Para missa solene: dois paramentos brancos, sendo um em bom estado, e outro, velho e estragado; um paramento preto, velho e estragado. Para missa privada: quatro paramentos brancos, três vermelhos, dois roxos, dois pretos e um verde. Outros paramentos: uma capa de asperges branca, uma dita roxa (velha e descorada); uma capa de asperges preta (velha e descorada); quatro frontais nas cores branco, vermelho, roxo e preto; duas estolas paroquiais velhas: uma, branca, outra, roxa; dois pálios (branco e roxo) e uma umbela branca.

Roupas brancas: sete amitos (velhos); cinco alvas; três cordões novos e dois velhos; doze corporais em uso e cinco inutilizados; doze sanguíneos em uso e cinco estragados; oito manustérgios [sic] velhos; oito toalhas de altar; dez toalhas de forro velhas; três toalhas para comunhão; três toalhas grandes; 24 toalhas de mão; quatorze opas de seda vermelha, sendo doze estragadas; 44 opas vermelhas de lã; oito opas de seda roxa; 29 opas de lã roxa; 39 opas brancas para meninos.

Bandeiras: uma, do Divino Espírito Santo, uma, de Nossa Senhora de Lourdes e, uma, de São José; 39 bandeiras para meninos; um pendão roxo; um estandarte do Sagrado Coração de Jesus.

Outras roupas: seis capas de altar, quatro sanefas do esquife do Senhor Morto; uma cortina branca e quatro vermelhas; duas de belbutinas vermelhas; diversos panos velhos e estragados e três tapetes estragados.

Flores: 39 palmas de flores artificiais (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 8vº.).

Objetos de prata, metal e ferro: três cálices de prata (um, estragado); um incensório de cobre; uma âmbula de prata; duas chaves de prata para sacrário; um vaso de prata para os Santos Óleos (estragado); uma cruz e seis lanternas para procissão; três banquetas de metal branco; quatro jarras de metal dourado; sete lanternas de folha de flandres; duas caldeirinhas de água benta (uma, imprestável); duas arandelas de metal, um turíbulo e naveta de prata; quatro campainhas (uma, estragada); uma lâmpada de metal; dois ferros de hóstia; dois ferros de partículas (um, velho); quatro sinos, sendo um estragado, e um, no cemitério; um gasogênio com dezessete bicos (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 9f.).

Objetos de madeira: duas cruzes de procissão; uma cruz (passagem do século) [de 1899 para 1900, conforme contagem de tempo popular]; três cruzes grandes; seis castiçais estragados; sete jarras; estantes de missal; um esquife do Senhor Morto; cinco andores pequenos; um andor do Senhor dos Passos (no Pretório); uma matraca; oito forquilhas; três altares (o altar-mor desmanchado); dois púlpitos

sendo um deles, portátil; quatro confessionários; uma essa funerária; 36 bancos; um baldaquino para exposição; duas mesas de sacristia; um arcaz; uma cômoda; quatro mesas pequenas; um armário; quatro estantes no coro; cinco cofres para esmolas; três escadas; um porta-lanternas; dois harmoniuns[6] [sic] (um, estragado, e outro, inutilizado); diversas peças de madeira da Matriz Velha (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 9f.).

---

[6] **Harmônio ou harmônico:** O harmônio (citado pelo vigário Pedro Nolasco de Assis como "harmonium", nome do instrumento nos idiomas inglês e francês) é um instrumento musical de sopro de palhetas livres, cujo funcionamento é semelhante ao de um órgão, porém, sem os tubos que caracterizam esse último. O som do harmônio lembra o do acordeão. Embora tenha sido feito para uso doméstico, o harmônio tornou-se bastante utilizado em igrejas, durante a última metade do século XIX e início do século XX, devido ao seu menor tamanho e custo mais barato. Ele foi inventado em Paris, em 1842, por Alexandre Debain (1809-1877). Há dois tipos de harmônio: o de pedal (maior) e o portátil (menor). No "Inventário das capelas e cemitério", o vigário Assis informa que os dois harmônios da Igreja Matriz estão "um, estragado, e outro, inutilizado". Isso indica que ambos foram adquiridos pela Paróquia, provavelmente, nas últimas décadas do século XIX, tendo sido utilizados por muitos anos. O vigário Assis não especifica se os harmônios são de pedal ou portáteis. É curiosa a escolha do vigário para classificar os harmônios da Matriz: ele preferiu incluí-los na categoria de "objetos de madeira" a criar a categoria de "instrumentos musicais". Recentemente, alguns periódicos locais (jornais e revistas) chegaram a afirmar, em artigos comemorativos do natalício de Varginha, que a Igreja Matriz possuía um órgão. Trata-se, portanto, de um equívoco.

Objetos de pedra, vidro, louça, barro e outros: três pedras d'ara conservadas; cinco pedras partidas e inutilizadas; sacras velhas; dois pares de galhetas estragadas; uma talha de barro para água batismal; uma pia batismal de pedra; pias d'água benta; treze jarras de louça; duas jarras de barro; três lustres de vidro; três globos de vidro; dezessete mangas para bicos de gás [iluminação por gasogênio]; dois lampiões belgas (guardados em casa); uma bilha de barro; um copo de vidro (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 9f.).

Através dos documentos pesquisados, não foi possível saber o paradeiro da pia batismal de pedra, citada no "Inventário das capelas e cemitério" do vigário Pedro Nolasco de Assis, em 1907; evidentemente, a pia arrolada no Inventário era uma alfaia da Igreja Matriz 2º período (1831-1889). Essa pia batismal foi substituída por outra, de mármore italiano e tampa de cobre, com 106cm de altura sem a tampa e 72cm de diâmetro da bacia, doada por Joaquim Antonio Teixeira e Felícia Teixeira de Rezende, em 22 de agosto de 1914 (vide a Ficha Técnica no Apêndice 3, item 8).

Livros litúrgicos e outros: sete missais (sendo alguns antigos e, estragados, quatro); dois suplementos; dois [livros dos] rituais romanos (um, velho); um [livro do] ofício de defuntos; um [livro do] teatro eclesiástico; um Manual de Goffiné; um Manual da Primeira Comunhão; uma imitação de Cristo; um Mês de Maria; uma coleção de novenas; uma [livro da] Vida de São Vicente; um [livro do] Jovem Apologista da Religião; [livro] "Aos que sofrem – Consolação";

uma Cartilha da Doutrina Cristã; um Catecismo da Província Carismática (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 9f.).

Em 1908, quando foi inaugurada, conforme demonstram documentos paroquiais e fotografias da época, a Matriz ainda não estava concluída. Em 1914, no início da I Guerra Mundial, o relógio da torre foi solenemente benzido. Em 1923, foi colocado um sino novo (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro de Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 74vº).

É interessante constatar o vínculo das datas de demolição e inauguração da igreja com fatos marcantes de rupturas políticas e institucionais no Brasil: a demolição deu-se no ano da proclamação da República e, a inauguração, no dia em que se comemoravam os 86 anos da Independência. Desta forma, demolir e construir as igrejas também teve o significado simbólico, senão para o povo, ao menos para a elite socioeconômica, política e eclesiástica local, de uma ruptura com a antiga ordem institucional portuguesa, monárquica, absolutista, e a instauração de uma outra ordem, republicana. Entretanto, de um modo paradoxal que revela a complexidade do embate entre a ruptura e a tradição, essas datas também vinculam acontecimentos políticos de Estado com eventos religiosos, característica da época anterior, quando o púlpito era utilizado também para informar os paroquianos sobre os principais acontecimentos políticos locais e nacionais.

Em 1928 e 1929, no paroquiato do padre Geraldo Claassen, a Matriz foi reformada, perdendo as duas

torres laterais (LEFORT, 1950). A cúpula da torre central foi reformada, no mesmo período. A FIGURA 3 abaixo mostra o teto da torre central em 1908, e a cúpula após a reforma. A FIGURA 4 apresenta detalhe da parte inferior do portão de ferro da entrada principal da Matriz construído no ano de 1900.

FIGURA 3

Teto da torre central e cúpula da Igreja Matriz

Teto triangular 1908

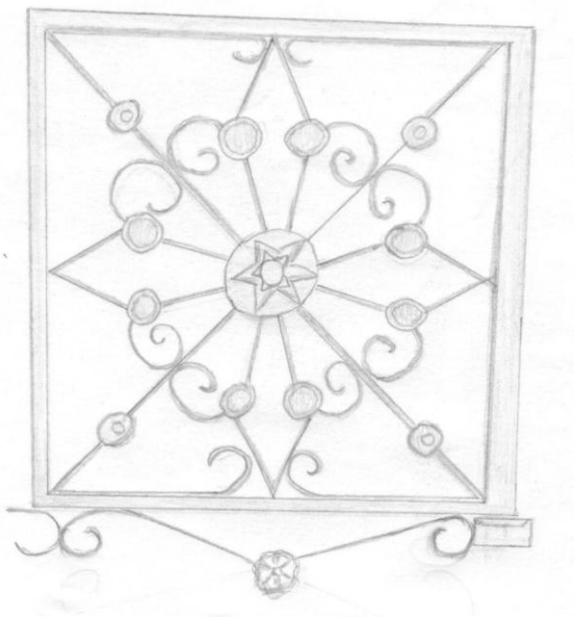
Cúpula Reforma de 1928

Ilustrador: José Roberto Sales, out. 2007

FIGURA 4

Portão da entrada principal da Igreja Matriz 1900-1974
Detalhe da parte inferior (portão fora de esquadria; as assimetrias das medidas são do original).

Ilustrador: José Roberto Sales, out. 2007



Na ilustração da página anterior, utilizamos como data-baliza inicial o ano de 1900. Apesar da Igreja Matriz ter sido inaugurada somente em 1908, o ano inscrito em cada uma das duas partes superiores do portão da entrada principal é 1900. Atualmente, o portão encontra-se instalado na entrada da Chácara do Pontal em Varginha. Cada parte inferior do portão

possui três quadros justapostos, iguais ao da ilustração, com as seguintes dimensões: 48,5cm largura x 53,0cm altura. Os círculos possuem o formato de comprimidos com quatro centímetros de espessura: os centrais, maiores, com 4,5cm de diâmetro; os periféricos, menores, com três centímetros de diâmetro. Para informações detalhadas consultar a ficha técnica do APÊNDICE 3.

No paroquiato do padre Bernardo Claraval (194-?) foram retiradas as colunas da nave da igreja, e no do padre Heriberto Hartmann (195-?), todos os altares foram substituídos e restaurou-se toda a pintura (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro do Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 75f.).

4.9.5 Interregno: 05/05/1974 a 20/12/1980

Consideramos como datas-balizas do período de interregno o dia da celebração da última missa na Igreja Matriz inaugurada em 1908, e o dia anterior à celebração da primeira missa na Igreja inaugurada em 21 de dezembro de 1980.

Em 13 de abril de 1973, D. Othon Motta, o terceiro Bispo Diocesano da Campanha - MG (1960-1985), em visita pastoral à cidade, registrou observações no Livro de Tombo IV (1960 – em uso) sobre a precária situação da igreja. Na percepção dele, o templo não mais possuía boas condições para a realização tranqüila dos cultos. Temia-se que as estruturas da edificação não oferecessem mais a necessária condição de segurança. Portanto, de acordo com o relator do Livro de Tombo, “ou se faria uma reforma total ou então o templo deveria ser demolido para dar lugar a um prédio inteiramente

novo. Após cuidadosos estudos (...) prevaleceu esta última opção" (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro de Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 75f.).

Localizamos os seguintes artigos publicados em periódicos da cidade pelo padre Walmor Zucco, vigário da Paróquia do Divino Espírito Santo, coordenador geral da construção do templo novo:

A primeira missa (CORREIO do Sul, 18 mar. 1975); Crônica (CORREIO do Sul, 11 out. 1975); Mutirão, a filosofia da Cooperação (CORREIO do Sul, 31 maio 1975); PROMATRIZ (GAZETA de Varginha, 8 jun. 1975); O suor dum [sic] cristão (CORREIO do Sul, 5 jul. 1975); Feira inesquecível (CORREIO do Sul, 17 jul. 1975); Recanto de Paz (I) (TRIBUNA Varginhense, 21 abr. 1976), e Recanto de Paz (II) (TRIBUNA Varginhense, 28 ago. 1976).

Os artigos fazem a apologia da demolição / construção ou informam o ritmo das obras. Os dois últimos (Recanto de Paz I e II) versam sobre a cripta e a catacumba da nova Matriz.

Na "Crônica", o vigário faz a seguinte referência à Matriz: "...estava pesadamente plantada na Avenida. Estava velha e surrada! Iria ser demolida! Foi por isso que precisamos deixá-la" (ZUCCO, 11 out. 1975).

Em 1974, a Igreja Matriz veio abaixo novamente, como consequência do desejo de "modernização", característico do período. Ter uma igreja tão antiga na principal avenida do centro da cidade, parecia não combinar com as aspirações de modernidade de um povo que sempre teve orgulho de seu espírito empreendedor. Infelizmente, a memória cultural de Varginha sofreu uma irreversível perda com a destruição desse valioso patrimônio cultural edificado.

Dele restaram apenas um acervo fotográfico e objetos dispersos – pia batismal, bancos de madeira, imagens esculpidas de santos, vitrais, partes dos altares, lustres, grades de ferro da entrada etc - em sua maioria de propriedade de particulares. Uma pequena parte desse acervo pertence ao Museu Municipal de Varginha.

Em nota de jornal, a "Comissão Proconstrução da Nova Matriz" ou, simplesmente, "Comissão PROMATRIZ", constituída para planejar e executar o projeto da construção do novo templo, "avisa às pessoas interessadas na compra dos vitrais artísticos, da antiga Igreja Matriz do Divino Espírito Santo que os mesmos já estão à venda" (GAZETA de Varginha, 19 abr. 1975).

O *slogan* da Comissão Promatriz era:

"Igreja em Construção – Fé em ação".

Esse *slogan* foi divulgado em artigos e anúncios de jornais e cartazes de propaganda, durante os anos em que se deu a demolição do templo antigo e a construção do novo.

As etapas iniciais da demolição foram filmadas pelo varginhense Nilson Antonio Ribeiro (1951-), com câmera Super 8, sem sonorização, colorido, 30 minutos de filme. O filme, ainda inédito para o público, foi exibido apenas algumas vezes em sessões particulares para poucos convidados, na residência do senhor Ribeiro. O título irônico "Luz, câmara, ação : a Matriz no chão", deixa perceber a opinião do diretor. Ele era a favor da restauração. Foram filmados: o interior da igreja antes da demolição, com destaque para os vitrais com as imagens de santos; e tomadas

externas das laterais, fundos, e destaque para a fachada principal com a torre central. Uma cena marcante pela dramaticidade é a do pedreiro, solitário, no alto da cúpula da torre central, em cima de um andaime de madeira e sem cinto de segurança, arrancando a marretadas a cruz, em meio à solidão da avenida Rio Branco, quase vazia de automóveis e de transeuntes ao amanhecer do dia (LUZ, CÂMERA, AÇÃO : a Matriz no chão, 1974).

Na época, a Comissão PROMATRIZ, autoridades, políticos, membros do clero, fiéis e cidadãos, não parecem ter pensado na possibilidade de restauração como forma de preservar para as gerações futuras uma igreja que havia sido erguida com o árduo trabalho e com as contribuições financeiras dos munícipes durante quase um quarto de século. Pelo contrário, registro no Livro de Tombo IV afirma que a pedra fundamental da nova Matriz foi lançada "sob aplausos de diversos discursos" (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro de Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 75f./vº).

Em entrevista concedida ao jornal Correio do Sul, o padre Roque Oppermann afirmou que "A nova Matriz é uma aspiração popular' (CORREIO do Sul, 11 abr. 1978).

No entanto, não era unânime o desejo de demolição da antiga Matriz, conforme pode ser constatado através da leitura de jornais da época. O artigo sem autoria intitulado "A Nova Matriz", mostra que havia um grupo de pessoas contra a demolição o qual propugnava pela restauração:

> Desde quando se falou em demolir a Igreja do Divino Espírito Santo, colocamo-nos contra a ideia, secundando o apelo daqueles que a desejavam reformada e preservada em seu estilo (CORREIO do Sul, 2 mar. 1978).

O articulista faz uma análise realista da situação:

> É que, apesar de não ser nenhuma jóia arquitetônica, a velha igreja era ampla, sólida, evocava tradições do passado e suscitava gratas recordações para a grande maioria [sic] de nossa população católica (CORREIO do Sul, 2 mar. 1978).

Esse grupo de pessoas era ironizado e tido como anacrônico e antiprogressista pelo grupo que apoiava a demolição. A polêmica durou longo tempo, desde antes da demolição do templo antigo, quando a decisão de demolir foi anunciada, até após a inauguração do novo. No artigo “Saudosistas lembram a velha Matriz”, também sem identificação de autoria, os defensores da demolição afirmam:

> Muitos saudosistas que elogiam o passado choram a velha Matriz do Divino Espírito Santo, onde várias gerações receberam o batismo e assistiram à [sic] muitas festas sob o seu teto. Recordam as solenes badaladas do velho sino, a ecoar na solidão do ermo. Nós entendemos a saudade que eles curtem dos tempos de antanho. Eles olham a nova Matriz – majestosa e imponente – e a revê [sic] com os olhos da recordação, do coração, quando em suas infâncias despreocupados subiam a velha escada em zigue-zague [sic] de seu corpo, para ouvir e sentir de perto, as solenes missas cantadas. Entretanto, não sabem apreciar a beleza da NOVA MATRIZ (...) (GAZETA de Varginha, 7 jan. 1981).

As palavras utilizadas para se referir aos “saudosistas” e seus desejos são: saudosistas, velho, solidão, ermo, tempos de antanho e recordação. Ou seja, na percepção do grupo pró-demolição, os “saudosistas” eram pessoas presas às tradições de um passado que a modernidade não mais reconhecia como legítimas e dignas de serem preservadas, e que, supostamente, poderiam oferecer óbices ao tão almejado “progresso”. Entretanto, de fato, o grupo dos “saudosistas” era composto por pessoas que reconheciam a importância da preservação do patrimônio histórico e artístico que a igreja matriz representava com sua arquitetura e alfaias.

O que é a modernidade? O que é o progresso? Para construir o novo é preciso destruir o antigo? Que relação pode ser estabelecida entre memória, cidadania e cultura? O que seria a “beleza da nova Matriz” louvada no texto? (um imenso caixote de concreto de cor de cinza?) Em que consiste a apreciação estética? Foge ao modesto escopo deste livro discutir essas e outras complexas questões filosóficas.

Em novembro de 1973, a Comissão Promatriz possuía em seu quadro de pessoal executivo as seguintes pessoas: Odilon Barreto (presidente); Pe. Walmor Zucco (vigário da Paróquia do Divino Espírito Santo) e Aloysio Ribeiro de Almeida (presidentes de honra); João Nogueira de Miranda e João Figueiredo Frota (vice-presidentes); Rubens Vicente de Luca (1º secretário); Hélcio Magalhães Reis (2º secretário); José de Paiva Pinto (1º tesoureiro), e Rômulo Nogueira de Miranda (2º tesoureiro) (GAZETA de Varginha, 24 nov. 1973).

A referida Comissão encarregou-se de distribuir carnês de contribuição pela cidade. Esperava-se que o número de pessoas contribuintes ultrapassasse a faixa de cinco mil, tendo em vista as “enormes despesas com a gigantesca construção” (GAZETA de Varginha, 10 nov. 1973). Em junho de 1975, a Comissão Promatriz contabilizava 2.590 carnês de contribuição de valores diversos, os quais correspondiam a uma arrecadação média mensal de Cr$ 29.670,00 (vinte e nove mil e seiscentos e setenta cruzeiros) (ZUCCO, Gazeta de Varginha, 8 jun. 1975).

Em 26 de agosto de 1973, ocorreu o lançamento da pedra fundamental. Em novembro de 1973, prosseguia “em ritmo animador” as obras de demolição da velha Matriz (GAZETA de Varginha, 10 nov. 1973).

No dia 05 de maio de 1974, ocorreram as últimas celebrações de missas na antiga Igreja Matriz (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo IV, fl. 75vº). As missas semanais das 7:00 horas e das 19:00 horas, foram celebradas na capela do Colégio Santos Anjos (Colégio das Irmãs). As missas dominicais foram distribuídas pelos vários templos da cidade (Igreja de Fátima, Matriz de São Sebastião e Matriz do Rosário).

Enquanto se fazia a demolição do prédio velho, começava-se a construir ao mesmo tempo o prédio novo (GAZETA de Varginha, 24 nov. 1973).

Em 1º de agosto de 1974, tiveram início as obras da construção do novo templo e foram abertas as grandes valas para as fundações.

Em 16 de março de 1975, celebrou-se missa no primeiro piso da nova igreja. Em primeiro de novembro de 1975, a primeira etapa da obra que

compreendia a construção da base do templo estava concluída. O fato foi festejado com “especiais demonstrações públicas de júbilo pela Comunidade Paroquial” e com duas missas solenes de ação de graças, “a primeira sobre o lajão da nova Matriz e a segunda nas suas dependências térreas” (CORREIO do Sul, Promatriz, primeiro nov. 1975).

Em 15 de novembro de 1975, a parte térrea da Igreja Matriz já se achava em funcionamento com celebrações de missas diárias, batizados, orações pelas pessoas falecidas, e realização de casamentos. Nesse dia, às 17:30 horas, o padre Irineu Decker celebrou o primeiro casamento. Os noivos foram Amélia Corá e Francisco da Silva Vitoriano (GAZETA de Varginha. Coluna Crônica da Cidade, nota de Antônio Murad Sobrinho, 22 nov. 1975).

Na grande laje foram gastos 2.577 sacos de cimento com 60 quilos cada, 216 m^3 de pedra e 189 m^3 de areia.

Durante as obras, trabalhadores voluntários individuais e empregados em fazendas, empresas e indústrias do município deram a sua colaboração em sistema de mutirão. Em cada domingo, um grupo diferente desses voluntários prestava sua ajuda na construção da nova Matriz e outro grupo de voluntários se encarregava de preparar-lhes o almoço (CORREIO do Sul, 14 jul. 1975).

Entre elas: C.B.C. – Companhia Brasileira de Caldeiras que, atualmente, não mais funciona em Varginha, cedeu quarenta operários dos setores de solda e montagem no dia 25 de maio de 1975 CORREIO do Sul, 31 maio 1975); Meiden Montagens e Instalações Industriais, colaborou cedendo 21 operários, em 6 de julho de 1975 (CORREIO do Sul,

16 ago. 1975); Prefeitura Municipal de Varginha, 46 operários, em 3 de agosto de 1975; Clube Campestre de Varginha, vinte funcionários, no mutirão do dia 5 de agosto de 1975 (CORREIO do Sul, 16 ago. 1975); Fazenda do sr. Joaquim Gonçalves Ramos, 21 operários, em 10 de agosto de 1975; CIVE – Comercial de Veículos, 22 funcionários; Pedreira Santo Antonio, D.E.R – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, e CIMOLD – Indústria e Comércio de Lajes Pré-moldadas, Blocos e Manilhas.

Restaurantes, churrascarias, pastelarias e lanchonetes da cidade, colaboraram fornecendo lanches e almoços para os voluntários (GAZETA de Varginha, 4 jul. 1979; 25 jul. 1979).

Além das instituições e estabelecimentos citados, muitos outros estabelecimentos comerciais tais como jornais, papelarias, farmácias, clubes recreativos, joalherias, casas de presentes, supermercados, indústrias de café e de laticínios, exportadores, hotéis, butiques, granja, bancos etc, prestaram colaboração financeira, estratégica, de suporte ou fornecendo mão de obra (CORREIO do Sul, 27 ago. 1975; 16 ago. 1975; GAZETA de Varginha, 6 set. 1975; TRIBUNA Varginhense, 6 set. 1975). Cerca de duas dezenas de Jovens do Tiro de Guerra 04034 – Varginha/MG, trabalharam como voluntários em outubro de 1975.

O dia 16 de março de 1975 foi o dia escolhido para celebrar a primeira missa em meio às obras. A chuva não permitiu. A missa foi celebrada no dia seguinte, às 19:30 horas (ZUCCO, A primeira missa, Correio do Sul, 18 mar. 1975).

Leilões de gado foram realizados para arrecadar dinheiro para a construção. O primeiro leilão de reses

em benefício das obras da Igreja Matriz aconteceu no dia 8 de junho de 1975, domingo, na Fazenda Esmeralda, de propriedade do Sr. Joaquim Gonçalves Ramos, mais conhecido como Joaquim Raminho. O Banco Real (atual Banco ABN AMRO REAL S/A), agência de Varginha, prestou financiamento no local aos arrematadores que tiveram seu cadastro atualizado naquele estabelecimento de crédito (CARTAZ de propaganda. Título: Espetacular leilão de gado. Gráfica Correio do Sul, Varginha. Dimensões: 52,5cm x 41cm; CORREIO do Sul, 4 jun. 1975).

O segundo leilão de gado holandês aconteceu na mesma fazenda, no dia 18 de julho de 1976, domingo, aberto com uma missa campal às 7:00 horas (CARTAZ de propaganda. Título: Espetacular leilão de gado. Gráfica Correio do Sul, Varginha. Dimensões: 51,8cm x 41,5cm). Na avaliação dos organizadores, o leilão foi um sucesso com a presença de mais de mil pessoas e momentos em que o número de veículos automotores particulares estacionados chegou a trezentos. Participaram pecuaristas de várias cidades do Sul de Minas. Foram leiloadas mais de duzentas reses. A renda ultrapassou Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) (CORREIO do Sul, 21 jul. 1976).

O terceiro leilão foi denominado Feira de Gado Promatriz, sendo realizado nos dias 16 e 17 de julho de 1977 (sábado e domingo), com início às 8:00 horas, dia 16, no Parque de Exposição da Sociedade Agropecuária, Industrial e Comercial de Varginha, no km 3 da rodovia Varginha – Fernão Dias. A feira não pôde acontecer na Fazenda Esmeralda devido à oficialização do evento junto à Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Com isso, somente um local devidamente registrado poderia

sediar a feira. O financiamento foi concedido pelo Banco Real no local da feira, onde os interessados levaram Carta de Apresentação lacrada contendo indicação do limite de crédito. Foi leiloado gado holandês cruzado e puro com certificado negativo de brucelose e tuberculose. Na véspera, a Prefeitura Municipal de Varginha fez o serviço de terraplenagem do local, montou os palanques e arquibancadas. O movimento financeiro atingiu a soma de sete milhões de cruzeiros. Foi estimado que o dinheiro arrecadado pela comissão pró-matriz atingiria cerca de um milhão de cruzeiros (CORREIO do Sul, 4 jun. 1977; CORREIO do Sul, 21 jul. 1977; GAZETA de Varginha, 23 jul. 1977; CORREIO do Sul, 25 ago. 1977; CARTAZ de propaganda. Gráfica Correio do Sul. Título: Espetacular Feira de Gado. Dimensões: 52cm x 41cm).

Até 24 de janeiro de 1978, a Comissão Promatriz realizou 102 reuniões registradas em atas (GAZETA de Varginha, 4 fev. 1978). Não conseguimos localizar o(s) livro(s) de ata(s).

Em junho de 1978, a Comissão PROMATRIZ possuía em caixa Cr$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil cruzeiros) em dinheiro (GAZETA de Varginha, 17 jun. 1978).

Em maio de 1979, foram iniciadas as obras da nave da Igreja Matriz (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro de Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 75vº).

Em outubro de 1979, a Matriz estava em fase de acabamento (GAZETA de Varginha, 26 out. 1979). Entretanto, foi necessária a realização de novo leilão de gado holandês para arrecadar mais dinheiro. O leilão ocorreu no Parque de Exposição, em 27 e 28 de

outubro daquele ano. Foram negociadas 1.000 cabeças, com financiamento em até cinco anos (CORREIO do Sul, edição nº 3346, 1ª página, 25 out. 1979).

4.9.6 – 4º período 21/12/1980 até hoje

Em 21 de dezembro de 1980, a Nova Matriz foi inaugurada com a celebração da primeira missa (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro de Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 73vº). A missa foi concelebrada, presidida pelo Bispo Diocesano Dom Otto Motta. Os sacerdotes foram: Roque Oppermann, Roque José Schmidt, Tarcísio Rauchlz, Barreto, Flávio Morelli, Aloísio Hellmann e Valdir Vicentini. O bispo ungiu as ombreiras da porta da nova Matriz (GAZETA de Varginha, Ano XIV, edição nº 1042, 1ª página, 23 dez. 1980).

> A consagração do altar é o rito central e básico de toda a cerimônia da consagração de uma igreja. Na ocasião é lembrada a pedra fundamental sobre a qual Jacó reclinou a cabeça e da sua visão de anjos descendo e subindo. A unção da pedra com óleo – que foi chamado de Betel (Casa de Deus), torna santo o lugar onde será celebrado o sacrifício da Missa (GAZETA de Varginha, Ano XIV, edição nº 1042, 1ª página, 23 dez. 1980).

No último dia vinte, foi celebrada a última missa na parte baixa da Matriz. O Santíssimo Sacramento havia sido trasladado solenemente para a parte superior do templo, oportunidade em que houve adoração durante toda a noite (GAZETA de Varginha, Ano XIV, edição nº 1042, 1ª página, 23 dez. 1980).

Entretanto, a parte externa do templo ainda não tinha acabamento, e faltava acrescentar sinos e relógio (CORREIO do Sul, 30 dez. 1980).

Os bancos de madeira para uso dos fiéis, constituem o mais completo conjunto de objetos da Igreja Matriz 1908-1974, preservados, em uso, em excelente estado de conservação e de posse da atual Igreja Matriz. Sobre eles, afirma o Livro de Tombo:

"Não houve necessidade de substituí-los, pois (...) são de embuia, madeira de primeira qualidade e de grande beleza. Foram apenas envernizados e restaurados" (PAROQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro de Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 77f.). A imbuia ou embuia (*Ocotea porosa*) é uma árvore nativa do Sul do Brasil, cuja madeira é utilizada na marcenaria de luxo. A coloração da imbuia vai do marrom-claro ao marrom-escuro; muitas tábuas são mescladas.

A atual Igreja Matriz possui grandes dimensões e aparenta ser superdimensionada para o lote onde está construída. São, aproximadamente, 1.300 m^2 de espaço interno; a altura interna é de dez metros (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro de Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 76f.). Como vimos, a Matriz anterior possuía 991,172 m^2. A atual tem, portanto, 309 m^2 a mais de área interna. Ao observador, vista por qualquer ângulo, a igreja atual causa a estranha impressão de ser maior do que o terreno onde está implantada. Mesmo com essa volumetria desproporcional, ela não possui a imponência arquitetônica da antiga. Dois fatores inter-relacionados, entre outros, contribuem para isso: a inversão do sentido da entrada o que acarretou a perda da colossal e majestosa escadaria que dava

acesso ao adro e à nave (o acesso à entrada principal da antiga Igreja Matriz dava-se pela Praça Governador Benedito Valadares; vide APÊNDICE 3). A realização de um casamento na igreja matriz do 3º período (1908-1974) era quase uma apoteose da noiva quando ela subia a escadaria acompanhada por um séquito de senhoras e moças que lhe ajeitavam o vestido, e detinha-se no adro antes da entrada triunfal na nave e da longa caminhada até o altar-mor, entre as imensas paredes com vitrais coloridos com as representações dos santos. A memória da realização de um casamento na Igreja Matriz foi reconstruída em várias passagens no romance "A memória dos sentidos" (SALES, 2002).

Por muitos anos Varginha permaneceu com apenas uma igreja: a Matriz do Divino Espírito Santo. Os outros templos eram capelas, que posteriormente foram elevadas à categoria de igrejas e, outros, a matrizes. São as seguintes as capelas que constam do "Inventário das capelas e cemitério" feito pelo vigário Pedro Nolasco de Assis, em 1907: São Sebastião, Pretório, Nossa Senhora do Rosário, São Miguel e Almas, Santa Cruz, e Passos. No mesmo Inventário, ele registrou: "Não me consta que alguma destas capelas tenha patrimônio" (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 7vº).

Outras informações sobre a construção da terceira Igreja Matriz 3º período (1908-1974) podem ser obtidas no livro Espírito Santo da Varginha – MG 1763-1920 (SALES, 2003), no item 15.1 Matriz do Divino Espírito Santo, p. 250-254.

Atualmente, o nível de escolaridade e de consciência da população geral em relação às questões do meio ambiente e de bens culturais, é significativamente maior em comparação com as décadas anteriores. A legislação municipal passou a proteger o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. O art. 29, Título I, Capítulo V – Do desenvolvimento social do município, estabelece:

"Art. 29. São [sic] patrimônio dos cidadãos do Município bens de natureza material e imaterial, desde que pertençam à história ou ao cotidiano da população ou parte dela." (LEI nº 4530, de 17 out. 2006).

É bem provável que se fosse hoje, a Igreja Matriz inaugurada em 1908, dificilmente seria demolida. Ela teria sido restaurada.

4.9.7 A Cripta da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo

4.9.7.1 Conceitos: cripta, catacumba, ala, prateleira, gaveta e urna

O vocábulo "cripta" tem sua origem no latim *'crypta,ae'* galeria subterrânea, caverna, cripta, e no grego *'krúpte'* abóbada subterrânea, cripta, formado do verbo *'krúpto'* que significa 'esconder'; vocábulo erudito difundido por via eclesiástica, depois pela linguagem científica; a forma histórica é *crypta* do ano de 1649 (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 871).

A origem da cripta encontra-se na Idade Média. Nesse período histórico, a cripta era uma dependência, em geral subterrânea e disposta sob as cabeceiras de uma igreja, especialmente das

catedrais românicas, onde eram enterrados os sacerdotes e com freqüência aristocratas e membros do alto clero. Em História, a palavra é também utilizada para designar a capela ou igreja antiga que jaz sob uma edificação superior e mais recente, mas à qual se tem acesso. Por analogia, a palavra cripta passou a ser empregada para designar a galeria ou sala subterrânea usada para sepultamentos ou como ossuário (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 871).

A catacumba é o lugar em que se deposita o corpo de um defunto. É uma construção subterrânea que serve de sepultura ou ossuário. A palavra catacumba pode ser utilizada como sinônimo de cripta. Em história, catacumba é um conjunto de galerias e salas escavadas no subsolo para sepultamentos, especialmente as construídas pelos cristãos, em Roma, do século I ao século IV. Talvez essas galerias também fossem usadas como lugar de culto, catequese e refúgio às perseguições. A catacumba teve sua origem no baixo-latim *catacumba,ae* "catacumba, abóbada sepulcral; cemitério subterrâneo, de origem controversa; há quem afirme provir do grego *katá* 'embaixo' (por adição) + *tumba,ae* 'sepultura', com influência de *cumbere* 'estar deitado' ou o hibridismo teria sido formado do grego *katá* + latim *cumbo*, com provável influência de *tumba*; há ainda a hipótese de tratar-se de alteração *(cavae) cathecumenae* por influência de *tumbae* (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 649).

Neste estudo, os conceitos de urna, gaveta, prateleira e ala são os seguintes:

Urna: recipiente acrílico com tampa, onde se depositam os ossos ou as cinzas dos mortos.

Gaveta: compartimento de corpo retangular com abertura quadrada ou quase quadrada feito em alvenaria onde se coloca a urna com os ossos ou as cinzas.

Prateleira: alinhamento horizontal ao longo do qual estão dispostas as gavetas;.

Ala: conjunto de prateleiras com subdivisões de gavetas, espacialmente separado de outros conjuntos homogêneos, localizados no mesmo ambiente. O total das alas compõe a cripta. O conceito de ala aqui utilizado difere um pouco do conceito dicionarizado, pois, a ala, usualmente, separa conjuntos heterogêneos como, por exemplo, as alas de uma escola de samba.

Percebe-se que nos artigos publicados em periódicos municipais da época da construção da Igreja Matriz 4º período (inaugurada em 1980), os vocábulos cripta e catacumba, e gaveta e urna, às vezes, eram utilizados como sinônimos, o que pode ocasionar erros de interpretação em um leitor desavisado. Nesses veículos de comunicação, o termo cripta foi empregado mais freqüentemente.

4.9.7.2 Pequeno histórico

O uso do vocábulo cripta para denominar a dependência da Igreja Matriz do Divino Espírito, utilizada como repositório de ossadas e de cinzas, deriva da acepção por analogia, embora o local reservado para essa finalidade não seja subterrâneo nem aceite sepultamentos.

Em 1976, o artigo da Comissão Promatriz, intitulado PROMATRIZ, informou que a cripta da Igreja Matriz possuiria 1.168 urnas com as respectivas

gavetas e 48 túmulos, com acabamento em acrílico e alumínio. Segundo avaliação da referida Comissão, em fevereiro daquele ano, a construção da cripta encontrava-se em fase de acabamento (GAZETA de Varginha, p. 4, 22 fev. 1976). O jornal Correio do Sul divulgou que a cripta teria mais de 1.300 escaninhos (CORREIO do Sul, 13 set. 1975). O jornal Gazeta de Varginha afirmou que o total de urnas era 1.158 (GAZETA de Varginha, primeiro fev. 1979).

Em dois artigos, publicados no jornal Tribuna Varginhense, o primeiro, em abril e, o segundo, em agosto de 1976, intitulados Recanto de Paz (I e II), o padre Walmor Zucco, vigário da Paróquia do Divino Espírito Santo, na época, referiu-se à cripta como "recanto de paz". Segundo o vigário, a cripta seria construída para a guarda dos restos mortais de nossos entes queridos, em urnas especialmente preparadas para essa finalidade. O projeto da cripta teria o propósito de "possibilitar uma <<pastoral dos mortos>>", em lugar apropriado, com o objetivo de esclarecer "uma população católica marcada por falsos conceitos e superstição a respeito do <<pós-morte>>" (ZUCCO, Recanto de Paz II). O vigário não esclarece o que ele compreendia por falsos conceitos e superstição. Havia o desejo de transformar o recinto da cripta em uma ampla capela, artisticamente decorada, para oferecer aos fiéis um ambiente apropriado à oração. As urnas estariam dispostas nas paredes laterais em seis conjuntos simetricamente alinhados em formato circular (ZUCCO, Recanto de Paz I e II, Tribuna Varginhense, 21 abr. 1976; Tribuna Varginhense, 28 ago. 1976).

A entrada para a catacumba seria na parte interior da cripta, parede dos fundos, próximo ao altar

de celebrações eucarísticas (ZUCCO, Recanto de Paz I e II, Tribuna Varginhense, 21 abr. 1976; Tribuna Varginhense, 28 ago. 1976).

Percebe-se que o padre Walmor Zucco não utilizou os vocábulos cripta e catacumba como sinônimos. Afirma ele:

> Catacumba será outro Recanto de Paz, dentro da própria Cripta, onde poderá ser depositado nosso pai, mãe, irmão ou amigo, logo após seu falecimento, havendo conseqüentemente a possibilidade de sepultar alguém dentro da própria Igreja (ZUCCO, 21 abr. 1976).

4.9.7.3 A cripta atual

A ideia original de padre Walmor Zucco de criar uma catacumba, aos fundos da cripta na Igreja Matriz do Divino Espírito, foi abandonada. A dependência funciona apenas como cripta.

As gavetas da cripta da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo são de dois tipos: individuais ou de famílias, distribuídas em sete alas. As alas de números 1 a 6 são de gavetas individuais. A ala 7 é de gavetas de famílias e encontra-se localizada nos fundos, na parte mais interna da cripta.

Quando foi inaugurada em 21 de dezembro de 1980, a cripta da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo possuía 1180 gavetas individuais e de famílias, distribuídas em sete alas. Atualmente, o total de gavetas individuais não é o mesmo da época da inauguração, pois, recentemente, a cripta sofreu uma pequena reforma com o objetivo de proporcionar melhorias na ventilação. Com isso, em algumas alas, várias gavetas das prateleiras mais altas, próximas ao

teto, foram removidas para permitir a adequada circulação de ar.

As alas 1, 2, 3 e 4 não foram alteradas. Em cada uma dessas alas, uma das gavetas superiores é vazada e recoberta por um acabamento de alumínio com orifícios para a entrada de ar.

As alas 5 e 6 perderam, cada uma, onze urnas em espaço contínuo na última prateleira. Na ala 5, os espaços de seis gavetas são utilizados como caixas de controle da rede elétrica. A ala 6 possui uma curvatura mais acentuada que as outras alas, o que obedece ao projeto arquitetônico original. Com isso, seis espaços de gavetas no meio da curvatura não puderam ser utilizados como depositários de ossos, pois não possuem profundidade suficiente.

A Tabela 1, abaixo, apresenta a quantidade atual de gavetas individuais e de famílias, segundo as alas.

TABELA 1

Gavetas individuais e de famílias, segundo as alas, na cripta da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, Varginha – MG, 19/01/2009.

ALA	GAVETAS
1	207
2	207
3	159
4	159
5	187
6	187
SUBTOTAL GAVETAS INDIVIDUAIS	1106
7	52
SUBTOTAL GAVETAS DE FAMÍLIAS	52
TOTAL	1158

Fonte: contagem efetuada pelo autor, *in loco,* no dia 19 de janeiro de 2009.

A cripta atual possui um total de 1158 gavetas, sendo 1106, individuais, e 52, de famílias, ou seja, as gavetas individuais são a maioria e representam 95,5% do total. As gavetas de famílias correspondem ao restante (4,5%).

A identificação das gavetas de cada ala é feita por meio de letras e algarismos.

Cada ala recebe uma numeração (1 a 7). Cada prateleira é identificada por uma letra em ordem alfabética; e, cada gaveta, por um algarismo. A letra

“A” corresponde, em todas as alas, às prateleiras mais próximas do solo. Por exemplo, os restos mortais do imigrante libanês Millem Salles (1861-1933), bisavô paterno do autor, estão depositados na Ala 3, prateleira E, gaveta 10 ou, resumidamente: A3E10.

As gavetas individuais possuem as seguintes dimensões: 28cm de altura x 29 cm de largura x 52cm de profundidade. Elas possuem portas de acrílico branco, transparente, emoldurado por um contorno em alumínio. A identificação da ossada ou das cinzas é feita por meio de papel plastificado, afixado na porta, no qual se registra o nome completo e as datas de nascimento e de falecimento. Algumas famílias optam também por afixar uma fotografia do falecido. Esse tipo de prática é bastante arcaico: lembra os afamados e instigantes retratos de múmias do Egito Antigo.

As gavetas de famílias possuem 65cm de comprimento x 60cm de largura. Essas gavetas são fechadas com placas de mármore que contêm as inscrições que identificam os nomes das famílias.

Cada gaveta individual pode receber uma ossada, acondicionada em caixa especial de material acrílico fosco, semitransparente, cor de mel ou, então, uma urna de cinzas. Cada gaveta ou túmulo familiar comporta, em média, dezoito caixas com ossadas. Todas as gavetas – individuais e familiares – são de parede. Não há compartimentos no chão, conforme era o antigo costume, durante a época do Brasil Colônia e Império. Não é possível o sepultamento de cadáveres na cripta. Após o sepultamento no cemitério, a ossada pode ser trasladada para a cripta decorridos cinco anos, prazo mínimo estabelecido em

lei para a exumação. O preço de aquisição de cada gaveta individual é fixo: um salário mínimo e meio.

A transferência das ossadas dos entes queridos para a cripta possui as seguintes vantagens em relação a deixá-las nos túmulos do cemitério municipal: 1) a cripta é um recinto interno da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, protegido, primeiro, por um portão de ferro e, depois, por uma porta de vidro temperado. Os visitantes somente têm acesso à cripta após a autorização do responsável, um funcionário da paróquia. O visitante é acompanhado pelo funcionário. Com isso, o risco de vandalismo é praticamente inexistente, 2) a cripta é um ambiente protegido das intempéries, sol, chuva, umidade, roedores e insetos, 3) o recinto é periodicamente limpo pelos funcionários da paróquia, sem ônus para as famílias proprietárias das gavetas.

Na parte mais interna da cripta, em frente às gavetas de famílias, há um altar em mármore branco cujo tampo se assenta sobre um alto-relevo em bronze que retrata o sepultamento de Jesus Cristo pelos apóstolos. Essa alfaia pertenceu à Igreja Matriz do 3º período (1908-1974) (vide Apêndice 3, item 2).

Em todas as segundas-feiras reza-se um terço em intenção dos falecidos que têm seus ossos sepultados na cripta. A missa das 19:00 horas desse dia é dedicada aos mortos cujos restos mortais lá se encontram.

5 ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL DE IGREJAS NO SÉCULO XIX: LEGISLAÇÃO DO IMPÉRIO

A administração dos patrimônios das Igrejas matrizes e capelas filiais, exceto aquelas que estavam a cargo de irmandades ou confrarias, pertencia aos fabriqueiros sob a inspeção do Prelado diocesano, ao qual por costume cabia a sua nomeação nos termos dos Avisos nº 115, de 27 de abril de 1855, e nº 196, de 3 de junho de 1857 (DECISÃO Nº 13, 11 fev. 1886).

Fábrica, na acepção eclesiástica, é o "rendimento e capital destinados às despesas do culto e da manutenção de uma igreja" e, por extensão, a "manutenção e conservação da igreja com recursos de fábrica". A reunião dos membros de um conselho paroquial também é chamada de fábrica. O fabriqueiro era o encarregado de receber os rendimentos da fábrica – na acepção conceituada acima – de uma igreja, de cuidar dos móveis e paramentos, além de administrar internamente o templo. É o mesmo que fabricário (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1296).

Quanto aos Avisos mencionados na Decisão nº 13, o Aviso nº 115, afirma que os fabriqueiros das Matrizes eram nomeados pelos bispos. Essa nomeação não compreendia a tomada de contas, as quais deveriam ser prestadas no Juízo temporal. Os livros para os assentamentos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos deveriam ser prestados pelas Fábricas das Matrizes ou pelos párocos na impossibilidade delas (AVISO Nº 115, 27 abr. 1855). O Aviso nº 196, apenas reafirma que não

competia aos vigários dar posse e exercício aos fabriqueiros (AVISO Nº 196, 3 jun. 1857).

Era atribuição das irmandades ou confrarias administrar os patrimônios das Igrejas e capelas que estivessem a seu a encargo, conforme os compromissos – estatutos – devidamente aprovados, pelos quais eram regidas. Tal administração estava sujeita, exclusivamente, à fiscalização do Juiz Provedor de Capelas (DECISÃO Nº 13, 11 fev. 1886).

Em todos os casos, era atribuição do Juiz tomar as contas às administrações das Igrejas e capelas (DECISÃO Nº 13, 11 fev. 1886).

Pode parecer estranho aos olhos do leitor contemporâneo que a legislação do Império tenha se ocupado de estabelecer normas e procedimentos para regular a administração da Igreja. Entretanto, não se pode perder de vista que na época, ainda estava em vigor a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, conhecida como Carta Outorgada, que estabeleceu em seu artigo 5:

> A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo (CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brazil de 1824, 1886, p. 4).

Menos de dois meses após a proclamação da república, o Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, proibiu a intervenção da autoridade federal dos Estados federados em matéria religiosa, consagrou a plena liberdade de cultos e extinguiu o padroado. O artigo 1º do referido diploma legal, proibiu a autoridade federal, assim como a dos Estados federados, expedir

leis, regulamentos ou atos administrativos que estabelecessem ou vedassem qualquer religião, bem como de criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento [público], por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas. O artigo 4º extinguiu "o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas" (DECRETO Nº 119-A, art. 1º e 4º, 7 jan. 1890). O Decreto nº 119-A, foi assinado por personagens conhecidos da história do Brasil e que tiveram participação ativa nas circunstâncias políticas que resultaram na criação da república: Marechal Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Quintino Bocaiúva, entre outros.

A separação entre a Igreja e o Estado foi consolidada com a constituição de 1891, que vedou aos Estados e à União "estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos" (art. 11); determinou que nenhum culto ou igreja gozaria de subvenção oficial, nem teria relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados (art. 72, § 7º); garantiu a liberdade de todos os indivíduos e confissões religiosas de exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum (art. 72, § 3º); e garantiu os direitos civis e políticos ao estabelecer que os cidadãos não poderiam ser discriminados por motivo de crença ou de função religiosa nem poderiam usar dessa crença ou função para eximir-se de cumprir qualquer dever cívico (art. 72, § 28) (CONSTITUIÇÃO DE 1891, D.O.U., 24 fev. 1891).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O leitor que desejar informações detalhadas sobre a constituição do patrimônio da capela do Divino Espírito Santo das Catanduvas pode consultar as seguintes obras do autor: Espírito Santo da Varginha – MG 1763-1920 (2003), cap. 11 O patrimônio da capela : as terras de Varginha (p. 101-105), e Breve história de Varginha – MG 1763-1922 (2007), cap. 2 História político-administrativa, itens: 2.4.1.2 As terras de Varginha 1807-1922; 2.4.1.3 Escritura do patrimônio da Igreja Matriz 1806 (p. 62-73). Nesses textos a história do patrimônio da capela é detalhadamente descrita e interpretada. Não é necessário, pois, repeti-la aqui.

Informações sobre as procissões da Semana Santa e do Dia de Corpus Christi, e sobre os cortejos fúnebres no período 1960-1970, podem ser obtidas no livro do autor Imigração libanesa em Varginha – MG, a família Milem Sales e o Bar do Milem 1938-1980 : memória histórico-social e afetiva (2006), cap. 4 O Bar do Milem, itens: 4.10.3 Semana Santa (p.69); 4.10.4 Corpus Christi (p. 70), e 4.10.6 Cortejos fúnebres: os rituais da morte (p. 73). Embora o período descrito não seja o mesmo enfocado neste estudo, os rituais revelam a força de algumas das tradições religiosas do final do século XIX e início do século XX que deixaram seus vestígios até pelo menos a década de 60 do século XX.

O livro Espírito Santo da Varginha – MG 1763-1920 (2003), capítulo 29 Arquitetura e urbanismo, item 16.0 “Arquitetura fúnebre” (p. 255-266), trata detalhadamente da complexa e polêmica questão do

cemitério paroquial x cemitério secular que arrebatou a cidade e atingiu o auge no período 1912-1918.

Como vimos, a Igreja Matriz e a capela de São Miguel e Almas eram as únicas a contar com estrados altos – essas – para exposição dos ataúdes. A capela de São Miguel dispunha também de uma mesa-caixão. Em Varginha, durante o século XIX, independentemente do nível socioeconômico do falecido os velórios ocorriam nas residências, costume que perdura ainda hoje para a maioria da população. As essas eram utilizadas durante as missas de corpo-presente realizadas após o velório e imediatamente antes do sepultamento. Os cadáveres de membros da elite local ficavam, então, expostos durante as missas na essa da Igreja Matriz, e aqueles de famílias com poucos recursos financeiros na essa ou na mesa-caixão da capela de São Miguel e Almas no cemitério paroquial. Após a segunda década do século XX, a essa foi progressivamente abandonada, sendo substituída por duas grossas hastes de metal, independentes, artisticamente trabalhadas, nas quais o féretro é colocado durante o velório. A essa conferia mais estabilidade e segurança contra eventuais esbarrões que as estruturas atualmente em uso. Atualmente, a denominação desse suporte varia de acordo com a funerária pesquisada: cavalete, paramento [sic] e câmara-ardente (informações fornecidas por telefone pelos atendentes das empresas funerárias locais consultadas).

Todas as capelas e igrejas construídas na zona urbana de Varginha no século XIX foram demolidas. Nenhuma delas conseguiu sobreviver, preservada com seu traçado arquitetônico e materiais de construção originais ou restaurada. Algumas das que

permaneceram foram reconstruídas no mesmo lote, com ampliações e total modificação do traçado arquitetônico original: a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, a de São Sebastião, e a de Santa Cruz são exemplos desse processo. Outras foram totalmente demolidas, e os locais exatos dos sítios onde estavam implantadas são agora desconhecidos ou foram destinados a outras finalidades: capelas do Pretório, de São Miguel e Almas e as cinco capelas dos Passos.

Não foram localizadas fotografias da Igreja Matriz do 2º período 1831-1889. Na época, a fotografia era dispendiosa e os equipamentos utilizados para realizá-la eram muitos e pesados – ferro, vidro, porcelana etc, o que tornava difícil o seu transporte. Ela somente se popularizou durante o século XX. A fotografia nos fornece informações e nos ajuda a formar um inventário de uma pequena porção do espaço e do tempo que teria a função de preencher "vazios no retrato mental que fazemos do presente e do passado" (SONTAG, 1981, p.21-22).

O vazio de imagens das duas primeiras igrejas do Divino Espírito Santo da Varginha, das cinco capelas dos Passos, das capelas do Pretório, de São Miguel e Almas, e das primeiras capelas de Santa Cruz, e de São Sebastião, permanece, uma vez que, ao que tudo indica, não houve registros fotográficos (ou eles se perderam) e, até o momento, não foram localizados desenhos e pinturas.

No ano de 1907, das 26 imagens esculpidas de santos nominalmente citadas no "Inventário das capelas e cemitério", dezenove delas encontravam-se na Igreja Matriz. Uma das imagens – o Senhor dos Passos – pertencia à Matriz mas encontrava-se na

capela do Pretório. Os munícipes que possuem imagens de santos da Igreja Matriz no período 1908-1974, podem consultar o APÊNDICE 3: Lista de imagens esculpidas das capelas e igrejas de Varginha – MG, 1907. Caso o nome do santo não tenha sido incluído na lista, com certeza, a imagem foi adquirida pela Paróquia do Divino Espírito Santo após 1907.

As alfaias da Igreja Matriz do 3º período (1908-1974), principalmente a estatuária e objetos de metal e vidro, castiçais, lustres e vitrais, foram arrematadas em leilão por interessados em arte e por comerciantes, em 1975; encontram-se, pois, dispersas em vários acervos de particulares.

Nos anos seguintes, muitos desses objetos foram novamente postos à venda por particulares ou doados e não se encontram mais em Varginha. Longe do local de origem e sem vínculo com a história da comunidade, as alfaias perdem o sentido mais profundo do qual são apenas referência e ponto de partida: o simbolismo e o significado que tinham para a história, a cultura, a sociedade e a religiosidade do povo que as constituiu e, dispersas em vários acervos particulares, se tornam apenas uma fonte restrita e individual de prazer estético. É de interesse da coletividade que esses objetos sejam devidamente inventariados e estudados; eles fazem parte da história de um povo. No entanto, dificilmente essas obras sacras poderão ser reunidas em um único local para visitação pública.

Atualmente, a Paróquia do Divino Espírito Santo ainda possui as seguintes imagens da Igreja Matriz 1908-1974: Divino Espírito Santo, Senhor dos Passos, Senhor Morto, Senhor do Triunfo, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora de

Lourdes e Nossa Senhora Aparecida. Não foram localizados documentos que comprovem a procedência e a origem dessas imagens, mas como o período de aquisição da maioria delas deu-se entre o final do século XIX e o início do XX, e o estilo tem nítida influência ibérica, pode-se estabelecer que as imagens procedem, em sua maioria, de Portugal ou da Espanha, sendo outras, como a Joana D'Arc, oriundas da França. São essas, portanto, as mais antigas imagens da Igreja Matriz. As imagens de Nossa Senhora Aparecida e do Divino Espírito Santo são menos elaboradas, rústicas, toscas, despretensiosas, o que está a indicar sua origem no artesanato local. A Paróquia do Divino Espírito Santo não permitiu que a imagem de Nossa Senhora Aparecida fosse fotografada fora da redoma e sem o manto. As imagens utilizadas apenas durante a Semana Santa, permanecem adequadamente embaladas e guardadas em cômodo apropriado de acesso restrito, na Casa Paroquial, durante o restante do ano.

Os paramentos estão entre as alfaias da Igreja Matriz no período 1908-1974 que mais sofreram danos e perdas. Em comparação com outros materiais, o tecido é mais vulnerável e sujeito à deterioração causada pelo tempo. Ele pode sujar-se facilmente. Esgarça-se com o uso e lavagens sucessivas. Sofre com a ação da umidade, com a contaminação por fungos, ácaros e micro-organismos, e com a ação de traças e baratas. O manejo inadequado, o contato com produtos químicos, com resíduos de alimentos e luminosidade excessiva podem lhe causar danos irreparáveis. Tecidos antigos descoram com mais facilidade quando lavados ou

expostos à luz, porque o processo industrial de fixação dos pigmentos corantes não possuía a sofisticação técnica e química atual. Por isso, chegaram até os dias atuais poucos exemplares de roupas, tapetes, bordados e rendas de cada período histórico. Poucos paramentos da Igreja Matriz sobreviveram e se encontram em bom estado de conservação. Além disso, grande parte deles foi doada para grupos locais de teatro, a fim de que os atores pudessem caracterizar personagens em peças de conteúdo religioso. Nesse caso, os paramentos perderam sua função original de elementos que ajudavam a compor o ritual religioso católico para adquirir uma outra: a de vestuário teatral.

Atualmente, Varginha possui sete paróquias: Divino Espírito Santo (Av. Rio Branco, nº 61, centro); São Sebastião (Praça Major Domingos Carvalho, nº 46, centro); Nossa Senhora do Rosário (Praça Melo Viana, nº 200, centro); Sant'Ana (Rua Vereador Firmino Vinhas, nº 225, Santana); Santa Clara (Rua Dr. Mathias Vilhena, nº 22, Vila Barcelona); Nossa Senhora de Guadalupe (Av. Manoel Vida, nº 940, Imaculada Conceição), e Cristo Ressuscitado (Av. Benjamin Constant, nº 630, centro) (DIOCESE DA CAMPANHA, 2009).

De acordo com Lefort, em 1993, Varginha possuía quatro igrejas matrizes: a do Divino Espírito Santo, a de Nossa Senhora do Rosário, a de São Sebastião, e a de Sant'Ana (LEFORT, 1993, p. 32). No entanto, a população ainda hoje chama de Matriz apenas a Igreja do Divino Espírito Santo. É esse o grande templo primevo e atemporal que habita o imaginário do varginhense como representação do catolicismo.

Esta obra recupera das sombras do esquecimento uma história que agora pode ser contada somente através das palavras e de poucas fotografias e alfaias. Felizmente, a palavra tem o poder – limitado, de até onde for possível, mas imprescindível – de reconstruir nos níveis simbólico e imaginário as torres, os sinos, as alfaias, as paredes erguidas por mãos dos escravos, os mármores, as colunas, os vitrais de vidro europeu e toda uma riqueza de material e de arte das quais o século XIX se revelou pródigo e que veio abaixo a golpes de marretas. É possível escrever, é possível contar. É preciso escrever, é preciso contar. Que permaneça, então, esse consolo de ruínas. Um consolo de ruínas reconstruídas com o verbo. Não é muito, mas é tudo o que se pode ter agora. Não é muito, mas é melhor do que o nada do esquecimento total.

Por último, creio ser necessário informar que todos os objetos e documentos referentes à história de Varginha do meu modesto acervo particular, foram doados em testamento, feito no ano de 2006, para o Museu Municipal de Varginha ou para instituições públicas municipais semelhantes que se responsabilizem por sua guarda, catalogação, manutenção, preservação e disponibilização para o público geral para consultas e pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Relação dos habitantes do distrito do Spírito Santo da Varginha, Freguesia de Lavras, termo da villa de São João d'ElRey, 16 jan. 1832. Manuscrito assinado pelo juiz de paz Domingos Figueiredo de Carvalho. Microfilme MP Rolo – 03 / Flash – 02. MP-CX. 06 – Doc 07.

ÁVILA, Affonso Celso. Varginha : formação e evolução. Fundação João Pinheiro. *Evolução urbana e meio ambiente*, Belo Horizonte, v. 13, nºs 7/8, p. 2-18, jul/ago. 1983.

AVISO Nº 115, de 27 de abril de 1855. Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil. 1855. Tomo XVIII. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1855.

AVISO Nº 196, de 3 de junho de 1857. Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil. 1857. Tomo XX. 1850. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1857.

BETTENCOURT, Estevão, osb [Dom]. A Via Sacra: o que é? Como teve origem? Revista "Pergunte e Responderemos", nº 368, p. 2, 1993.

BOSCHI, Caio. Em Minas, os negros e seus compromissos. In: MARTINS FILHO, Amilcar Vianna (org.). Compromissos de irmandades mineiras do século XVIII. Edição fac-similar com transcrição paleográfica. [1ª edição]. (Coleção Memória de

Minas). Belo Horizonte : Claro Enigma / Instituto Cultural Amilcar Martins, 2007. Capítulo não numerado, p. 275-292. Nota: o livro apresenta os seguintes Compromissos: Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos (vila de São José, comarca do Rio das Mortes, Bispado de Mariana); Irmandade da Virgem Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial do Morro Vermelho da Freguesia da senhora do bom Sucesso do Caeté Comarca do Sabará, e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de São José da Barra Longa.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica.** 6ª edição. Brasília : Ministério da Saúde, 2005. 816p. Capítulo não numerado. Varíola (p. 768-777).

CARTAZ de propaganda. Título: Espetacular leilão de gado. Gráfica Correio do Sul, Varginha, Minas Gerais. Jun. 1975. Dimensões: 52,5cm x 41cm).

CARTAZ de propaganda. Título: Espetacular leilão de gado. Gráfica Correio do Sul, Varginha, Minas Gerais. Jul. 1976. Dimensões: 51,8cm x 41,5cm).

CARTAZ de propaganda. Título: Espetacular feira de gado. Gráfica Correio do Sul, Varginha, Minas Gerais. Jul. 1977. Dimensões: 52cm x 41cm).

CID-8. CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS – Revisão de 1965. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Serviços Médicos. 1ª edição, 2ª reimpressão. Rio de

Janeiro : IBGE, Centro de Serviços Gráficos, 1976. 184p.

CID-9. Classificação Internacional de Doenças – Revisão de 1975. Ministério da Previdência e Assistência Social. Rio de Janeiro : DATAPREV, 1980. 221p.

CID-10. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10ª revisão. Vol. 1. 2ª edição. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 1248p.

CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brazil de 1824. Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1824. Parte 1ª. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1886. N.A.: referência ao artigo 5: "A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo" (p. 4).

CONSTITUIÇÃO DE 1891. Diário Oficial da União, 24 fev. 1891.

CORREIO do Sul (jornal). Varginha, Minas Gerais, 18 mar. 1975; 31 maio 1975; 4 jun. 1975; 16 ago. 1975; 27 ago. 1975; 13 set. 1975; 11 out. 1975; primeiro nov. 1975; 21 jul. 1976; 4 jun. 1977; 25 ago. 1977; 2 mar. 1978; 11 abr. 1978; 24 maio 1979 (primeira página); 25 out. 1979 (edição nº 3346, primeira página); 30 dez. 1980.

CORREIO do Sul (jornal). Ano XII. Edição nº 1.098. Varginha, Minas Gerais, 14 jul. 1956. 122p. Notas: edição especial comemorativa do 11º aniversário do periódico; tiragem: 5.000 exemplares; encadernado em formato de revista nas dimensões: 31,2cm x 22,6cm.

CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do sul de Minas séculos XVIII e XIX.* 1997. Monografia (Iniciação científica em História da Técnica). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

DECISÃO Nº 88, de 13 de agosto de 1845. Fazenda. Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil. Tomo VIII. 1845. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1846.

DECISÃO Nº 34, de 5 de fevereiro de 1868. Fazenda. Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil de 1868. Tomo XXXI. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1868.

DECISÃO Nº 248, de 26 de julho de 1871. Fazenda. Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil de 1871. Tomo XXXIV. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1872.

DECISÃO Nº 13, de 11 de fevereiro de 1886. Ministério do Império. Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1886. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1887.

DECRETO Nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. PUB CLBR 1890 V001 PAG. 10, COL. 1. Coleção de Leis do Brasil [proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos e extingue o padroado]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm> Acesso em: 7 jul. 2009. [sítio da Presidência da República na Internet. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos].

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. 1ª edição. Rio de Janeiro : Objetiva, 2001. 2925 p.

DIOCESE DA CAMPANHA. Disponível em: <http://diocesedacampanha.vilabol.uol.com.br/adiocese/adiocese.htm> Acesso em: 06 jul. 2009 [sítio oficial da Diocese da Campanha na Internet].

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos.** [sem número da edição]. Rio de Janeiro : Ministério da Cultura; Museu Histórico Nacional, 1987. Vol. 1, 86p.

GAZETA de Varginha (jornal). Varginha, Minas Gerais, 10 nov. 1973; 24 nov. 1973; 19 abr. 1975 (Nota); 8 jun. 1975; 16 ago. 1975; 6 set. 1975; 22 nov. 1975 (Nota de Antônio Murad Sobrinho, 22 nov. 1975); 22 fev. 1976 (PROMATRIZ [artigo da Comissão Promatriz], p. 4, 22 fev. 1976); 17 jun. 1978; 4 jul. 1979; 25 jul. 1979; 26 out. 1979; 23 dez. 1980 (Ano XIV, edição nº 1042, primeira página); 7 jan. 1981.

ISHAQ, Vivien. **O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira :** Irmandades. Comentário. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=297&tpl=printerview> Acesso em: 26 mar. 2008.

LEFORT, José do Patrocínio. **10º Anuário Eclesiástico da Diocese da Campanha.** Campanha : Tipografia Santo Antonio, 1948. 83 p.

_____ 18º Anuário Eclesiástico da Diocese da Campanha. Campanha : Tipografia Santo Antonio, 1956. 78 p.

_____ **Varginha** : monografia histórico-geográfica e estatístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1.º de junho de 1950. São Paulo : Gráfica São José, 1950. 146 p.

_____ **A diocese da Campanha.** Belo Horizonte : Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1993. 346p.

LEI nº 4530/2006 (Lei do Município de Varginha – MG). Faz a revisão da Lei do Plano Diretor Participativo de Varginha e dá outras providências. Cap. V – Do desenvolvimento social do município, Título I – Das diretrizes para ações e políticas para o desenvolvimento da cultura. Varginha (MG), 17 out. 2006.

LUZ, CÂMERA, AÇÃO : a Matriz no chão. Direção, produção, coordenação: Nilson Antonio Ribeiro.

Varginha : Nilson Antonio Ribeiro, inédito, filmado no primeiro quadrimestre de 1974. 1 filme (30min). Super 8, sem sonorização, colorido. Formato do quadro: 1,33:1. Diagonal do quadro: 8mm. Acervo particular: Nilson Antonio Ribeiro.

MATOS, Raimundo José da Cunha (1776-1839). **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província à do Mato Grosso e S. Paulo.** Belo Horizonte : Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004. 528 p. Publicado originalmente em 1836.

O MOMENTO (jornal). Varginha, 10 out. 1915, nº 24. Redator-chefe: João Liberal.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CID-10. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.** Vol. 1. 2ª edição revista. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro do Tombo nº 1 da freguezia da Varginha, Bispado de Pouso Alegre, 1902-1941. Copia da escriptura do patrimonio da Matriz da cidade do Espirito Santo da Varginha, 27 nov. 1906, folha 3 verso, folha 4 frente e verso.

PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1 da freguezia da Varginha, Bispado de Pouso Alegre, 1902-1941. Inventário das

capelas e cemitério (redigido pelo vigário Pedro Nolasco de Assis), 17 jun. 1907, fl. 6vº - fl. 9vº.

PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1 da freguezia da Varginha, Bispado de Pouso Alegre, 1902-1941. Resposta aos quesitos apresentados pelo Exmo. Revmo. Sr. Vigário da Paróquia da Varginha – Cº Pedro Nolasco de Assis, 11 abr. 1907, fl. 10f. - fl. 12f.

PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Índice cronológico do Livro de Tombo I. Datilografado. 5p. (s.d.).

PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha – MG. Livro de Tombo IV, 10.07.1960 – ainda em uso. 200 folhas tipograficamente numeradas e rubricadas pelo padre Heriberto Hartmann S.C.J.

PASTORAL Coletiva de 1915. Cemitérios. In: Constituições eclesiásticas do Brasil. Nova edição da Pastoral Coletiva de 1915. Adaptada ao código de direito canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas. Canoas (RS) : Tipografia La Salle, 1950. Cap. XVII (p. 206-211).

PREFEITURA Municipal de Varginha – MG. Secretaria de Planejamento. Setor de Projetos. Mapa da cidade. Varginha, 2007.

RELATÓRIO da Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha. Movimento paroquial do ano de 1905. Resposta do vigário padre José Maria Mendes.

Varginha, 19 jun. 1905. Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha. Caixa nº 5, Divino Espírito Santo da Varginha 1880-1984.

REUS, Pe. João Batista, S. J. **Curso de liturgia.** 3ª edição. Petrópolis : Vozes, 1952. 508p.
SALES, José Roberto. **A memória dos sentidos.** Varginha :Gráfica Editora Sul Mineira (editor: José Roberto Sales), 2002. 114 p.

_____ **Espírito Santo da Varginha 1763-1920.** Varginha : Gráfica Editora Sul Mineira (editor: José Roberto Sales), 2003. 380 p.

_____ **Imigração libanesa em Varginha (MG), a família Milem Sales e o Bar do Milem 1938-1980 :** memória histórico-social e afetiva. Varginha : José Roberto Sales, 2006. 149 p. NOTAS: o livro é a dissertação monográfica de mesmo título apresentada ao curso de Especialização "Lato Sensu" em História e Construção Social no Brasil para obtenção do título de Especialista, na UNINCOR – Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações (MG), no dia 10 de dezembro de 2005. Biblioteca da UNINCOR. Para publicação em livro o texto foi adaptado, reorganizado, revisto e teve acréscimos. Recomenda-se, portanto, que o leitor/pesquisador dê preferência para o texto do livro.

_____ **A gripe espanhola em Varginha – MG 1918** : memória de uma tragédia. 1ª edição. Varginha : Gráfica Editora Sul Mineira, 2004. 56p.

SILVA, José Joaquim da. **Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais.** Belo Horizonte : Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1997. 196p. Originalmente publicado em 1878.

SONTAG, Susan. **Ensaios sobre a fotografia.** 2ª edição. Tradução de Joaquim Paiva. Rio de Janeiro : Arbor, 1981. 198p.

TRIBUNA Varginhense (jornal). Varginha, Minas Gerais, 21 abr. 1976; 28 ago. 1976; 6 set. 1975.

VARGINHA. Folheto: Benção da Matriz da Varginha. Varginha : Comissão das obras da Matriz, 12 ago. 1908. 1 folha. Nota: não consta o nome do estabelecimento gráfico responsável pela impressão.

VARGINHA (MG). Fotografia da atual avenida Rio Branco com chão de terra. Período provável: última década do século XIX. Dimensões: 180cm x 100cm. Autoria: s/r. Acervo: Jornal Correio do Sul Editora, Varginha – MG.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. Freguesia do Espírito Santo da Varginha. In: VEIGA, Bernardo Saturnino da. Almanach Sul-Mineiro para 1874. Campanha : Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, capítulo não numerado, p. 174-179. Nota: Almanach com 462 p. e anexo de anúncios com 25 p.

_____ Espírito Santo da Varginha (município do). In: VEIGA, Bernardo Saturnino da. Almanack Sul-Mineiro para 1884. Campanha :

Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, capítulo não numerado, p. 181-189. Nota: Almanack com 682 p. e anexo de anúncios com 53 p.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann; ALVAREZ, José Maurício Saldanha. Da morte ou Vixit. In: VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann; ALVAREZ, José Maurício Saldanha. **Vida urbana :** a evolução do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro : Ediouro, 2001. Cap. 9, 192-204.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Academia Brasileira de Letras. 5ª edição. São Paulo : Global, 2009. 877p.

ZUCCO, Walmor (padre S.C.J.). **A primeira missa.** Correio do Sul. Varginha, Minas Gerais, 18 mar. 1975.

_____ **Mutirão, a filosofia da Cooperação.** Correio do Sul. Varginha, Minas Gerais, 31 maio 1975

_____ **PROMATRIZ.** Gazeta de Varginha. Varginha, Minas Gerais, 8 jun. 1975.

_____ **O suor dum cristão.** Correio do Sul. Varginha, Minas Gerais, 5 jul. 1975.

_____ **Feira inesquecível.** Correio do Sul. Varginha, Minas Gerais, 14 jul. 1975.

_____ **Crônica.** Correio do Sul. Varginha, Minas Gerais, 11 out. 1975.

_____ **Recanto de Paz (I).** Tribuna Varginhense. Varginha, Minas Gerais, 21 abr. 1976.

_____ **Recanto de Paz (II).** Tribuna Varginhense. Varginha, Minas Gerais, 28 ago. 1976.

GLOSSÁRIO

Os dicionários de referência utilizados para a elaboração desse glossário são: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Rio de Janeiro : Objetiva, 2001. 1ª edição, 2925p.); “Curso de liturgia”, do padre João Batista Réus, S. J. (Petrópolis : Vozes, 1952. 3ª edição. 508p). No Houaiss, cada vocábulo figura com várias acepções. Evidentemente, foram escolhidas apenas aquelas de interesse a este estudo.

Abobadilha: termo técnico da arquitetura. Abóbada de forma semicilíndrica , geralmente feita de tijolos e utilizada na construção de sobrados (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 20).

Agnosticismo: Na Filosofia, agnosticismo é a doutrina que reputa inacessível ou incognoscível ao entendimento humano a compreensão dos problemas propostos pela metafísica ou religião (a existência de Deus, o sentido da vida e do universo etc.), na medida em que ultrapassam o método empírico de comprovação científica (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 116).

Alfaia: objeto de culto; paramento de igreja (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 151).

Amito (amictus, humerale): era o nome de um pano usado pelos romanos, que cobria o pescoço e os ombros. Faz parte do vestuário litúrgico desde o século XIII. É usado debaixo da alva (REUS, 1952, p. 110).

Alva: veste comprida de pano branco usada pelos padres nas cerimônias religiosas (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 173).

Âmbula (ampulla): na forma moderna existe desde o século XIII (...) este vaso [litúrgico] contém a comida celestial [o Santíssimo Sacramento]. A âmbula deve ser fechada com a tampa coberta por um véu (REUS, 1952, p. 119).

Baldaquino: tipo de dossel com cortinas, apoiado em colunas, usado para embelezar tronos, andores, leitos etc (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 385).

Belbutina: belbute fino, ou seja, tecido grosso e pesado, de algodão, que semelhava o veludo (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p.426).

Bula: escrito solene ou carta aberta provida de selo ou sinete de identificação, expedida em nome do papa pela chancelaria apostólica, com instruções, indulgências, ordens, concessão de benefícios etc. (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 527).

Casula: paramento eclesiástico, de seda, damasco etc., guarnecido de galões cujas cores variam conforme o rito, e que o sacerdote veste sobre a alva e a estola para celebrar missa (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 648).

Comodato (contrato de): empréstimo gratuito de coisa não fungível – que não se gasta, que não se consome após o uso – que deve ser restituída no tempo convencionado pelas partes; qualquer coisa emprestada que deve ser restituída no mesmo estado, empréstimo, contrato de comodato (DICIONÁRIO HOUAISS, p. 772).

Cônego: padre secular pertencente a um cabido, a uma colegiada ou a certas basílicas, que segue uma regra e por vezes goza de um benefício eclesiástico; religioso que participa do colegiado de uma catedral ou de uma igreja e trabalha na administração da mesma (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 794).

Corporal: termo da liturgia católica: tecido quadrangular de linho branco que o sacerdote estende sobre o altar e no qual pousa o cálice e a hóstia durante a missa (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 844).

Cúpula: parte interior e côncava de uma abóbada hemisférica ou esferóide; por extensão, parte exterior e convexa desse tipo de abóbada; qualquer arremate superior com essa forma (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 892).

Estola: paramento sacerdotal que consiste em uma faixa larga de lã ou seda usado em torno do pescoço e que geralmente desce até os joelhos; variam-lhe as cores com a época do calendário litúrgico ou da festividade de um dia específico (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1257). A estola é símbolo do poder sacerdotal.

Essa: Nos documentos da Paróquia do Divino Espírito Santo consta: Eça. Mesmo que catafalco. Estrado alto sobre o qual se coloca o ataúde ou a representação de um morto a quem se deseja prestar honras. Etimologia de origem obscura; a forma histórica data do século XV eça, 1713 essa (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 649, 1242).

Fábrica: vide item 5 Administração patrimonial de igrejas no século XIX: legislação do Império.

Fabriqueiro: vide item 5 Administração patrimonial de igrejas no século XIX: legislação do Império.

Forquilha: vara comprida terminada em forquilha, que serve de escora em várias situações, no caso, para apoiar o braço do andor (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1377).

Fotograma: cada impressão fotográfica ou quadro unitário de um filme cinematográfico (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1381).
Galheta: cada um dos dois pequenos vasos que contêm o vinho e a água usados na celebração da missa (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p.1419).
Gasogênio: dispositivo usado para gaseificar o carbono. O vocábulo ingressou no idioma português em 1873, provavelmente por influência do francês 'gazogène' (1829) (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1432). Gasógeno é o que produz gás; mistura de álcool e essência de terebintina usada para iluminação (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1432). Terebintina é a designação genérica de resinas extraídas do terebinto e das coníferas (DIOCIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2700). O gasogênio era um dos tipos de iluminação utilizado em Varginha. Como vimos, a Igreja Matriz utilizava um gasogênio com 17 bicos. A iluminação elétrica foi inaugurada na cidade no ano de 1914, seis anos após a inauguração da Igreja Matriz 3º período (1908-1974) (SALES, 2003, cap. 33, p. 299-305).
Incenso: substância resinosa aromática que, ao ser queimada (geralmente como parte de cerimônias litúrgicas ou, outrora, nos sacrifícios religiosos), desprende odor penetrante. A etimologia da palavra é encontrada no latim tardio "incensum" : qualquer matéria ou substância queimada em sacrifício, ato de acender, de produzir luz, incenso, sacrifício (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1592).
Incensório: mesmo que incensário, turíbulo; recipiente circular de metal, usado em funções litúrgicas, provido de tampa e pendente de correntes

que permitem movê-lo, em cujo interior se queima incenso (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1592).

Manutérgio: na liturgia católica pequena toalha com que o sacerdote, no ritual da missa, enxuga as mãos. No documento original da Paróquia do Divino Espírito Santo: manustérgio. O acréscimo do ‘s’ ao final da segunda sílaba não tem sustentação etimológica, tratando-se de óbvio engano, motivado, talvez, por ultracorreção (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1842).

Matraca: peça de madeira com uma plaqueta ou argola que se agita barulhentamente em torno de um eixo, usado especialmente como instrumento litúrgico em substituição da sineta durante a Quinta-feira e a Sexta-feira da Semana Santa (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1869).

Monsenhor: título honorífico concedido pelo papa àqueles que exercem determinados ofícios eclesiásticos como, por ex., camareiros, prelados etc. e também a sacerdotes que vivem em outros países (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 1955).

Naveta: recipiente pequeno, geralmente de prata, em forma de nau e dotado de pé, usado para guardar o incenso a ser queimado nos turíbulos, durante os ritos litúrgicos (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2000).

Opa: tipo de veste ou capa com aberturas em lugar das mangas, geralmente usado por membros de irmandades em cerimônias religiosas (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2068).

Paixão: o sofrimento de Jesus Cristo na cruz → inicial maiúscula (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2105).

Pálio: manto amplo, capa; ornamento litúrgico que consiste numa faixa de lã branca adornada com cruzes negras, usada em torno do pescoço pelos

arcebispos, em cerimônias pontificiais; sobrecéu portátil, sustentado por varas, usado em cortejos, para cobrir a pessoa festejada ou, em procissões, o padre que leva a custódia (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2111).

Partícula: Na liturgia católica hóstia, especialmente a de tamanho pequeno que se dá aos que comungam (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2139).

Pedra d'ara: entre os cristãos, mesa, bancada sobre a qual se colocam o cálice e a hóstia, nas cerimônias religiosas; altar (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 269).

Prelado: na acepção utilizada neste livro: título honorífico de alguns dignitários eclesiásticos como, por exemplo, bispos, abades etc (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2286).

Púlpito: tribuna geralmente elevada, situada lateralmente dentro de uma igreja, de onde o sacerdote faz o sermão aos fiéis. Em forma de balcão, geralmente cilíndrica ou prismática, com corrimão para apoio, freqüentemente coberta por uma cúpula que concentra a voz do orador, dirigindo-a para baixo; pode ser de madeira ou pedra e, nas catedrais e paróquias mais prósperas, costuma ser ricamente decorada (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2333).

Retábulo: estrutura ornamental em pedra ou talha de madeira que se eleva na parte posterior de um altar. Dependendo da fase a que pertence a igreja e, portanto, do estilo, o retábulo pode apresentar colunas ou pilastras, coroamento em arco, revestimento em talha dourada e policromia, ornatos fitomórficos (cachos de uva, folhas de parreira, acanto, p. ex.), figuras de anjos etc. (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2443).

Sacra (*tabella secretarum*): é quadro pequeno com as palavras da santa consagração em tipo grande, e algumas outras orações (REUS, 1952, p. 94).
Sacrário ou tabernáculo: (tenda, morada) é espécie de armário para guardar o Santíssimo Sacramento (REUS, 1952, p. 98).
Sanguíneo: ver sanguinho.
Sanguinho: termo da liturgia católica: pequeno pano com que o sacerdote enxuga o cálice, depois de comungar; sanguíneo, purificador (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p.).
Te-déum: É um cântico de louvor em ação de graças. Musicalização em forma de salmo do antigo hino latino Te Deum (laudamus...), que exalta Deus. Nos cultos cristãos, ofício de ação de graças em que essa música desempenha papel importante. Etimologia do hino latino Te Deum (laudamus...) 'a ti louvamos, ó Deus', atribuído a santo Ambrósio (340-397, bispo de Milão) (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2684).
Tríptico: na Antiguidade, o tríptico era um códice feito de três placas enceradas, sobre as quais se escrevia com um estilete. Nas artes plásticas, obra de pintura, desenho ou escultura, composta de três painéis: um central e fixo, e os outros dois laterais e móveis, ligados ao primeiro por dobradiças ou gonzos. As partes laterais podem dobrar-se sobre a parte central. Por extensão, obra ou objeto que consta de três partes (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2771).
Turíbulo: mesmo que incensório; vaso em que se queima incenso (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2788).
Umbela: pequeno pálio (sobrecéu) conduzido por uma só pessoa (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p. 2802).

APÊNDICE 1

IMAGENS ESCULPIDAS DAS CAPELAS E IGREJAS CATÓLICAS DE VARGINHA – MG, 1907

Página 132: tabela.

Página 133: fonte e notas do autor.

IMAGENS ESCULPIDAS DAS CAPELAS E IGREJAS CATÓLICAS DE VARGINHA – MG, 1907

IMAGEM	N	CAPELA/IGREJA
Divino Espírito Santo	1	Matriz
Nossa Senhora	1	Matriz
N. Sra. d'Assunção[1]	1	Matriz
N. Sra. das Dores	1	Matriz
N. Sra. de Lourdes	1	Matriz
N. Sra. do Carmo	1	São Sebastião[2]
N. Sra. do Rosário	1	Rosário
Sagrado Coração de Jesus	2	Matriz
Santa Ana	1	Matriz
Santa Filomena	1	Matriz
Santo Antônio	1	Matriz
São Benedito	1	Matriz
São Domingos	1	São Sebastião
São Francisco	1	Matriz
São José	1	Matriz
São Paulo	1	Matriz
São Pedro	1	Matriz
São Miguel	1	S. M. e Almas
São Sebastião	1	São Sebastião
São Sebastião	2	Matriz
Senhor dos Ramos	1	Passos[3] (do Largo do Rosário)
Senhor do Triunfo	1	Matriz
Senhor dos Passos[4]	1	Pretório (peça da Igreja Matriz)
Senhor Morto	1	Matriz
Imagens não identificadas	3	São Sebastião
TOTAL		29

FONTE DOS DADOS DA TABELA DA PÁGINA 132:

Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1 da freguesia da Varginha, Bispado de Pouso Alegre, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 6vº - fl. 9vº.

NOTAS DA TABELA DA PÁGINA 132:

1 Outros títulos de Nossa Senhora d'Assunção: Nossa Senhora da Boa Viagem; Nossa Senhora da Glória.

2 O vigário Pedro Nolasco de Assis, relator do "Inventário das capelas e cemitério", afirma que a capela de São Sebastião possuía seis imagens, entretanto, cita os nomes de apenas três. Portanto, três imagens esculpidas não puderam ser identificadas.

3 A única das cinco capelas dos Passos que possuía imagem esculpida era a localizada no Largo do Rosário nas proximidades da capela do Rosário, atual avenida Rio Branco.

4 A imagem do Senhor dos Passos pertencia à Igreja Matriz, porém, na data da elaboração do "Inventário..." encontrava-se na capela do Pretório. Através das fontes documentais pesquisadas, não foi possível descobrir o local onde as outras imagens da Igreja Matriz foram guardadas durante a construção do novo templo. N.A.: a capela de Santa Cruz não possuía imagens.

A fonte dos dados da Tabela 2 da página 134 é: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha - MG. Livro do Tombo nº 1 da freguesia da Varginha, Bispado de Pouso Alegre, 1902-1941. Inventário das capelas e cemitério, 17 jun. 1907, fl. 6vº - fl. 9vº.

Os valores apresentados se referem à altura média da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e do muro do cemitério paroquial, conforme constam do "Inventário das capelas e cemitério", de 1907. O documento não informa a altura da torre central e das duas torres laterais da Matriz. Quanto às alturas das capelas, pelo que se deduz da leitura do mesmo inventário, na época, essa altura foi calculada medindo-se a distância da base à cumeeira, portanto, a altura apresentada não é a do pé-direito (do chão ao teto). A metragem quadrada da capela do Rosário foi calculada levando-se em conta o desenho da fachada feito a partir de fotografia da época, o que sugere o formato de cruz dessa capela, conforme foi especificado no item 4.2 Capela do Rosário ou dos Escravos 1845-1913 (vide texto e Figuras 1 e 2). Para o cálculo da metragem quadrada das demais capelas e da Igreja Matriz considerou-se que esses templos tinham o formato de polígonos regulares, ou seja, que possuíam todos os lados e todos os ângulos iguais (comprimento x largura = total em metros quadrados).

APÊNDICE 3

FOTOGRAFIAS E FICHAS TÉCNICAS DAS ALFAIAS DA IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E DA CAPELA DO ROSÁRIO

Os quesitos investigatórios apresentados neste Apêndice sobre as várias alfaias foram extraídos de forma condensada do protocolo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA (2005) para o inventário de bens móveis, exceto o item “categoria museológica”, elaborado a partir do volume 1 do “Thesaurus para acervos museológicos”, de Helena Dodd Ferrez & Maria Helena S. Bianchini, publicado no Rio de Janeiro pelo Ministério da Cultura e Museu Histórico Nacional, em 1987.

As alfaias aqui apresentadas são constituídas por fragmentos de construção, construções artísticas (imagens esculpidas) e peças de mobiliário e de indumentária.

As fotografias apresentadas foram tiradas pelo autor (exceto a da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, fachada principal com a entrada principal), com a máquina fotográfica de fabricação japonesa Olympus Trip 35 nº de série 5265154 (exceto o item 6 castiçal, cuja fotografia é digital).

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

FACHADA PRINCIPAL

1 Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (fachada principal com a entrada principal), 3º período (1908-1974) na Praça Governador Benedito Valadares, centro, Varginha – MG. Informações complementares sobre a fotografia: fotografia feita a pedido de José Roberto Sales a partir de fotograma do filme "O dia do viajante em Varginha". Empresa: A. Botelho Filme. São Paulo. Cinegrafista: Moacyr Costa. Data: 1º/10/1948. Procedência: A. Botelho Filme (São Paulo. Cinegrafista: Moacyr Costa) / Nilson Antonio Ribeiro / José Roberto Sales. O filme documentário do qual foi extraído o fotograma pertence ao acervo particular de Nilson Antonio Ribeiro. Fotografia do acervo de José Roberto Sales. Data da inauguração da igreja: 07/09/1908. Estilo da construção: eclético, bastante utilizado em edificações e ambientes do século XIX (período vitoriano), característico de várias edificações residenciais e comerciais do município entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Outras notas do autor: A fachada que se vê nessa fotografia não é a original, inaugurada em 1908. A fachada original possuía duas pequenas torres laterais com cúpulas triangulares, iguais à da torre central. A platibanda entre as torres laterais era em linha reta. Seu traçado completo formaria um triângulo isósceles com o vértice no meio da torre central. A reforma ocorreu em 1928-1929, no paroquiato do padre Geraldo Claassen (Lefort, 1950). As modificações introduzidas pela reforma foram: demolição das torres laterais, arredondamento da cúpula da torre central e construção de platibanda com acabamento superior em linha curva inspirada no art nouveau. Essa reforma, apesar de pequena, conferiu maior harmonia, graça e leveza ao conjunto arquitetural, outrora duro e pesado.

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

ALTO-RELEVO DO ALTAR-MOR

2. Alto-relevo do altar-mor. Detalhe da parte central. Acervo: Paróquia do Divino Espírito Santo. Propriedade: Paróquia do Divino Espírito Santo (Diocese da Campanha). Endereço: Av. Rio Branco, nº 61, centro, Varginha – MG. Autoria: s/r. Época: primeira metade do século XX [?]. Procedência: Igreja Matriz 3º período 1908-1974. Categoria museológica: fragmento de construção. Informações complementares: atualmente, o alto-relevo é parte do altar de mármore branco da cripta da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Originalmente, a peça fazia parte do altar-mor da Igreja Matriz 3º período (1908-1974). O alto-relevo, em seu conjunto, é um tríptico com laterais fixas (a palavra é empregada aqui por extensão do sentido que possui nas artes plásticas). Material: bronze. Dimensões: parte central: 243,5cm de comprimento x 74cm de altura (1,80m^2); laterais (não visíveis na fotografia): 65cm x 74cm de altura (0,48m^2). Inscrições: não há. Descrição da cena representada: a parte central do alto-relevo retrata o sepultamento de Jesus Cristo, carregado em uma espécie de banguê sem vara pelos apóstolos e acompanhado por Maria. Na cena há 15 pessoas: os apóstolos, outros homens e Maria. Do corpo de Jesus vê-se o tórax, o braço direito que pende para fora do banguê e a cabeça reclinada. Na extremidade superior direita da parte central vê-se uma mão que segura um archote aceso. As laterais do tríptico apresentam dois homens cada uma; eles integram o cortejo fúnebre. Estado de conservação: excelente. A parte inferior da extremidade do lado direito apresenta uma pequena área de oxidação próxima à borda. Intervenções: s/r. Condição de segurança: excelente. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / jan. 2009 – negativo nº 0A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / jan. 2009.

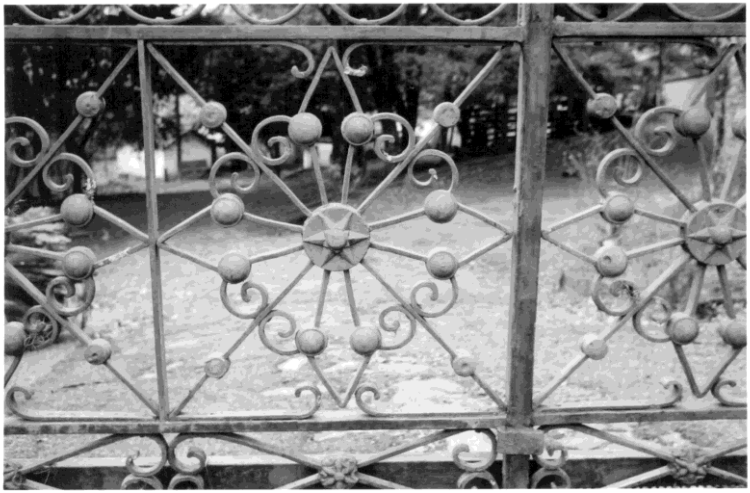
IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

PORTÃO E GRADE

3 Portão e grade. Acervo: propriedade particular – Filomena Rezende Silva. Endereço: Chácara do Pontal, Varginha – MG. Autoria: s/r. Época: 1900. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 1908-1974 / Manoel Rezende Silva / Filomena Rezende Silva. Categoria museológica: fragmento de construção. Informações complementares: o portão foi feito com algumas partes fora de esquadria. Portão atualmente em uso, afixado na entrada principal da Chácara do Pontal, localizada no bairro Rezende, em Varginha. Pintura gasta, algumas partes do metal apresentam pontos de oxidação. A Figura 4 (vide p. 79) apresenta ilustração do autor de detalhe da parte inferior do portão. Embora a Igreja Matriz do 3º período tenha sido inaugurada somente em 1908, a data inscrita nas duas extremidades superiores do portão é "1900", ano em que ele foi, provavelmente, construído e assentado. Material: ferro. Dimensões: 370cm comprimento x 300cm altura. Estilo: eclético. Estado de conservação: razoável/regular. Intervenções: as duas metades do portão foram soldadas pelo meio para que pudesse ser utilizado como portão eletrônico de correr. Condição de segurança: embora a peça esteja preservada, a condição de segurança de longo prazo é precária, pois ela encontra-se exposta ao sol, à chuva e à umidade atmosférica. Peça sujeita à oxidação e à possibilidade de amassamentos. Proteção legal: não tem. Localização da peça, coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 22A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales, out. 2007.

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

PORTÃO. DETALHE DO ACABAMENTO INFERIOR



4 Portão. Idem. Detalhe do acabamento inferior. Dimensões do quadro: 48,5cm largura x 53,0cm altura; diâmetro dos círculos: 4,5cm (centrais), 3,0cm (periféricos). Informações complementares: cada lado do portão possui três quadros iguais ao fotografado. Total de quadros: seis. Os círculos possuem o formato de comprimidos com 4,0cm de espessura: os centrais, maiores, com 4,5cm de diâmetro; os periféricos, menores, com 3cm de diâmetro. A Figura 4 (vide p. 79) apresenta ilustração do autor desse detalhe do portão. Para outras informações sobre o portão, vide item 3 Portão e grade (p. 141-142). Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 23A.

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

VITRAL

5 Vitral. Acervo: Museu Municipal de Varginha. Propriedade: Museu Municipal de Varginha. Endereço: Praça Matheus Tavares, nº 178 – centro, Varginha – MG. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Marcos Foresti / Museu Municipal de Varginha (contrato de comodato; sem Ficha de Inventário). Autoria: s/r. Época: primeira década do século XX. Categoria museológica: fragmento de construção. Informações complementares: os vitrais artísticos foram leiloados em abril de 1975, segundo nota no jornal Gazeta de Varginha, de 19 de abril de 1975. Material: ferro e vidro colorido. Dimensões: 215cm altura x 120cm largura. Estado de conservação: ótimo (ferro sem amassamentos e vidros originais intactos). Condição de segurança: boa. O Museu Municipal de Varginha possui sistema de alarme contra furtos. Não há vigia noturno. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 00A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales, out. 2007.

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

CASTIÇAL

6 Castiçal. Acervo: propriedade particular – Celme Resende Braga. Endereço: Varginha – MG. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Celme Resende Braga. Época: primeira metade do século XX. Autoria: s/r. Origem: s/r. Categoria museológica: fragmento de construção. Material: metal. Marcas/inscrições/legendas: não possui. Altura: 72cm. Informações complementares: Essa alfaia não consta do "Inventário das capelas e cemitério" (redigido pelo vigário Pedro Nolasco de Assis), portanto, foi adquirida após 1907. A proprietária possui dois castiçais idênticos adquiridos em 1975, quando as alfaias da Igreja Matriz foram arrematados em leilão. A base do castiçal é triangular. Os pés em formato de patas de leão sobem pela base formando motivos fitomórficos estilizados. Cada lado da base possui uma imagem em relevo: Senhor dos Passos, São José, e Nossa Senhora com o menino Jesus no colo. Estado de conservação: excelente. Intervenções: s/r. Condição de segurança: ótima. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales, abr. 2008 (fotografia digital). Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / abr. 2008.

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

ANJO

7 Anjo. Detalhe. Acervo: Museu Municipal de Varginha. Propriedade: Museu Municipal de Varginha. Endereço: Praça Matheus Tavares, nº 178 – centro, Varginha – MG. Autoria: s/r. Época: final do século XIX / primeira década do século XX. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Museu Municipal de Varginha. Ficha de Inventário: MMV/000/005. Categoria museológica: fragmento de construção / construção artística. Informações complementares: Peça feita por meio de molde; oca, com suporte interno (haste) para afixação em parede (a escultura não foi feita para ser assentada em nichos ou instalada em cima de mesas ou altares). A peça era parte do altar-mor e fazia par com outra idêntica que não foi localizada em acervos públicos do município. Material: Metal. Dimensões: 80cm altura x 24cm largura. Estado de conservação: excelente. Intervenções: s/r. Condição de segurança: boa. O Museu Municipal de Varginha possui sistema de alarme contra furtos. Não há vigia noturno. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 1A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

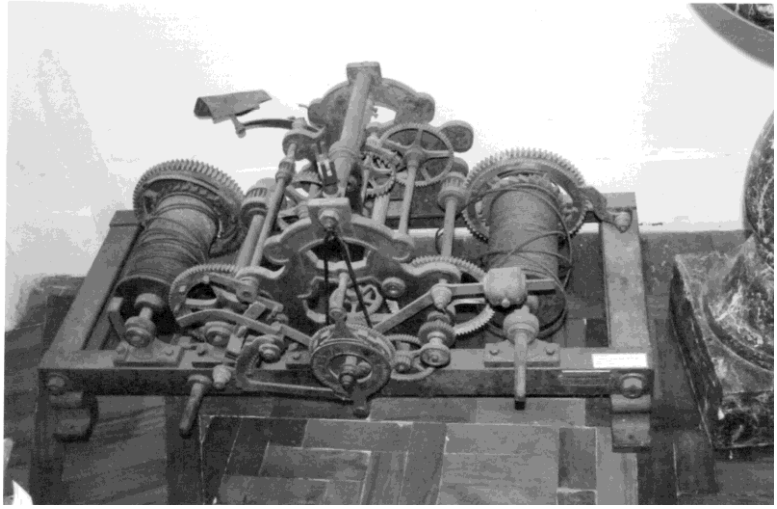
IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)
PIA BATISMAL (22/08/1914)

8 Pia batismal*. Acervo: Museu Municipal de Varginha. Propriedade: Museu Municipal de Varginha. Endereço: Praça Matheus Tavares, nº 178 – centro, Varginha – MG. Autoria: s/r. Época: 1914. Procedência: Joaquim Antonio Teixeira e Felícia Teixeira de Rezende / Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 1914-1974 / Museu Municipal de Varginha. Ficha de Inventário: MMV/001/0127. Categoria museológica: fragmento de construção. Informações complementares: peça doada à Igreja Matriz em 22/08/1914. Um cartão de metal afixado na coluna traz a inscrição: "À Igreja Matriz da Varginha offerecem Joaquim Antonio Teixeira, Dª Felícia Teixeira de Rezende. Varginha, 22 de agosto de 1914". Essa pia batismal permaneceu na Igreja Matriz durante 60 anos. Material: mármore italiano e cobre (tampa). Dimensões: 106cm de altura sem a tampa x 72cm de diâmetro da bacia. Estado de conservação: excelente. Intervenções: s/r. Condição de segurança: boa. O Museu Municipal de Varginha possui sistema de alarme contra furtos. Não há vigia noturno. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 4A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

* A Igreja Matriz do 3º período (1908-1974) e suas alfaias possuem imenso valor afetivo para o autor que pede a permissão do leitor para revelar uma informação particular que lhe é extremamente cara: fui batizado nessa pia batismal pelo padre Júlio Luiz Jenfers, s.c.j., no dia 29 de junho de 1957, batizado nº 658, conforme pode ser constatado no Livro de Batizados Varginha 1955-1958, o qual se encontra atualmente na Cúria Diocesana de Campanha, MG (Livro de Batizados Varginha. VAR LB-15, 1955-1958). O autor também considera necessário deixar registrado que se considera agnóstico, e não ateu, como afirmou anteriormente (SALES, 2003, p. 7).

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

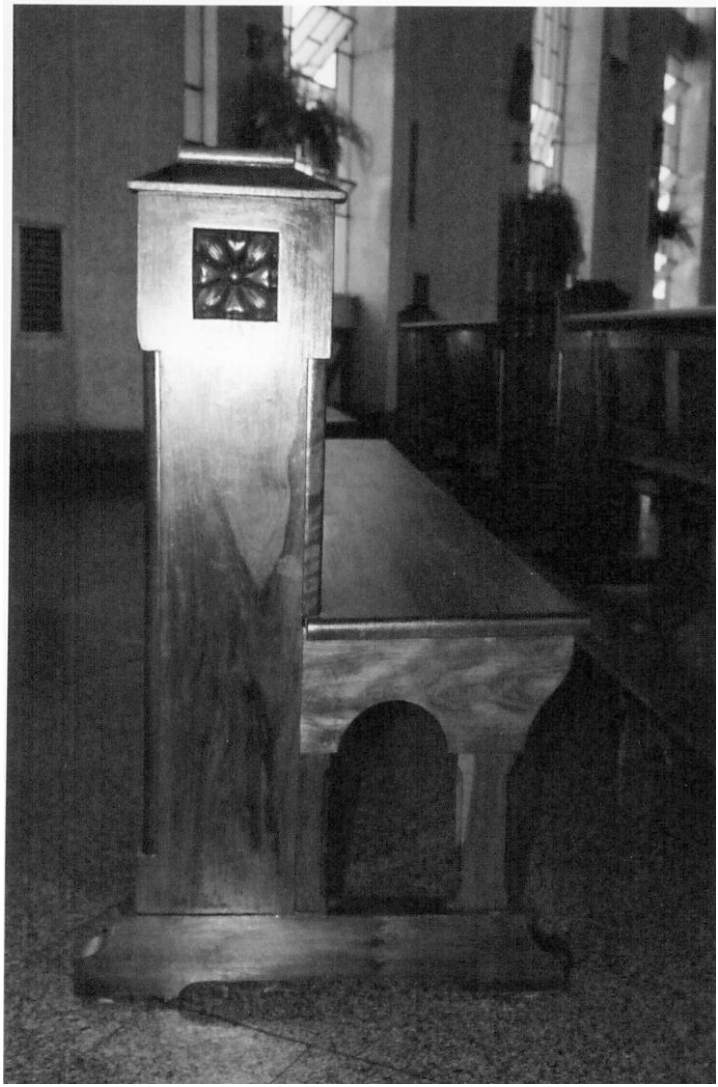
RELÓGIO (MECANISMO INTERNO DO)



9 Relógio (mecanismo interno do). Acervo: Museu Municipal de Varginha. Propriedade: Museu Municipal de Varginha. Endereço: Praça Matheus Tavares, nº 178 – centro, Varginha – MG. Autoria: s/r. Época: segunda década do século XX. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 1914-1974 / Museu Municipal de Varginha. Ficha de Inventário: MMV/000/0141. Material: metal. Categoria museológica: fragmento de construção. Dimensões: 108cm comprimento x 61cm largura x 63cm altura. Estado de conservação: ótimo. Intervenções: s/r. Condição de segurança: boa. O Museu Municipal de Varginha possui sistema de alarme contra furtos. Não há vigia noturno. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 5A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

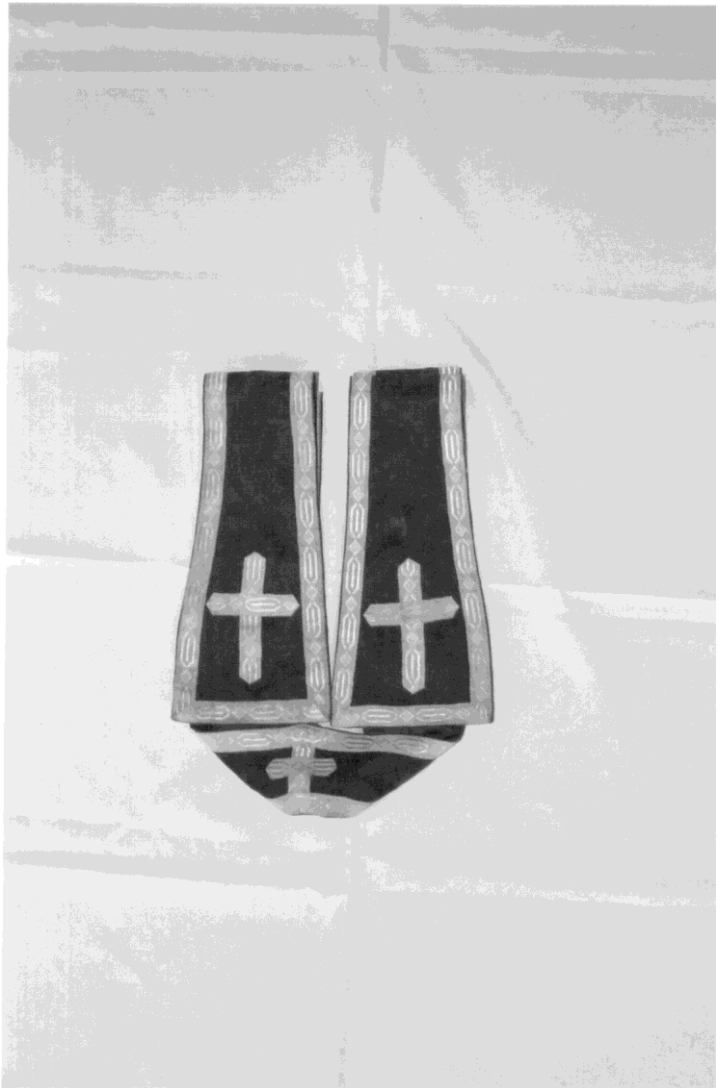
IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

BANCO



10 Banco. Acervo: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha. Propriedade: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha (Diocese da Campanha). Endereço: Av. Rio Branco, nº 61 – centro, Varginha – MG. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Igreja Matriz atual. Categoria museológica: peça de mobiliário. Informações complementares: total de bancos em 2008: 160, idênticos ao da fotografia em material, dimensões e estilo. O total de bancos citado no "Inventário das capelas e cemitério" (redigido pelo vigário Pedro Nolasco de Assis), de 1907, é de apenas 36 (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo nº 1, fl. 9f.). Material: madeira (imbuia). Dimensões: 256cm comprimento x 31cm largura do assento x 93cm altura. Estado de conservação: ótimo. Intervenções: lixamento e aplicação de resina alquídica modificada com poliuretano (verniz) / 1979-1980. Condição de segurança: boa, apesar do uso diário das peças e do acesso público constante. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 17A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

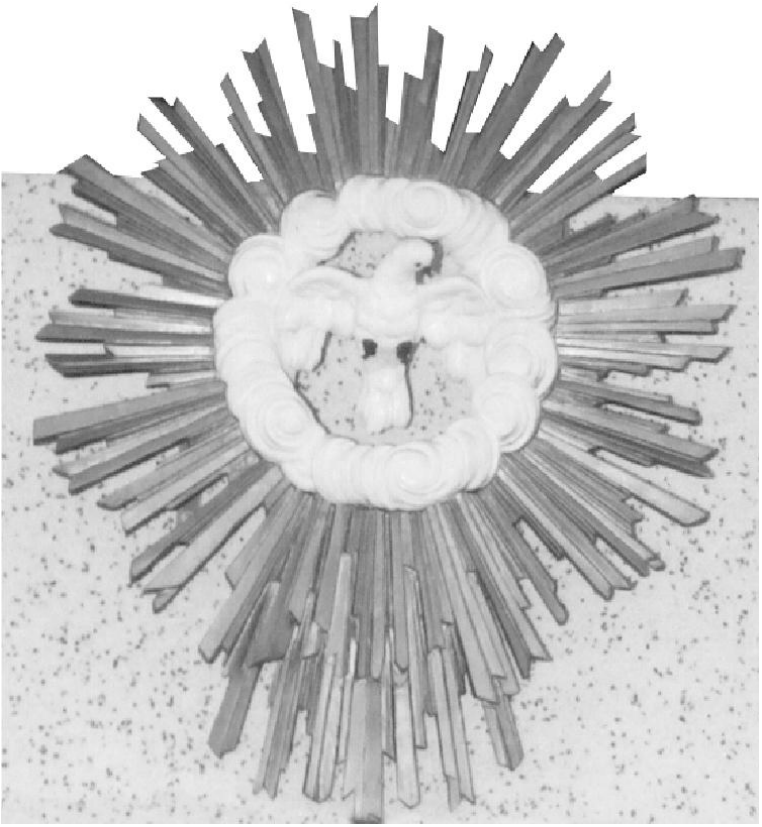
IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)
ESTOLA



11 Estola. Acervo: propriedade particular – José Roberto Sales. Endereço: Alameda Miguel Paschoal, 78 – Vale dos Ipês, Varginha – MG. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Marcos Valério Albinati Silva / José Roberto Sales. Época: o período provável é entre 20/04/1928 a 31/01/1933, ou seja, o paroquiato do padre Geraldo Claassen (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo. Livro do Tombo nº 1, fl. 75). Categoria museológica: peça de indumentária. Material: tecido adamascado vermelho com estampa floral, forrado com cetim de algodão liso da mesma cor, contornado por viés de seda dourada. Marcas/inscrições/legendas: três cruzes de viés de seda dourada, sendo duas maiores nas pontas e, uma, menor, no meio. Dimensões: comprimento 201cm; largura máxima (pontas) 10,1cm; largura mínima (meio) 6,5cm. Estado de conservação: ótimo. Informações complementares: o vermelho representa o fogo, símbolo do Espírito Santo e também do martírio dos apóstolos e dos mártires. O dourado representa o precioso, o melhor que se pode oferecer à divindade. Essa estola foi usada nas missas dos mártires e na Festa de Pentecostes. A peça foi lavada à mão com água e sabão neutro em 2007, tendo, com isso, encolhido 4cm no comprimento. As dimensões acima são as da peça após a lavagem. Intervenções: lavagem com água e sabão neutro em 2007. Condição de segurança: excelente (peça adequadamente higienizada, acondicionada e protegida da luminosidade). Residência protegida com alarme contra furtos durante 24 horas. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 18A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

DIVINO ESPÍRITO SANTO



12 Divino Espírito Santo. Acervo: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha. Propriedade: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha (Diocese da Campanha). Endereço: Av. Rio Branco, nº 61 – centro, Varginha – MG. Época: final do século XIX / início do século XX. Autoria: s/r (artesanato local?). Origem: Varginha? Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Igreja Matriz atual. Categoria museológica: construção artística. Imagem esculpida. Material: madeira policromada. Dimensões: 80cm altura x 75cm largura. Estado de conservação: excelente. Informações complementares: Formato oblongo. Cores: dourado: raios divinos; branco: nuvem do círculo central e pomba com as asas abertas; vermelho: bico e pés da pomba. Presume-se, embora não se possa afirmar, que seja a mesma peça citada no "Inventário das capelas e cemitério", de 1907, do vigário Pedro Nolasco de Assis (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo nº 1, fl. 8f.). Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – Intervenções: restauração da pintura (s.d. ; s/r). Condição de segurança: boa. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 16A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

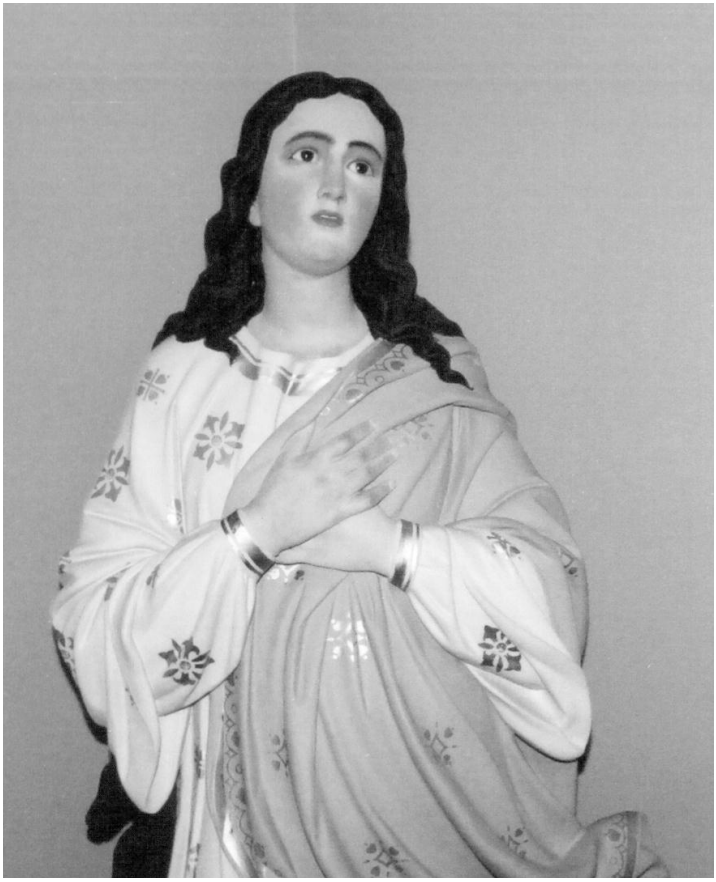
IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

JOANA D'ARC

13 Joana D'Arc. Acervo: propriedade particular – Lilian Maria Ribeiro Conde. Endereço: Varginha – MG. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Lilian Maria Ribeiro Conde. Época: primeiro quartel do século XX. Autoria: s/r. Origem: França. Categoria museológica: construção artística. Imagem esculpida. Material: gesso policromado. Marcas/inscrições/legendas: flor-de-lis (lírio) e coroa, no escudo; Jesus, Maria, no estandarte. Altura: 110cm. Informações complementares: Cores principais: cinza: armadura medieval que envolve o peito, abdômen, membros superiores e inferiores; azul: saiote; branco: estandarte; dourado: inscrições do estandarte, flor-de-lis e coroa do escudo. Joana D'Arc é padroeira da França. A flor-de-lis é emblema do poder francês desde o século XII (inicialmente, era símbolo da monarquia francesa, posteriormente, passou a ser símbolo da França). Essa imagem não consta do "Inventário das capelas e cemitério", de 1907, redigido pelo vigário Pedro Nolasco de Assis, portanto, foi adquirida após essa data. Segundo informações da proprietária, o Colégio dos Santos Anjos, em Varginha, possui uma imagem igual, por isso foi possível estabelecer a origem francesa. Peça adquirida pela proprietária em 1975. Estado de conservação: bom (pequeno lascamento no dorso do nariz). Intervenções: s/r. Condição de segurança: ótima. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales, out. 2007 – negativo nº 13A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
3º PERÍODO (1908-1974)

NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO



14 Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Detalhe. Acervo: propriedade particular – Maria Rezende Pinto de Miranda. Endereço: Varginha – MG. Época: primeiro quartel do século XX. Autoria: s/r. Origem: ibérica? Procedência: Igreja Matriz 3º período (1908-1974) / Maria Rezende Pinto de Miranda. Categoria museológica: construção artística. Imagem esculpida. Material: madeira [cedro?] recoberta com camada de gesso policromado. Olhos de vidro. Altura: 152cm. Informações complementares: Cores principais: branco: túnica; azul celeste: manto; dourado: detalhes da túnica e do manto; rosa-claro: pele da face, pescoço e mãos da santa, faces dos três anjos na nuvem aos pés da santa (não visíveis nesse detalhe apresentado). Essa imagem não consta do "Inventário das capelas e cemitério", de 1907, do vigário Pedro Nolasco de Assis, portanto, foi adquirida após essa data. No ano de 2005, a peça passou por tratamento anticupim e por restauração da madeira e da pintura. Peça adquirida pela proprietária em 1975. Comentário do autor: chama a atenção nessa imagem o tamanho quase natural, a graça e leveza do panejamento, e a expressividade fisionômica e do olhar. Estado de conservação: excelente. Intervenções/responsável/data: restauração da madeira e da pintura / Michele Tommaso Vanzetti / 2005. Comentários sobre a restauração segundo o restaurador supracitado: A remoção da primeira camada de tinta revelou a pintura original bastante danificada. Em 2005, a restauração foi feita respeitando-se as cores e tonalidades da pintura original que haviam sido bastante modificadas por intervenções anteriores. Uma rachadura na madeira foi preenchida com resina de poliéster. Condição de segurança: ótima. Proteção legal: não tem. Referências bibliográficas: VANZETTI, Michele Tommaso (entrevista concedida ao autor, out. 2007, informações sobre o processo de restauração). Coleta de dados, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 19A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales, out. 2007.

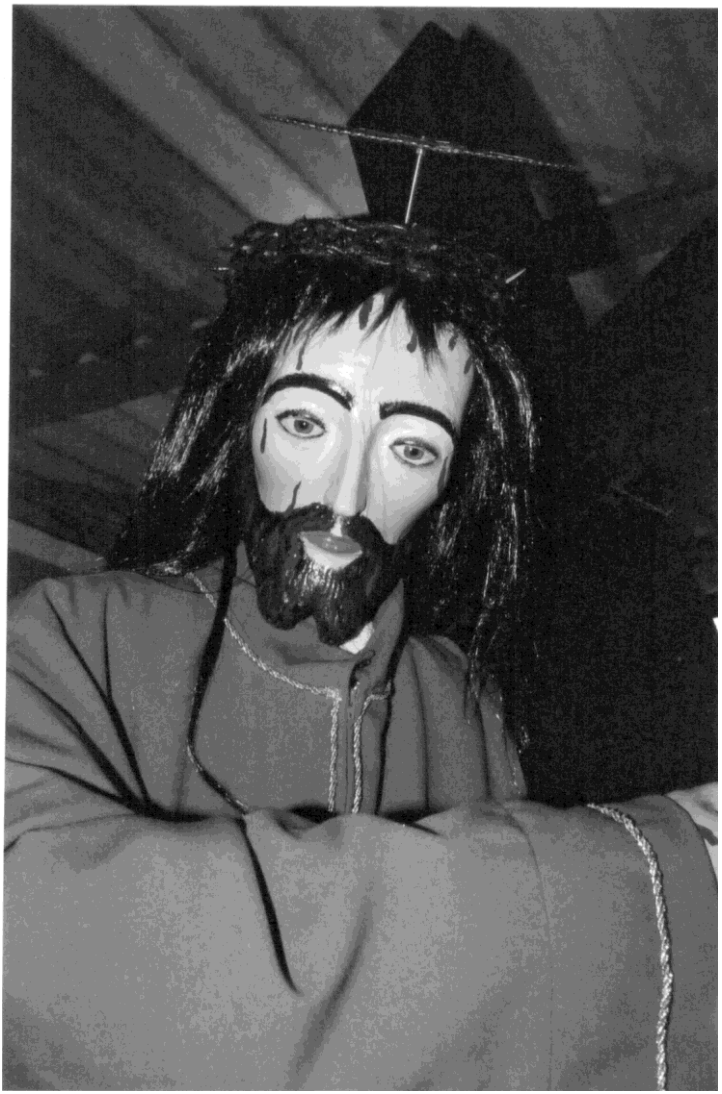
IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
2º PERÍODO (1831-1889)

NOSSA SENHORA DAS DORES

15 Nossa Senhora das Dores. Acervo: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha. Propriedade: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha (Diocese da Campanha). Endereço: Av. Rio Branco, nº 61 – centro, Varginha – MG. Época: segunda metade do século XIX. Autoria: s/r. Origem: ibérica? Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 2º período (1831-1889). Categoria museológica: construção artística. Imagem esculpida. Material da imagem: madeira (cedro). Material dos acessórios, exceto vestes: metal (auréola e adaga com travessa em forma de "S"). Informações complementares: Essa imagem é uma das mais antigas da Igreja Matriz, junto com as do Senhor dos Passos e do Senhor Morto. Presume-se que seja a mesma peça citada no "Inventário das capelas e cemitério", de 1907, do vigário Pedro Nolasco de Assis (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo nº 1, fl. 8f.), portanto, seria uma alfaia da Igreja Matriz do 2º período (1831-1889). O rosto, mãos e braços são de madeira revestida com gesso policromado e as únicas partes do corpo não recobertas pelas vestes. O corpo é de madeira na cor natural do cedro com entalhe e acabamento rudimentares. A auréola, perpendicular à cabeça, possui sete estrelas dispostas em intervalos regulares; cada estrela possui sete pontas. Cabelos: peruca de cabelo humano natural. Posição da imagem: em pé. Dimensões: altura: 134,5cm (até a cabeça, não inclui a auréola). Estado de conservação: excelente. Intervenções: restauração da pintura do rosto por técnico não qualificado, acabamento precário. Comentários do autor: A adaga no peito é uma metáfora imagética não apenas da dor da perda e do luto, mas também da dor materna pelo sofrimento de Cristo. Por esse motivo, a imagem de Nossa Senhora das Dores é uma das mais impressionantes da Igreja Católica. Condição de segurança: excelente (peça adequadamente embalada, acondicionada em caixa e guardada em cômodo de acesso restrito na Paróquia do Divino Espírito Santo). Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões e análises: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / mar. 2008 – negativo nº 00. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / mar. 2008.

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
2º PERÍODO (1831-1889)

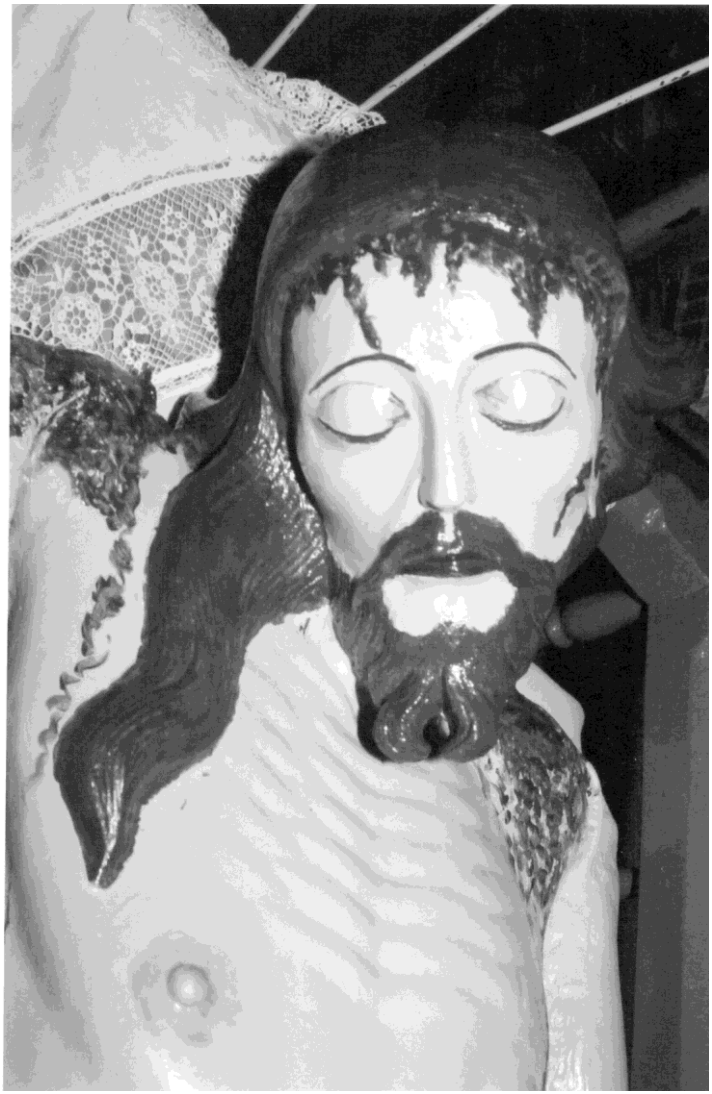
SENHOR DOS PASSOS



16 Senhor dos Passos. Acervo: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha. Propriedade: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha (Diocese da Campanha). Endereço: Av. Rio Branco, nº 61 – centro, Varginha – MG. Época: segunda metade do século XIX. Autoria: s/r. Origem: ibérica? Procedência: Igreja Matriz 2º período (1831-1889). Categoria museológica: construção artística. Imagem esculpida. Material da imagem: madeira (cedro). Material dos acessórios, exceto vestes: auréola de metal. Informações complementares: Essa imagem é uma das mais antigas da Igreja Matriz, junto com as do Senhor Morto e de Nossa Senhora das Dores. Presume-se que seja a mesma peça citada no "Inventário das capelas e cemitério", de 1907, do vigário Pedro Nolasco de Assis (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo nº 1, fl. 8f.), portanto, seria uma alfaia da Igreja Matriz do 2º período (1831-1889). O rosto, mãos e braços, partes do corpo não recobertas pelas vestes, são de madeira policromada. O corpo é de madeira na cor natural do cedro com entalhe e acabamento rudimentares. A auréola de metal é paralela ao alto da cabeça. Cabelos: peruca de cabelo humano natural. Posição da imagem: do corpo: ajoelhado; da cabeça: cabisbaixo. Materiais complementares: auréola de metal trabalhado, afixada na cabeça. Cruz de madeira compensada, oca, com 285cm de comprimento e 120cm de travessa; 6cm de espessura. Dimensões: 127cm (dos joelhos à cabeça, não inclui a auréola). Estado de conservação: excelente. Intervenções: s/r. Condição de segurança: excelente (peça adequadamente embalada, acondicionada em caixa e guardada em cômodo de acesso restrito na Paróquia do Divino Espírito Santo). Referências bibliográficas: FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. Thesaurus para acervos museológicos (idem anteriores). Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / mar. 2008 – negativo nº 4. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / mar. 2008.

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO
2º PERÍODO (1831-1889)

SENHOR MORTO



17 Senhor Morto. Acervo: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha. Propriedade: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha (Diocese da Campanha). Endereço: Av. Rio Branco, nº 61 – centro, Varginha – MG. Época: segunda metade do século XIX. Autoria: s/r. Origem: ibérica? Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 2º período (1831-1889). Categoria museológica: construção artística. Imagem esculpida. Material: madeira recoberta com gesso policromado nas cores marfim/creme/rosado: pele do corpo, membros e rosto; vermelho: chagas das mãos e pés, ferimentos dos ombros, cabeça, lado esquerdo do quadril, parte do lado esquerdo do tórax, respingos de sangue no lado direito do tórax, ferimento no antebraço esquerdo; branco: pano que reveste o quadril e parte superior das coxas; marrom avermelhado: cabelos, barba e bigode, sobrancelhas, cílios. Informações complementares: Essa imagem é uma das mais antigas da Igreja Matriz, junto com as do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora das Dores. Presume-se que seja a mesma peça citada no "Inventário das capelas e cemitério", de 1907, do vigário Pedro Nolasco de Assis (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo da Varginha. Livro do Tombo nº 1, fl. 8f.), portanto, seria uma alfaia da Igreja Matriz do 2º período (1831-1889). Os braços são móveis; há perfurações na palma das mãos e nos pés. Isso permite que a imagem seja utilizada de duas maneiras: exposta em esquife ou afixada em cruz. Estilo: Embora essa imagem tenha sido esculpida em período bem posterior ao barroco mineiro, ela apresenta algumas características dos Cristos do Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa), segundo Ferreira (2001): a) cabelos longos, caindo de cada lado; b) bigode descendo e se misturando com a barba; c) barba dividida ao meio, no queixo, e d) fisionomia de tristeza e calma, sem revolta. Comentários do autor: a imagem possui grande expressividade, de qualquer ponto de vista que seja observada. Outra característica em comum com os Cristos de Aleijadinho é a sobrancelha fina. O tamanho quase natural torna essa imagem ainda mais impressionante. Dimensões: 155,5cm de altura. Estado de conservação: excelente. Intervenções: s/r. Condição de segurança: excelente (peça adequadamente embalada, acondicionada em caixa e guardada em cômodo de acesso restrito na Paróquia do Divino Espírito Santo). Proteção legal: não tem. Referências bibliográficas: FERREIRA, Delson Gonçalves. O Aleijadinho. 2ª edição ampliada e melhorada. Belo Horizonte : [s.n.]. 2001. 216p. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / mar. 2008 – negativo nº 10. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / mar. 2008.

CAPELA DO ROSÁRIO
2º PERÍODO (1915-1941)

ALTAR

18 Altar. Acervo: Museu Municipal de Varginha. Propriedade: Museu Municipal de Varginha. Endereço: Praça Matheus Tavares, nº 178 – centro, Varginha – MG. Autoria: s/r (artesanato local?). Origem: Varginha? Procedência: Capela do Rosário 1915-1941 / Capela do Rosário / Museu Municipal de Varginha. Ficha de Inventário: MMV/000/010. Categoria museológica: fragmento de construção. Material: madeira (cedro, segundo análise de dois marceneiros / moveleiros). Dimensões: 146cm comprimento x 114cm altura x 23,6cm profundidade. Informações complementares: madeira encerada, sem aplicação de demão de resina alquídica modificada com poliuretano (verniz). Centro vazado em formato de cúpula oriental invertida. Entalhe feito à mão com motivos estilizados em linhas curvas. Condição de segurança: boa. O Museu Municipal de Varginha possui sistema de alarme contra furtos. Não há vigia noturno. Proteção legal: não tem. Intervenções: s/r. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / out. 2007 – negativo nº 3A. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

CAPELA DO ROSÁRIO
2º PERÍODO (1915-1941)

ALTAR, DETALHE DO ENTALHAMENTO SUPERIOR

19 Altar. Capela do Rosário. Idem. Detalhe do entalhamento superior. Para outras informações, vide item 18. Documentação fotográfica: José Roberto Sales / mar. 2008 – negativo nº 8A.

APÊNDICE 4

FICHA TÉCNICA DE OUTRAS ALFAIAS DA IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO 1908-1974 (SEM FOTOGRAFIAS)

1 Pinha. Acervo: Museu Municipal de Varginha. Propriedade: Museu Municipal de Varginha. Endereço: Praça Matheus Tavares, nº 178 – centro, Varginha – MG. Autoria: s/r. Época: 195-?. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Museu Municipal de Varginha. Ficha de Inventário: MMV/000/075 (peça catalogada como "ponteira"). Categoria museológica: fragmento de construção. Informações complementares: no paroquiato do padre Heriberto Hartmann S.C.J. (195-?), todos os altares da Igreja Matriz foram substituídos, portanto, a peça inventariada é desse período (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo. Livro do Tombo IV, 1960 – em uso, fl. 75f.). Material: madeira. Dimensões: 16cm comprimento x 7,5cm largura. Estado de conservação: ótimo. Intervenções: sem intervenções. Condição de segurança: ótima (peça protegida por redoma de vidro). O Museu Municipal de Varginha possui sistema de alarme contra furtos. Não há vigia noturno. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

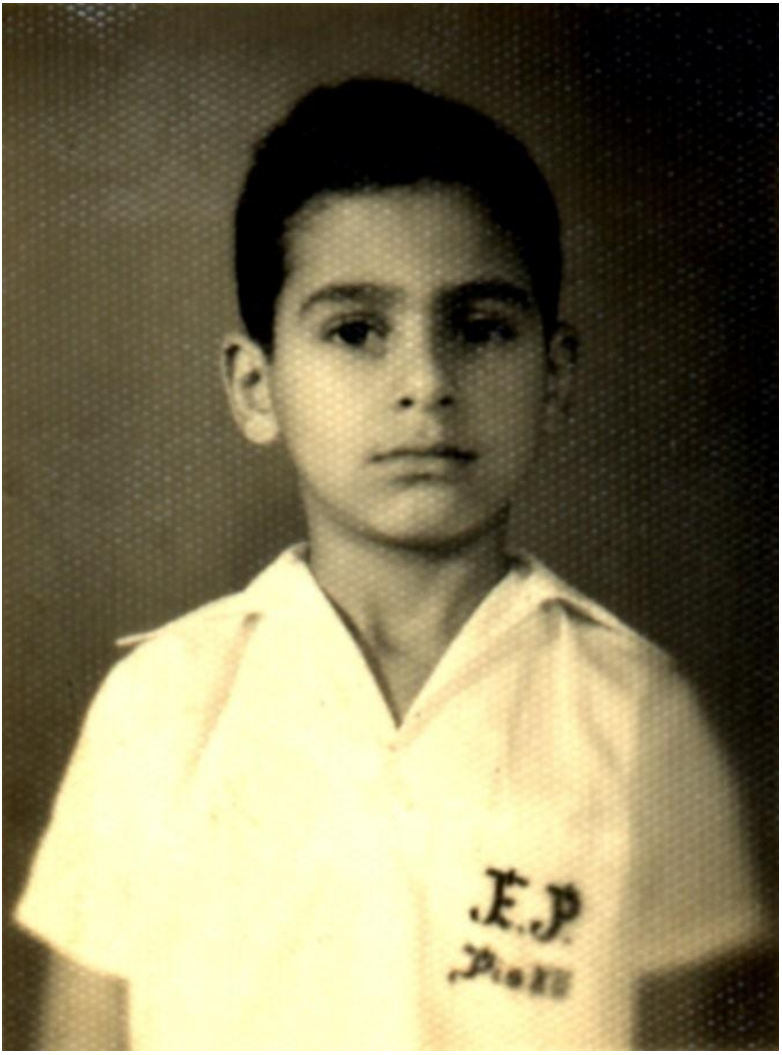
2 Capitéis. Acervo: Museu Municipal de Varginha. Propriedade: Museu Municipal de Varginha. Endereço: Praça Matheus Tavares, nº 178 – centro, Varginha – MG. Autoria: s/r. Época: 195-?. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Museu Municipal de Varginha. Ficha de Inventário: MMV/001/0166. Categoria museológica: fragmento de construção. Informações complementares: o Museu Municipal possui quatro capitéis iguais em seu acervo, eles pertenciam ao altar-mor da Igreja Matriz. No paroquiato do padre Heriberto Hartmann S.C.J. (195-?), todos os altares da Igreja Matriz foram substituídos, portanto, as peças inventariadas são desse período (PARÓQUIA do Divino Espírito Santo. Livro do Tombo IV, fl. 75f.). Material: madeira. Dimensões: 10cm altura x 9,5cm diâmetro. Estado de conservação: ótimo. Intervenções: sem intervenções. Condição de segurança: ótima (peça protegida por redoma de vidro). O Museu Municipal de Varginha possui sistema de alarme contra furtos. Não há vigia noturno. Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

3 Nossa Senhora Aparecida. Acervo: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha (Diocese da Campanha). Propriedade: Paróquia do Divino Espírito Santo da Varginha. Endereço: Av. Rio Branco, nº 61 – centro, Varginha – MG. Autoria: s/r (artesanato local?). Época: final do século XIX / início do século XX. Procedência: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo 3º período (1908-1974) / Igreja Matriz atual. Categoria museológica: construção artística. Imagem esculpida. Material: madeira. Dimensão: 40cm de altura (valor aproximado). Informações complementares: A Paróquia do Divino Espírito Santo não autorizou que a imagem fosse fotografada fora da redoma e sem o manto. Essa imagem não consta do "Inventário das capelas e cemitério", de 1907, redigido pelo vigário Pedro Nolasco de Assis, portanto, ela foi adquirida após essa data. Não foram localizados documentos que permitam afirmar que, originariamente, a imagem teria pertencido à Capela do Rosário. Estado de conservação: ótimo. Intervenções: s/r. Condição de segurança: ótima (peça protegida por redoma de vidro fixa). Proteção legal: não tem. Coleta de dados, dimensões, análises e descrição: o autor. Ficha técnica: levantamento e elaboração: José Roberto Sales / out. 2007.

ÍNDICE DAS FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA	PAG.
Igreja Matriz do Divino Espírito Santo	137
Alto-relevo do altar-mor	139
Portão e grade	141
Portão, detalhe do acabamento inferior	143
Vitral	145
Castiçal	147
Anjo, detalhe	149
Pia batismal	151
Relógio (mecanismo interno do)	153
Banco	155
Estola	157
Divino Espírito Santo	159
Joana D'Arc	161
Nossa Senhora da Imaculada Conceição	163
Nossa Senhora das Dores	165
Senhor dos Passos	167
Senhor Morto	169
Altar (capela do Rosário)	171
Altar, detalhe do entalhamento superior	173
Fotografia do autor	179

O AUTOR



José Roberto Sales (1957-). Aluno do Colégio Paroquial Pio XII. 1ª série de alfabetização do ensino primário. Fotografia: Foto Elite? Foto Evandro Beltrão? Varginha - MG, 1964.

JOSÉ ROBERTO SALES, nasceu em Varginha – MG, em 14/06/1957, filho de José Milem Sales Filho (1926-1999) e de Vivínia Alves de Oliveira Sales (1929-). O avô paterno José Milem Sales (1897-1977) era imigrante, católico maronita, procedente de Safra no Líbano. Bacharel em Psicologia e Psicólogo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1980). Pedagogo (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Varginha, 1984). Especialista Profissional em Psicologia Clínica, título conferido pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, em 2001. Especialista em orientação educacional (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Varginha, 1984). Especialista em metodologia do ensino fundamental e secundário (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora de Sion da Campanha, 1986). Especialista em saúde pública (Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996). Especialista em história e construção social no Brasil (Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, 2006). Especialista em políticas e gestão da saúde do Sistema Único de Saúde – SUS da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES. Referência técnica em saúde mental da Gerência Regional de Saúde de Varginha (SES/MG/SUS, mar. 2000 – ago. 2008). Vice-Presidente do Colegiado Estadual de Saúde Mental pelo SUS (2002-2008). Presidente do Colegiado Regional Consultivo de Saúde Mental da Gerência Regional de Saúde de Varginha (dez. 2006 – ago. 2008). Responsável técnico pelo Núcleo de Correição Administrativa – NUCAD da Gerência Regional de Saúde de Varginha (SES/MG) para instrução de procedimentos administrativos (Sindicância

Administrativa Investigatória e Processo Administrativo Disciplinar), desde maio 2006, com desempenho das funções em todo o estado de Minas Gerais. Professor do ensino secundário com duas licenciaturas plenas: uma em Psicologia (registro MEC "L" n.º 674 – 1980), outra, em Pedagogia (registro MEC "LP" n.º 4779 – 1985). Professor do ensino superior e de pós-graduação. Docente e consultor credenciado da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais – Belo Horizonte (desde 2006). Em 1982, foi eleito Professor Símbolo pela Escola Municipal José Camilo Tavares na comemoração do centenário de emancipação política do município de Varginha. Membro da Academia Varginhense de Letras, Artes e Ciências, na qual ingressou em 6 de dezembro de 2000. Presidente da Academia Varginhense de Letras, Artes e Ciências (maio 2003 – maio 2005). Capacitado em gestão de documentos (Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2001). Capacitado em gestão e desenvolvimento cultural (2004). Pesquisador da história sul-mineira. Recebeu a Moção de Aplauso nº 191/2005, concedida pela Câmara Municipal de Varginha em 2 de março de 2005, devido a "importante colaboração à cultura e à memória de Varginha com a publicação do livro "Espírito Santo da Varginha (MG) 1763-1920". Recebeu a Moção de Aplauso nº 540/2009, concedida pela Câmara Municipal de Varginha em 29 de abril de 2009, devido a publicação do livro "Tráfico de Escravos no Município de Varginha – MG 1884-1887". Recebeu homenagem da Fundação Cultural de Varginha e do Museu Municipal, em 30 de setembro de 2008, "pelos relevantes trabalhos em prol do desenvolvimento e fortalecimento cultural do município de Varginha".

Produtor cultural. Editor cadastrado pela Biblioteca Nacional em 17 de agosto de 2000. Revisor de texto. Escritor.

BIBLIOGRAFIA CRONOLÓGICA DO AUTOR 2000-2008

SALES, José Roberto. **Saúde mental no município de Varginha – MG :** serviço e estudo da demanda ambulatorial. 1ª edição. Varginha : Gráfica Editora Sul Mineira, 2000. 348p.

SALES, José Roberto. **A memória dos sentidos.** 1ª edição. Varginha : Gráfica Editora Sul Mineira, 2002. 114p.

SALES, José Roberto. **Estrutura organizacional dos ambulatórios de saúde mental da Diretoria Regional de Saúde de Varginha – MG. Ano 2000**. 1ª edição. Belo Horizonte : Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Coordenadoria de Saúde Mental, 2002. 40p.
_____ idem. 2ª edição. 46p.

SALES, José Roberto. **Espírito Santo da Varginha – MG 1763-1920.** 1ª edição. Varginha : Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.

SALES, José Roberto. **Tânia Jura, a formiguinha vaidosa.** 1ª edição. Varginha : Gráfica Editora Sul Mineira, 2003. 18p.

SALES, José Roberto. **Ritoca, a minhoca invejosa.** Varginha : Gráfica Editora Sul Mineira, 2004. 1ª edição. 17p.

SALES, José Roberto. **A gripe espanhola em Varginha – MG 1918 :** memória de uma tragédia. 1ª edição. Varginha : Gráfica Editora Sul Mineira, 2004. 56p.

SALES, José Roberto. **Nininha, a joaninha orgulhosa.** Varginha : Gráfica Editora Sul Mineira, 2005. 1ª edição. 19p.

SALES, José Roberto. **A gripe espanhola em Varginha – MG 1918 :** memória de uma tragédia. 2ª edição. Belo Horizonte : Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, 2006. 64p.

SALES, José Roberto. **Os amiguinhos da floresta.** 1ª edição. Varginha : J. R. Sales, 2006. 70p.

SALES, José Roberto. **Imigração libanesa em Varginha (MG), a família Milem Sales e o Bar do Milem 1938-1980 :** memória histórico-social e afetiva. 1ª edição. Varginha : J. R. Sales, 2006. 150p. Impressão: Editora Correio do Sul.

SALES, José Roberto. **A gripe espanhola em Passa Quatro (MG) 1918-1919 :** epidemiologia e memória histórico-social. 1ª edição. Varginha : J. R. Sales, 2007. 70p. Impressão: Editora Correio do Sul.

SALES, José Roberto. **Breve história de Varginha – MG 1763-1922.** 1ª edição. Varginha : J. R. Sales, 2007. 150p. Impressão: Editora Correio do Sul.

SALES, José Roberto. **A Revolução de 1932 :** memorial de Passa Quatro – MG. 1ª edição. Varginha : J. R. Sales, 2008. 151p. Impressão: Editora Correio do Sul.

SALES, José Roberto. **Tráfico de escravos no município de Varginha – MG 1884-1887.** 1ª edição. Varginha : J. R. Sales, 2008. 226p. Impressão: Gráfica Editora Sul Mineira, Varginha – MG.

Endereços eletrônicos do autor:

sales.jr@bol.com.br
nassar.sales@ig.com.br